

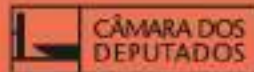


# CDHMIR

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,  
MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES < 2023

Comissão de  
Direitos Humanos, Minorias e  
Igualdade Racial





# Ficha Técnica

## MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira  
Presidente

Deputado Marcos Pereira  
1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante  
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar  
1º Secretário

Deputada Maria do Rosário  
2ª Secretária

Deputado Júlio Cesar  
3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini  
4º Secretário

## SECRETARIA DA COMISSÃO

Lucas Assis Nascimento - Secretário-Executivo  
Clotildes de Jesus Vasco - Chefe de Serviço  
Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira - Chefe da Seção  
Andréia de Andrade Taborda  
Luisa Paula de Oliveira Campos  
Simone Machado de Mendonça

## ASSESSORIA

Adla Micheline de Sousa Oliveira  
Alexandre Ferraz Greco  
Ivana de Figueiredo Bastos  
Karia Karam Guerra

## ESTAGIÁRIA

Sara Antunes de Faria



Presidente  
Luizianne Lins (PT/CE)



1ª Vice-Presidente  
Jack Rocha (PT/ES)



2ª Vice-Presidente  
Erika Hilton (PSOL/SP)



3ª Vice-Presidente  
Daiana Santos (PCdoB/RS)

## Membros Titulares



**Amom Mandel**  
(CIDADANIA/AM)



**Clarissa Tércio**  
(PP/PE)



**Daiana Santos**  
(PCdoB/RS)



**Erika Hilton**  
(PSOL/SP)



**Erika Kokay**  
(PT/DF)



**Felipe Francischini**  
(UNIÃO/PR)



**Gilvan da Federal**  
(PL/ES)



**Glaustin da Fokus**  
(PODE/GO)



**Helio Lopes**  
(PL/RJ)

## Membros Titulares



**Jack Rocha**  
(PT/ES)



**Luiz Couto**  
(PT/PB)



**Luizianne Lins**  
(PT/CE)



**Miguel Ângelo**  
(PT/MG)



**Nikolas Ferreira**  
(PL/MG)



**Prof. Paulo Fernando**  
(REPUBLICANOS/DF)



**Reginete Bispo**  
(PT/RS)



**Rodrigo Valadares**  
(UNIÃO/SE)



**Talíria Petrone**  
(PSOL/RJ)

## Membros Suplentes



Abilio Brunini  
(PL/MT)



Alfredo Gaspar  
(UNIÃO/AL)



Benedita da Silva  
(PT/RJ)



Capitão Alden  
(PL/BA)



Daniel Trzeciak  
(PSDB/RS)



Delegado da Cunha  
(PP/SP)



Fabio Schiochet  
(UNIÃO/SC)



Junio Amaral  
(PL/MG)



Luiza Erundina  
(PSOL/SP)

## Membros Suplentes



**Messias Donato**  
(REPUBLICANOS/ES)



**Natália Bonavides**  
(PT/RN)



**Padre João**  
(PT/MG)



**Pastor Henrique Vieira**  
(PSOL/RJ)



**Profa. Luciene Cavalcante**  
(PSOL/SP)



**Sâmia Bomfim**  
(PSOL/SP)



**Tadeu Veneri**  
(PT/PR)



**Vicentinho**  
(PT/SP)



# Sumário



<b>Dedicatória</b>	12
<b>Agradecimentos</b>	13
<b>Apresentação</b>	14
<b>Eventos</b>	17
Eleição da Presidente	18
Eleição das vice-presidentes	19
<b>Audiências Públicas</b>	20
Trabalhadores em situações análogas à escravidão no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais	21
Jornada de Direitos Humanos com a sociedade civil	23
Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo	26
Violências contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil	29
Recomendações da Comissão Nacional da Verdade	33
Incidência da psicopatia na esfera política	36
Legislação da Infância	39
“Lei Dandara” Enfrentamento à LGBTIFOBIA - Discussão do PL 7292/2017	42

# Sumário



Prevenção à violência contra as escolas	45
“Lei Mães de Maio” - Discussão do PL 2999/2022	48
Povo Saarauí	51
Criação do Sistema Único de Mobilidade e da tarifa zero no transporte público	53
Prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas - Lei 13.344/206	56
Direitos da população em situação de rua	59
Expropriação de propriedades rurais e urbanas em caso de comprovada exploração de trabalho escravo - Discussão do PL 1102/2023	62
Uso da cannabis para fins medicinais	65
Ações de enfrentamento ao racismo na primeira infância	68
Violência contra as mulheres no Brasil	71
Refugiados no Brasil	74
Projeto PRF Amiga dos Autistas	77
Plano Nacional Juventude Negra Viva	80
Rádios Comunitárias e o Direito à Comunicação	83
“Ithaka - A luta de Assange”	86
Estatuto dos Povos Ciganos - Discussão do PL 1387/2022	90
Homenagem à memória dos Bispos D. José Maria Pires, D. Helder Câmara e D. Luciano Mendes de Almeida	93



Prevenção, combate à tortura e o sistema de justiça no Brasil	96
Metroviários: condições, direitos e garantias dos trabalhadores	100
Impactos socioambientais da construção de parques de energia eólica nas comunidades locais	104
Censo Quilombola 2022 - Políticas para as mulheres, combate ao racismo e direitos das comunidades quilombolas	107
Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3	110
Política Nacional de Educação e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)	113
Abordagem dos agentes de segurança públicos e privados	116
Combate à gordofobia	119
Plano Nacional de Educação nos espaços prisionais	122
Creches no sistema público ou conveniado de educação infantil no Brasil	125
Perseguição a professores no Brasil	127
População migrante no Brasil	130
Pescadoras e pescadores artesanais no Brasil	131
Orfandade de crianças e adolescentes em decorrência da pandemia de Covid-19	136
Juventude Negra Viva	138
Estatuto da Pessoa Idosa: avanços e perspectivas	142
Economia do cuidado	145





<b>Seminários</b>	<b>149</b>
Proteção das defensoras e defensores das políticas de respeito aos direitos humanos no Brasil	150
Promoção da educação em direitos humanos	154
Dez anos da tragédia da Boate Kiss	157
XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional - In memoriam de David Miranda	160
Tecnologias digitais e direitos humanos	167
Infâncias e adolescências invisibilizadas no contexto do novo Plano Nacional de Educação	170
<b>Outros eventos</b>	<b>174</b>
Missão oficial	174
Argentina	175
Bélgica	177
França	179
Visita ao Supremo Tribunal Federal - Marco temporal de terras indígenas	181
Visita da Comissão de Direitos Humanos do Uruguai	182
Visita do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH	183
Visita de Comitiva do Vietnã	184



<b>Orçamento da União 2024</b>	<b>185</b>
Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO	185
Plano Plurianual - PPA 2024-2027	188
Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA	189
Estatísticas	191
Moções	192
Denúncias	215
Requerimentos Aprovados	216
Conclusão	241





Dedicamos este trabalho a todas, a todos e a todes que ousam sonhar e lutar pelas transformações sociais, avançar na promoção e na proteção dos direitos humanos da nossa gente. Entendemos os direitos humanos como um sistema complexo que deve amparar e proteger os indivíduos em sua pluralidade de vivências, crenças e experiências. Os Direitos Humanos são basilares para a garantia da dignidade humana e ao livre e irrestrito exercício da cidadania.

Vocês são a razão da existência e da resistência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

***“Quando você compartilha o saber, o saber só cresce.  
É como as águas que confluenciam.  
Quando o rio encontra o outro rio, ele não deixa de ser rio.  
Ele passa a ser um rio maior”.***

***Nêgo Bispo  
(Intelectual e Ativista Quilombola falecido em 2023)***





Agradecemos a todos que se dedicaram com amor, com cuidado, com profissionalismo e com ética na construção de cada reunião do colegiado.

Agradecemos, igualmente, a todos que receberam de forma respeitosa e solidária as histórias, as dores e as perdas relatadas nos eventos da CDHMIR ao longo de um ano bastante intenso de trabalho.

A Comissão seguirá sempre à disposição da população, dos movimentos e dos parlamentares do Brasil a fim de impedir a violação de direitos e de garantir a promoção da dignidade da pessoa humana





São quase 30 anos de luta! A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) foi criada em 1995, no contexto histórico da intensa participação brasileira na Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena no ano de 1993. A CDHMIR logo se consolidou como referência nacional na promoção e na defesa dos direitos humanos e, em 2004, tornou-se uma comissão de mérito, isto é, delibera a respeito de propostas legislativas dentro de sua área temática.

De lá pra cá, tivemos uma longa e ativa jornada. Foram realizadas conferências nacionais de direitos humanos, caravanas temáticas pelo país, seminários e audiências que definiram políticas públicas importantes. A Comissão se tornou importante instrumento para reivindicação de direitos junto ao Estado brasileiro, sendo canal de diálogo permanente entre parlamentares, governantes, autoridades do sistema de justiça e sociedade civil.

Esta publicação faz um brevíssimo balanço das atividades realizadas pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial em 2023. Observando a conjuntura de reconstrução da agenda governamental de direitos humanos no Brasil, o presente relatório de atividades visa, sobretudo, chamar atenção para a magnitude dos desafios históricos: o desrespeito e as violações de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, da população negra, dos povos indígenas e quilombolas, das pessoas idosas e com deficiência e da população LGBTQIA+.





É preciso não somente reconstruir o que foi perdido nos anos anteriores, mas é necessário avançarmos com consciência de que não existe desenvolvimento socioeconômico sem a garantia intransigente dos direitos fundamentais da população.

Sempre com esse espírito, iniciamos a sessão legislativa de 2023 realizando a “Jornada de Direitos Humanos”. Convidamos centenas de grupos e entidades, a fim de escutar suas demandas, com o fito de contribuirmos para a construção de propostas de políticas públicas e de trabalharmos pela aprovação de projetos que tramitam no Congresso Nacional.

Realizamos audiências públicas ve seminários com a presença de representantes do governo, de entidades e de segmentos da sociedade civil, além da participação de cidadãs e cidadãos, presencial e/ou virtualmente pelas redes sociais da Câmara e da Comissão.

Debatemos os desafios e a garantia dos direitos humanos da população LGBTQIA+; o genocídio da juventude negra; a situação dos refugiados; as condições dos presídios; a violência nas escolas; a prevenção e o combate à tortura; os direitos humanos da população em situação de rua; a crise humanitária na Faixa de Gaza; os direitos digitais e tantos outros temas.





Como espaço de escuta, recebemos um grande volume de denúncias, que foram encaminhadas aos órgãos competentes para apuração e tomada das medidas necessárias para fazer cessar qualquer tipo de violação aos direitos.

Aprovamos importantes propostas de emendas ao Orçamento da União (PLOA); ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024 e ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

Como presidente da CDHMIR, de acordo com minhas prerrogativas regimentais, representei o colegiado em missões oficiais na Argentina, na Bélgica e na França.

Foi um grande aprendizado e uma honra assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara, na tarefa de ajudar, a partir do Parlamento, a reverter a onda perversa de violações aos direitos que vivemos e a buscar alternativas legislativas que promovam o reencontro com o nosso povo. Sigamos na luta, em um “canto universal pelo direito de viver em paz”!

Boa leitura!

**Luizianne Lins**





Dentre os eventos promovidos pela Comissão, destacam-se inicialmente as reuniões de instalação e de eleição, onde a deputada Luizianne Lins (PT/CE) foi eleita presidente do colegiado e as deputadas Jack Rocha (PT/ES), Erika Hilton (PSOL/SP) e Daiana Santos (PCdoB/RS), foram eleitas 1ª, 2ª e 3ª vice-presidente, respectivamente.

Além dessas, também foram realizadas reuniões deliberativas, audiências públicas, seminários e outros eventos.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Em 15 de março, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados foi instalada e a deputada Luizianne Lins (PT/CE) foi eleita para a presidência do colegiado para o ano de 2023. Ela - que é professora - está em seu terceiro mandato de deputada federal. Foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará e duas vezes prefeita de Fortaleza (CE).

A Comissão - composta de 18 membros titulares, com o mesmo número de suplentes - tem várias atribuições importantes, entre elas:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos humanos;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos;
- c) colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;
- d) pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- e) assuntos referentes às minorias;
- f) preservação e proteção das culturas populares e étnicas do País;
- g) promoção da igualdade racial;
- h) assuntos referentes aos povos quilombolas.



Créditos da Fotografia/Imagem Câmara dos Deputados

Em 3 de maio, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial elegeu as três vice-presidentes do colegiado. São elas: deputadas Jack Rocha (PT/ES), para a primeira vice-presidência; Erika Hilton (PSOL/SP), para a segunda vice-presidência e Daiana Santos (PCdoB/RS), para a terceira vice-presidência.

Jack Rocha é a primeira deputada federal negra da história do Espírito Santo com trajetória política nas comunidades eclesiais de base e na juventude sindical.

Erika Hilton é pedagoga e primeira deputada federal negra e trans eleita na história brasileira. A deputada também presidiu a Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo.

Daiana Santos é sanitarista e ativista da causa LGBTQIA+. Educadora social, foi vereadora de Porto Alegre e promotora da saúde da população negra.

Essa é a primeira vez que quatro deputadas ocuparam a presidência e as três vice-presidências na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, em defesa da liberdade, da justiça social e contra todo e qualquer tipo de violação aos direitos humanos.





Créditos assessoria da CDHMIR

As audiências são determinantes para conhecermos a realidade dos problemas que impactam a vida da população, para que o Poder Legislativo monitore a efetividade das políticas públicas, propondo caminhos para a construção de soluções para os que têm os seus direitos violados.

Todas as audiências públicas realizadas pela Comissão ao longo do ano foram transmitidas pela página da CDHMIR [www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm) e/ou pelo canal da Câmara dos Deputados no YouTube, [www.youtube.com/CamaradosDeputadosoficial](http://www.youtube.com/CamaradosDeputadosoficial). Elas estão disponíveis também nas redes sociais da CDHMIR (Instagram e Facebook) e da Câmara dos Deputados

(rádio, TV e Agência). Segue um compilado de alguns momentos decorrentes das 41 audiências realizadas, em atendimento a diversos requerimentos.

Obs: Os textos aqui apresentados têm como fonte os requerimentos que fundamentaram as audiências públicas, assim como as matérias produzidas pela Agência Câmara de Notícia e as publicações de nossa assessoria de comunicação nas redes sociais oficiais da CDHMIR após a realização dos eventos.



Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/  
Câmara dos Deputados

### **Trabalhadores em situações análogas à escravidão no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais**

No dia 29 de março, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) realizou audiência pública para discutir os recentes casos de denúncia de trabalho análogo a escravo nos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. O evento atendeu ao Requerimento 1/2023, de autoria do deputado Padre João (PT/MG) e subscrito por outros deputados.

O Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Pereira, e o Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no MPT, Italvar Medina, compuseram a mesa

na qualidade de expositores. Estiveram presentes, também, diversos parlamentares engajados com o tema, assim como o Vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIF), Carlos Silva, e outras organizações da sociedade civil.

A Convenção 181 da OIT, relativa às Agências de Emprego Privadas, vigente desde o ano 2000, ainda não foi assinada pelo Brasil e possui normas relevantes para a prevenção do tráfico.





Diante da gravidade das recentes descobertas de casos de trabalho análogo a escravo no país, com o crescente número registrado pelo Radar do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego, a adesão do Brasil a esses normativos internacionais faz-se imprescindível.

Entre os encaminhamentos da audiência está reforçar, junto ao Poder Executivo, a relevância e a urgência de recomposição dos quadros da carreira de Auditor Fiscal do Trabalho, a assinatura pelo Brasil do Protocolo da Organização Internacional do Trabalho(OIT) sobre trabalho forçado, bem como a assinatura da Convenção 181 da OIT, relativa às Agências de Emprego Privadas.

A audiência, na íntegra, pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67397>.





## Jornada de direitos humanos com a sociedade civil

No dia 11 de abril, realizou-se na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial uma grande audiência pública com representações da sociedade civil, de movimentos sociais e de agentes públicos com atuação em direitos humanos.

O debate, que foi sugerido pela presidente do colegiado, deputada Luizianne Lins (PT/CE), atendendo ao Requerimento 11/2023, teve como objetivo identificar quais as principais demandas na área para balizar o trabalho da comissão ao longo do ano.



Créditos da Fotografia/Imagem Zeca Ribeiro/  
Câmara dos Deputados

De acordo com Luizianne, a maior colaboração que o colegiado pode dar à luta dos direitos humanos é a escuta atenta - “Devemos respeitar fortemente e radicalmente esse momento rico onde as pessoas tiveram a oportunidade de compartilhar direitos, violações, dores, amores, territórios, questões raciais e escolhas sexuais”.

O convite foi amplo e irrestrito a entidades e movimentos sociais e teve a participação de aproximadamente 140 representações que trouxeram suas histórias e demandas. Estiveram presentes coletivos e segmentos como: população LGBTQI+,





quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, povos tradicionais, além de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Nacional de Justiça e governo federal. A audiência também foi prestigiada por parlamentares membros do Colegiado.

A presidente do Conselho de Direitos Humanos e representante do Fórum Nacional dos Travestis Negros e Negras, Bruna Ravena, lembrou que o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas Trans no mundo, apesar de a transfobia ser crime no país há quatro anos. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) das 131 pessoas Trans foram assassinadas em 2023 - 80% delas eram negras. “É preciso que a população Trans seja ouvida e caiba no orçamento das políticas públicas afirmativas propostas pelo governo federal e chanceladas pelo Poder Legislativo, seja na empregabilidade e/ou na moradia para que possa ser mapeada e ter acesso aos demais programas do Executivo”, explicou Bruna Ravena.

Caio Souza, da Federação de Associações de Síndrome de Down, falou sobre a importância de se debater a educação inclusiva da pessoa com deficiência. Ele citou, como exemplo, a decisão do presidente Lula de revogar o Decreto 10.502/20, que incentivava a exclusão de alunos e alunas com deficiência. “A gente precisa efetivamente debater esse tema para garantir a estrutura de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas em todo o Brasil, tendo em vista a quantidade de violência que temos assistido recentemente nas escolas”, ponderou.



Edna Carla, representante do Movimento Mães da Periferia, emocionou a todos ao falar da realidade das mulheres que perdem seus filhos assassinados pela polícia. Mãe de vítima da chacina do Curió, em Fortaleza, no Ceará, ela clamou pelo apoio da Comissão para acabar com o extermínio da juventude. “O sistema desta polícia tem que ser mudado. Ela não mata apenas nossos filhos, ela mata nossas vidas, ela tira nossas vidas. Não suportamos mais ir para o cortejo enterrar nossos filhos, voltar para nossas casas sem eles” (sic).

Roberta Valim, Defensora Pública, destacou pontos importantes do Informe Defensorial, que trata da Situação dos Direitos Humanos no Brasil, 2022: avaliação dos avanços e retrocessos nas políticas públicas de promoção e proteção aos direitos humanos. O documento aponta a necessidade de o Estado investir em soluções estruturais que priorizem a população em situação de vulnerabilidade. E um relatório técnico com contribuições para auxiliar na reconstrução de políticas públicas que mostra a execução deficitária e omissa do Estado brasileiro.

A audiência durou cerca de cinco horas, ouviu várias organizações e segmentos nacionais e estaduais, e gerou bastante conteúdo e trabalho para a Comissão. O material na íntegra está disponível e pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67485>.





Créditos da Fotografia/Imagem Bruno Spada/  
Câmarados Deputados

### **Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo**

No dia 13 de abril, foi realizada na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial audiência pública alusiva ao Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, celebrado no dia 2 do mesmo mês. Atendendo ao Requerimento 7/2023, de autoria do deputado Luiz Couto (PT/PB), a Comissão realizou o debate com representantes de entidades da sociedade civil sobre as políticas públicas para o segmento. Um dos pontos centrais foi a defesa da aprovação do Projeto de Lei (PL 3630/21) que cria, no Sistema Único de Saúde (SUS), centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista.

O deputado autor do requerimento reforçou o compromisso de trabalhar pela votação da proposta. “Não descansarei enquanto souber que existe ao menos uma mãe sofrendo pela falta de assistência básica. Todos têm direito a educação de qualidade e saúde que lhe garanta uma evolução satisfatória. Para isso, lutarei todos os dias do meu mandato pela tramitação do PL 3630/21”.



O diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB), Edilson Barbosa, lembrou que já existe legislação sobre os centros em alguns estados, mas é preciso pressionar o Poder Executivo para a implementação dos institutos em todo o País.

Mãe de um autista, Larissa Lafaiete, destacou a importância de se ter um olhar especial para a educação dos autistas e garantir acesso às terapias necessárias. “A parte mais difícil é sensibilizar o poder público e dizer: abrace essa causa com as mães, abrace essa causa com os pais, deem ouvidos a essas mães e a esses pais, pois essas crianças precisam de terapia para mudar a vida, para ter dignidade e direitos humanos”, comentou.

A Polícia Rodoviária Federal apresentou as ações e os resultados exitosos do projeto “PRF amiga dos autistas”, que tem como um dos objetivos capacitar policiais para promoverem um atendimento humanizado. De acordo com o ativista e superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Igor Carvalho Ramos, o projeto foi iniciado em 2018 e, como instituição pública reconhecida nacionalmente, a PRF tem a sua responsabilidade social. “Mais do que empatia, a gente tem que ser compassivo. A empatia sem a compassividade não vai a lugar nenhum. O papel da Polícia Rodoviária Federal, instituição com a maior capilaridade do país, é informar a população sobre o autismo e seus espectros; capacitar policiais na abordagem das pessoas, e reconhecer a diversidade. Precisamos aproveitar o momento histórico, político e social para que essas pautas andem”, afirmou o superintendente da PRF.





Para Anita Brito, escritora e PHD em neurociências, diagnosticada com autismo, a falta de entendimento em relação ao TEA (Transtorno do Espectro Autista) é o que causa o preconceito. Além da desinformação, os participantes da audiência pública ressaltaram outros pontos importantes: a garantia de terapias que melhoram a qualidade de vida das pessoas com TEA; a criação de Centros de Referência de Atendimento aos autistas nas 3 esferas de governo: federal, estadual, municipal, além do Distrito Federal; a destinação de emendas parlamentares e mudanças no BPC (Benefício de Prestação Continuada), prestado pelo INSS e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), com foco nas mães que deixam de trabalhar para cuidar dos filhos autistas; e a realização de perícias humanizadas.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67484>.





Créditos da Fotografia/Imagem ViniciusLoures/  
Câmara dos Deputados

## **Violências contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil**

No dia 20 de abril, a CDHMIR, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa (CLP) e a Comissão da Amazônia e dos Povos Tradicionais (CPOVOS), discutiu a violência cometida contra crianças indígenas no Brasil.

Autora do Requerimento 3/2023 na CDHMIR, deputada Erika Kokay (PT/DF) presidiu a audiência e justificou a importância de se debater o tema, uma vez que, nos últimos anos, entidades indigenistas têm denunciado a ocorrência de uma "tragédia humanitária" na

Terra Indígena Yanomami. Um estudo da Hutukara - Associação Yanomami - relata vários estupros e assassinatos de crianças e de mulheres, muitas vezes cometidos por garimpeiros que atuam ilegalmente em terras indígenas.

A presidente da CDHMIR, deputada Luizianne Lins, que abriu o evento, colocou-se à disposição das demais comissões presentes, do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, e da Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, na busca de alternativas





que minimizem o sofrimento e garantam o respeito às crianças e aos adolescentes indígenas, bem como a punição dos culpados.

Foi uma tarde extremamente rica de debate, informações e depoimentos fortes de situações de violências vividas por crianças e adolescentes que deveriam estar construindo e desfrutando desta fase da vida de forma lúdica e nas escolas. “Vivemos uma realidade dura, que começa a ter visibilidade no país graças às denúncias de lideranças indígenas contra garimpeiros ilegais na Terra Yanomami, à coragem das vítimas de abuso sexual, de seus familiares e de vocês, que participam da audiência expondo situações tão difíceis”, afirmou Luizianne.

A assessora parlamentar da FUNAI, Paula Sabino, destacou, como prioridades da Fundação, a situação emergencial do povo indígena Yanomami e a necessidade de se evitar que as crianças indígenas morram por causa da fome.

Outro problema grave é a separação compulsória de crianças indígenas e suas mães em aldeias e vários territórios, assunto abordado pela pajé Karirí-Sapuyá do sertão baiano, Adriana Fernandes Carajá (Korã). “Nossas crianças estão perdendo o direito de viver com suas famílias, de aprenderem a língua materna e a identidade. Elas estão passando por um processo de etnocídio, de apagamento e de genocídio. Isso é crime, mas a mídia não divulga”, denunciou a pajé.

O racismo, o preconceito na escola e a falta de acesso à vacinação foram pontos abordados na audiência pela professora Maria Lídia Melo, indígena do povo Tupinambá. Ela ressaltou





ainda a violência sexual contra meninas indígenas nos territórios atingidos pela mineração, pelo garimpo ilegal e pelo agronegócio, além da subnotificação e da falta de indicadores oficiais da subnutrição infantil, “cujos índices podem ser comparados a alguns lugares na África, principalmente na população Yanomami e Xavante”, denunciou.

O racismo institucional, a extinção dos povos indígenas, os suicídios, a demarcação de territórios, as mortes de 570 crianças Yanomami com menos de 5 anos, que poderiam ser evitadas, também foram lembrados durante o debate por Dário Vitório Hutukara, da Associação Indígena Hutukara (Yanomami).

Outras participações importantes no debate: a pedagoga Raquel Kubeo, mulher indígena descendente das etnias Kubeo e Tukano e doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a Secretária Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, Juma Sipaia de Carvalho; a vice-cacica no Território Barra Velha/Boca da Mata na Bahia, Erilza Pataxó (Uruba); a representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, Ana Claudia Cifali; as deputadas do PT, Reginete Bispo (RS) e Juliana Cardoso (SP), entre outros convidados.

A deputada Érica Kokay (PT/DF), que solicitou a audiência, junto com a deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG), elencou uma série de violências cometidas contra as crianças e adolescentes indígenas e defendeu políticas públicas nos territórios com recorte na infância,





manifestando apoio à criação do Observatório de Saúde Indígena na UnB, cujo objetivo é gerar conhecimento, maximizar a informação, qualificar a gestão e fortalecer o controle social, apoiado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI/MS.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67601>.





Créditos da Fotografia/Imagem Zeca Ribeiro/Câmarados Deputados

### Recomendações da Comissão Nacional da Verdade

No dia 26 de abril, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial realizou audiência pública para discutir as recomendações da Comissão Nacional da Verdade.

A presidente da CDHMIR, deputada Luizianne Lins (PT/CE), autora do Requerimento 12/2023, reiterou a importância da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada por lei em 2012 para elucidar as graves violações de direitos

humanos cometidas pela ditadura militar (1964-1985). A CNV deixou como herança, para além de suas conclusões, uma série de recomendações ao Estado brasileiro para evitar a repetição das práticas do regime militar e aperfeiçoar a democracia brasileira.

Em um momento extremamente prestigiado, de resgate histórico, de profundas reflexões e provocações ao novo governo, a deputada reforçou a necessidade de ser estabelecido um órgão permanente para dar seguimento às ações e recomendações da CNV.





"Apesar de esforços iniciais terem sido empreendidos para a criação desse órgão, o legado da CNV foi ignorado após a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Assim, o Instituto Vladimir Herzog, que há 14 anos atua a partir da defesa irrestrita da democracia e dos direitos humanos, tomou para si o exercício de identificar o estado de cumprimento das recomendações", disse. Luizianne.

Gabrielle Abreu, do Instituto Vladimir Herzog, lembrou que "a ausência de responsabilidade dos agentes públicos na ditadura, de acordo com o relatório, é um dos pilares da cultura da impunidade que impera no país, daqueles que atentam contra os direitos humanos e a democracia".

O relatório aponta, ainda, o cumprimento de apenas duas recomendações da Comissão Nacional da Verdade: a revogação da Lei de Segurança Nacional, por meio da criação de vetos à Lei dos crimes contra o Estado Democrático de Direito - recomendação 18; e a recomendação 25, que sugeriu a audiência de custódia. Ele identificou, ainda, 97 proposições legislativas: 74 referentes ao aperfeiçoamento institucional e legislativo; 9 referentes aos direitos dos povos indígenas, e 14 que tratam dos direitos da população LGBTQIA+.

Após apresentação do relatório de monitoramento das recomendações da CNV, feita pelo Instituto Vladimir Herzog e pela Fundação Friedrich Ebert (FES) Brasil, em nome do fortalecimento da democracia, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sílvio Almeida, anunciou a criação do órgão e defendeu a institucionalização da política de direitos humanos no Brasil.



Nilmário Miranda, atual Chefe da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, evidenciou o planejamento do grupo de trabalho interministerial para implementar as recomendações da CNV, entre elas, a responsabilização civil, criminal e administrativa dos envolvidos, sem direito à anistia. Destacou, ainda, o papel do Judiciário para destravar o processo de anistia, que deve valer para a vítima do Estado brasileiro, e não para o algoz e a vítima como vem sendo mantido até hoje no Brasil.

Participaram também da audiência: a presidente da Comissão de Anistia, Eneá de Stuz e Almeida; o presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, André Leão; Pedro Dallari, representante da Comissão Nacional da Verdade; o diretor executivo da Fundação Friedrich Ebert, Christopher Heuser; a assistente social e professora adjunta da UnB, Elaene Rodrigues Alves, além de membros e não membros da CDHMIR.

O Relatório foi formalmente entregue à presidente da Comissão pelo Instituto Vladimir Herzog e pela Fundação Friedrich Ebert (FES) Brasil, sobre as recomendações da Comissão Nacional da Verdade para os poderes públicos do Brasil: Executivo, Legislativo e Judiciário.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67528>.





Créditos da Fotografia/Imagem Will Shutter / Câmara dos Deputados

### **Incidência da psicopatia na esfera política**

No dia 4 de maio, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial realizou audiência pública para discutir sobre a "incidência da psicopatia da esfera política". O deputado Luiz Couto (PT/PB), autor do Requerimento 8/2023, ressaltou que ela seja estudada sob várias perspectivas, diante da complexidade da esfera pública. "O tema da psicopatia, alvo de crescente interesse da psiquiatria e da população em geral, articula algumas questões, como os transtornos da personalidade antissocial".

O deputado Luiz Couto presidiu a audiência e fez os seguintes questionamentos aos convidados e participantes do debate: Esses transtornos se manifestam na esfera criminal e na esfera política? Há relação entre o que acontece nas duas esferas? É preciso tomar medidas para afastar da política pessoas com transtornos desse tipo? Haveria risco de limitar o funcionamento da democracia (e do próprio Estado de direito) se essas medidas fossem tomadas?



Alexandre Martins Valença, Coordenador do Departamento de Psiquiatria Forense da Associação Brasileira de Psiquiatria, explorou o aspecto teórico e conceitual da psicopatia apresentando características e comportamentos de uma pessoa que possui esse transtorno de personalidade. Entre elas, citou algumas como: egocentrismo, frieza, vaidade narcisista, manipulação, agressividade, falta de empatia, déficits emocionais e antisocialidade. Fez, ainda, referências e recomendações de livros e filmes para quem desejar conhecer melhor o diagnóstico e o perfil criminal desses indivíduos.

Já Salomão Rodrigues Filho, Conselheiro Federal e Coordenador da Câmara Temática de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina, reforçou atributos marcantes já explanados e chamou atenção para as perguntas elencadas pelo autor do requerimento. “Há sim relação entre o que acontece na esfera criminal e na esfera política, a forma é a mesma, mas o conteúdo é diferente. Afastar essas pessoas preventivamente é complicado, talvez seja cercear a liberdade, mas acredito que não há riscos para o funcionamento da democracia. O meu colega Valença disse que os tratamentos são poucos, e eu diria, com 51 anos de psiquiatria, que não existe tratamento para psicopatia”, enfatizando a respeito dos tratamentos.

Diego Guimarães Camargo, representante da Defensoria Pública Federal, fez um contraponto a partir do olhar jurídico e salientou a delicadeza e complexidade do tema. E acrescentou: “nem todo psicopata necessariamente vai praticar crimes. Isso vai depender exatamente de como é que ele vai ser conduzido, vai depender do grau da psicopatia dele, o que também pode variar. Então, essa de que todo psicopata necessariamente é um serial killer - ele vai matar - não é verdade. Existem psicopatas que não praticam qualquer tipo de crime.





O ideal, portanto, é que isso seja tratado na infância, que a pessoa seja submetida a condições mais adequadas de educação, para que seja conduzida de forma a não praticar crimes. Mas, infelizmente, não é isso que acontece. Em torno de 15% a 25% da população encarcerada é composta de psicopatas”.

Para Astronadc Pereira de Moraes, Tenente da Polícia Militar da Paraíba, “a audiência tratou de informar a sociedade e despertar para os agentes públicos que o melhor tratamento contra a psicopatia e contra as ações de interferência do psicopata em busca dessa macropolítica é a informação. Isso é fundamental para as pessoas entenderem que a psicopatia existe e estamos rodeados de psicopatas, infelizmente. Que políticos nós estamos colocando no poder? Eles satisfazem a vontade popular? E essa vontade popular é psicopática? Ou é a vontade de que todo país tenha um projeto de nação com dignidade, casa, moradia, lazer, trabalho, paz no trânsito?”

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67858>.







Créditos da Fotografia/Imagem Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

### Legislação da Infância

No dia 16 de maio, a CDHMIR realizou debate sobre a Legislação da Infância. O evento alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes resgatou o conjunto de leis que amparam o sistema de garantia de direitos, e atendeu os Requerimentos 14/2023 e 60/2023 de autoria do deputado Luiz Couto (PT/PB), além do Requerimento 34/2023, das deputadas Daiana Santos (PCdoB/RS), Benedita da Silva (PT/RJ), Maria do Rosário (PT/RS), Erika Kokay (PT/DF) e do deputado Luiz Couto (PT/PB).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) voltou ao centro do debate. Também foi lembrado o caso da menina Araceli, que teve todos seus direitos violados e foi assassinada aos 8 anos de idade, em 18 de maio de 1973, motivo pelo qual foi escolhido o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Os trabalhos foram abertos pela presidente Luizianne Lins e compartilhados com as deputadas Maria do Rosário, Amanda Gentil e o deputado Luiz Couto. A audiência fez parte





dos eventos da campanha “Faça Bonito” e teve a participação de representantes de Pernambuco, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Minas Gerais e Amazonas.

Maria America Ungaretti, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes, alertou sobre crimes não letais cometidos contra as crianças. Nos últimos 4 anos, foram 45.076 vítimas de estupro. Para ela, é preciso identificar que fenômeno é esse que tem tanta incidência e reincidência no nosso País. “Que fenômeno é esse que passa por todas as classes sociais, por todas as etnias, por todos os grupos - grupos religiosos, grupos políticos?”.

Mônica Facio falou da importância de ações para prevenir situações de violência, atuar no protagonismo, autonomia e sororidade entre as meninas. Criadora do “Meninas Cidadãs”, ela apresentou o programa que acontece na rede de educação do Município de Taquara, no contraturno escolar, com um grupo de meninas selecionadas pela coordenação pedagógica da escola, com a mediação de psicólogas especializadas na infância e na adolescência.

Poliana Magalhães, representante da Freedom Fund - organização mundial que trabalha pelo fim da escravidão moderna, defendeu que a exploração sexual de crianças e de adolescentes também faz parte da escravidão moderna. Ela cita que, ao chegar ao Brasil, a Freedom Fund se depara com o grande desafio de conhecer mais sobre este fenômeno da exploração sexual e o desafio de identificar os dados confiáveis para pensar em políticas mais sustentáveis. A partir disso, desenvolveu três grandes pesquisas, em parceria com universidades brasileiras e estrangeiras. Os estudos estão disponíveis nas redes da organização.



Diante das falas, a deputada Maria do Rosário destacou a importância de retomar o plano nacional de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes de forma integrada. E manifestou o interesse, na condição de 2ª Secretária da Mesa Diretora, de realizar, com a Mesa Diretora, e as lideranças partidárias, uma reunião com o Fórum Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes.

Como encaminhamento, foi sugerida uma formação ampla sobre a escuta protegida para toda a rede do Brasil, fundamentalmente para educadores e educadoras. E a construção de uma ação orçamentária, de estrutura, para que psicólogos e assistentes sociais ocupem os espaços do ambiente escolar, principalmente para que ações efetivas sejam realizadas no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68004>.





Créditos da Fotografia/Imagem Billy Boss/Câmara dos Deputados

### **Enfrentamento à LGBTIFOBIA - PL Nº 7292/2017 - LEI DANDARA**

No dia 17 de maio, a Comissão debateu o Projeto de Lei 7292/17, conhecido como PL Dandara, uma referência ao assassinato da travesti Dandara dos Santos, 42 anos, ocorrido em 2017, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza (CE), e com grande repercussão nacional. O Requerimento 11/2023 é de autoria da deputada Luizianne Lins (PT/CE).

O projeto altera o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40) e o artigo 1º da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90), a fim de incluir o LGBTcídio - homicídio cometido

contra homossexuais e transexuais por conta dessas condições - no rol dos crimes hediondos. "Esse crime tem endereço e tem motivação. Ele advém do ódio de as pessoas se assumirem ou de conviverem com a diversidade. Daí a importância de qualificar assassinatos como o da travesti Dandara como crime de ódio", afirmou a deputada Luizianne, autora do projeto.

A audiência teve a participação de especialistas, do poder público e de muitas representatividades de entidades e movimentos sociais. Entre os convidados e convidadas



houve consenso e defesa do projeto de lei, assegurando os mesmos direitos já concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2019, o Supremo equiparou ao racismo a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. No mesmo julgamento, decidiu que crimes com motivação homofóbica ou transfóbica devem ser considerados hediondos. Além disso, determinou que o Congresso transforme essas decisões em lei, de forma a assegurar a proteção integral da comunidade.

De acordo com o promotor de Justiça Marcus Renan, quando o crime contra Dandara foi julgado não existia esse tipo penal, o que demandou “esforço hercúleo” para incluir a transfobia como qualificadora da motivação dos criminosos.

O delegado da Polícia Civil do Distrito Federal e mestre em Direitos Humanos pela UnB, Anderson Cavichioli, também defendeu a aprovação do projeto de lei com a inclusão das conquistas recentes. No entanto, o delegado sustenta que somente punição mais severa não será suficiente para garantir a segurança da comunidade LGBTQIA+. Lembrou, ainda, que a comunidade não se sente segura para denunciar devido às barreiras que impedem a efetivação da jurisprudência. Além disso, é fundamental que a legislação penal seja acompanhada de políticas públicas de segurança para esse segmento da população.

Já o vice-presidente da União Nacional LGBT, Fah Moraes, acredita que só haverá segurança de fato quando houver justiça social, com medidas como garantia de equiparação salarial, por exemplo. O ativista defende políticas como adoção de cotas para LGBTQIA+ nos setores público e privado e em universidades.





Ananda Puchta, da Liga Brasileira de Lésbicas, mulher lésbica e negra, registrou a necessidade de apontar essas diferenças e interseccionalidades, porque as vivências das pessoas LGBTQIAP+ não são as mesmas. “O que um homem gay, branco, de classe média sofre não é a mesma coisa que uma travesti preta e periférica sofre. Esta Casa de Leis precisa ter a audácia e a coragem de olhar para essas interseccionalidades, para que essa legislação inclua, de fato, a nossa existência”.

A audiência ocorreu no Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia. A deputada Luizianne compartilhou a presidência com as deputadas Erika Hilton (PSOL/SP) e Daiana Santos, Vice-Presidentes desta Comissão.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68015>.





Créditos da Fotografia/Imagem Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

### Prevenção à violência contra as escolas

No dia 24 de maio, foi realizada audiência pública sobre prevenção à violência contra as escolas. O debate atendeu aos Requerimentos 31/2023, 47/2023 e 51/2023 das deputadas Erika Hilton (PSOL/SP), Geovânia de Sá (PSDB/SC) e Luizianne Lins (PT/CE), respectivamente.

A presidente Luizianne Lins citou o relatório "O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental", entregue em dezembro de 2022 no âmbito do Grupo Temático de

Educação do governo de transição. Segundo pesquisadores, o total de ataques ocorridos nos anos de 2022 e 2023 superou o número total do registrado nos vinte anos anteriores. "O relatório aponta alternativas concretas de ações legislativas e governamentais, entre elas: a alteração da Lei 7716/1989 (Lei dos Crimes de Discriminação e Ódio Racial) e a criação de uma rede de colaboração permanente entre as forças de segurança estaduais e a Polícia Federal para prevenção de crimes de ódio, com foco no ambiente escolar", ponderou.





A deputada Geovânia de Sá, que também presidiu a audiência, manifestou preocupação com os recentes casos de violência no ambiente escolar e pediu providências, a fim de evitá-los. Ressaltou o ocorrido em Blumenau - o ataque a uma creche, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, no dia 5 de abril, onde quatro crianças foram mortas e cinco foram feridas - o que mostra a urgência do debate sobre a importância da ação preventiva, a fim de detectar ameaças e riscos e, por consequência, a proteção dos alunos e dos profissionais de educação.

Marcele Frossard, Assessora de Programa e Políticas Sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, apresentou um guia fundamentado que orienta sobre a defesa da educação cidadã, libertadora, plural, antirracista e inclusiva, a valorização dos profissionais da educação, a garantia do padrão de qualidade na oferta e a gestão democrática nos espaços escolares. “Sem esses pressupostos éticos não é possível estabelecer parâmetros de combate ao nível da violência direcionada às escolas nos últimos anos”.

Isabel Seixas de Figueiredo destacou que a Secretaria Nacional de Segurança Pública atua em duas grandes frentes: operacional e prevenção. Informou ainda sobre a publicação de um edital de financiamento para ações das forças de segurança em relação à segurança nas escolas. Foi o maior edital de repasse de recursos que o Ministério da Justiça já publicou - um montante de 151 milhões de reais.

Letícia Oliveira, que é especialista em monitoramento on-line, citou o relatório da jornalista Sofia Schurig, entregue em 11 de abril. Ele se refere a uma comunidade on-line presente nas redes sociais, uma subcomunidade de glorificação a assassinos e atiradores escolares.





“Tudo isso está acontecendo em ambientes digitais que todos nós frequentamos. Isso não acontece em submundos, acontece nas redes sociais”.

Por fim, Juliana Cunha, psicóloga e Diretora da SaferNet Brasil, fez referência à legislação. “É fundamental que consigamos colocá-la em prática, como se espera. Menciono o próprio Marco Civil da Internet, que estabelece a responsabilidade das escolas e do poder público; a lei que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying); a lei que instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e a lei, mais recente, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital.”

As leis, juntamente com as ações já mencionadas pelo governo, são instrumentos importantes para garantir a prevenção da violência nas escolas. A audiência cumpriu o papel de conhecer as leis, entender como elas podem ser aplicadas e quais são os desafios de cada uma delas.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68167>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

### Discussão do PL N° 2999/2022 - "Lei Mães de Maio"

No dia 31 de maio, a CDHMIR acolheu 20 mães de vítimas de ações violentas do Estado durante audiência pública para discutir a criação de um programa de enfrentamento aos impactos da violência institucional e da revitimização dos familiares, previsto no PL 2999/22, do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). O debate atendeu ao requerimento 66/2023 da vice - presidente da CDHMIR, deputada Erika Hilton (PSOL/SP), que presidiu a audiência.

Segundo a fundadora do Movimento Mães de Maio, Débora Silva, são 17 anos de luta e até hoje o Estado não reconheceu os crimes de mais de 600 jovens negros e pobres em São Paulo e na Baixada Santista. "Estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos com uma equipe de mães para defender a aprovação do projeto de lei, que cria a Lei Mães de Maio. Um projeto que não vai trazer nossos filhos de volta, mas que prevê acolhimento e uma reparação psicossocial às mães, às famílias e aos sobreviventes deste massacre."



De acordo com o deputado Orlando Silva, que esteve presente na audiência, o projeto foi construído em diálogo com a sociedade civil e com vários movimentos sociais. “Este projeto introduz a lógica da justiça de transição, que o Estado brasileiro deve à nossa gente, sobretudo, ao nosso povo pobre, preto, da periferia, que é e segue sendo o alvo principal da ação brutal do Estado através das forças policiais.”

Marivaldo de Castro Pereira, Secretário Nacional de Acesso à Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, solidarizou-se às mães e classificou como “impossível vir da periferia, estar num espaço como gestor público e não ter como meta a luta pela interrupção do extermínio da nossa juventude, pelo simples fato de serem negros, de serem pobres, são alvos de violência daquele que deveria proteger e levar o serviço de segurança pública”. Marivaldo comprometeu-se em aprofundar o diálogo no ministério e viabilizar políticas públicas.

Foi uma tarde de muita comoção para quem acompanhou a retrospectiva dos assassinatos de tantos jovens, contados a partir da dor e da voz de suas mães. A deputada Benedita da Silva (PT/RJ) prestou solidariedade - “Nós não estamos preparadas para ver nossos filhos morrerem. Nós estamos preparadas para que nossos filhos nos enterrem. Este é o nosso propósito, este é o nosso desejo. No entanto, muitas lágrimas têm sido derramadas, lágrimas têm se misturado com o sangue dos filhos e com as lágrimas das mães. Vidas negras importam”.

Ana Paula de Oliveira, do Movimento Mães de Manguinhos do Rio de Janeiro, apelou para a reparação imediata e a responsabilização do sistema de Justiça. “Muitas mães, depois de terem seus filhos assassinados, ficam na rua, ficam sem moradia porque perdem o emprego com o





qual conseguiam se sustentar. Elas não conseguem mais manter suas atividades. As mães perdem seus empregos, adoecem, perdem a moradia, precisam viver de favor na casa de parentes ou de amigos”.

De acordo com a deputada Erika Hilton, “o problema da violência não é apenas das Mães de Maio, mas do povo brasileiro, do Brasil e da maneira como o Estado se organiza. Seguiremos na luta. Espero que possamos nos encontrar novamente para continuar a solucionar esses problemas e aumentar a participação dessas mulheres nesse coletivo”.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68255>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### Povo Saarauí

No dia 6 de junho, a Comissão promoveu audiência pública para discutir a situação do povo Saarauí, em atendimento ao requerimento 99/2023 da deputada Erika Kokay (PT/DF).

A República Árabe Saaraui Democrática, mais conhecida como Saara Ocidental está localizada no norte da África e é o único país árabe de língua espanhola.

A autora do requerimento presidiu a audiência e reforçou a importância do debate. "Não bastasse a ocupação e o roubo

de suas riquezas minerais e da pesca, o povo do Saara Ocidental sofre constantes violações de direitos humanos nos territórios ocupados por parte das forças policiais do Reino do Marrocos". Erika informou ainda que a audiência tem como objetivo instalar o grupo de amizade entre o Saara Ocidental e o Brasil.

Para a ex-deputada federal Maria José Conceição, conhecida como Maninha, que é também presidente da Associação de Solidariedade e pela Autodeterminação do Saara Ocidental





(ASAHARA), o grupo é um instrumento para tornar a República Árabe Saaraui Democrática uma república reconhecida por todos os países do mundo.

O embaixador Ahamed Mulay Ali Hamadi, representante da Frente Polisário no Brasil, informou que as Nações Unidas, o Tribunal de Justiça da União Europeia, a Corte Internacional de Justiça de Haia e a Corte Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, deram o direito e a razão ao povo saaraui, tanto em sua soberania quanto no desfrute de suas riquezas. O anseio do povo saaraui é exercer seu direito a liberdade, a soberania e a autodeterminação e, assim, acabar com os últimos vestígios do colonialismo no continente da África.

A demanda do grupo é o apoio do Presidente Lula, para o reconhecimento do Estado Saaraui e assim, abrir mais uma embaixada na América Latina, em Brasília. “Nosso sonho que o ápice desse trabalho seja a concretização do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Saaraui”, reforçou o embaixador.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68338>.





Créditos da Fotografia/Imagem Bruno Spada/Câmara dos Deputados

### **Criação do Sistema Único de Mobilidade e da tarifa zero no transporte público**

No dia 15 de junho, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) e a Comissão de Legislação Participativa (CLP) discutiram, em audiência pública conjunta, o Sistema Único de Mobilidade e a tarifa zero no transporte público.

O debate foi realizado em atendimento aos requerimentos 92/2023-CDHMIR, das deputadas Luiza Erundina (PSOL/SP) e Luizianne Lins (PT/CE), e 37/2023-CLP, de autoria do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ) e da deputada Luiza Erundina (PSOL/SP).

O deputado Glauber Braga lembrou que em 2015 foi promulgada a Emenda Constitucional 90, que garantiu o transporte como um direito social na Constituição Federal. Contudo, no debate, as falas reforçaram que trata-se de um problema estrutural, para o qual já não cabem soluções paliativas e que a realidade ainda é a baixa qualidade dos serviços e a cobrança de tarifas desproporcionalmente altas.





Os debatedores reclamaram que o subsídio oferecido às empresas de transporte não reduzem as tarifas e reivindicaram a aprovação da PEC 25/23 que cria a tarifa zero no transporte público. A PEC que está sendo examinada pelo Congresso, estabelece a universalidade, a gratuidade e o planejamento integrado para o Sistema Único de Mobilidade. O financiamento da tarifa zero seria feito com um percentual da arrecadação de impostos e incluiria as contribuições financeiras dos proprietários de veículos e dos empresários que empregam usuários do transporte urbano.

Para Cleomar Manhas, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), a implementação da tarifa zero no transporte público não é mais uma “benesse” para a população mais pobre, como argumenta uma parcela da sociedade, já que o segmento paga proporcionalmente mais impostos do que as parcelas mais ricas.

Celso Haddad, da Empresa Pública de Transporte de Maricá, no interior do Rio de Janeiro, onde o sistema foi implementado em setembro de 2014, mostrou como resultado uma economia superior a R\$ 161 milhões no transporte público, em 2022. “Esse é o valor que a população de Maricá deixou de gastar no último ano de 2022 para injetar na economia da cidade: para comprar diferentes coisas no comércio, para fazer uma construção, para levar o seu filho numa escola, para fazer uma capacitação de emprego, para dar uma oportunidade melhor às pessoas”, enumerou.





Millena Nascimento, do Movimento Passe Livre, defendeu que a gestão do transporte seja controlada pelos usuários e pelos trabalhadores a partir de conselhos populares. “Só assim o transporte será realmente público e de qualidade”, afirmou.

A deputada Erika Kokay (PT/DF) sugeriu uma mobilização para a aprovação da tarifa zero, com a formação de uma frente parlamentar e de uma rede de legislativos. Na Comissão de Direitos Humanos, propôs a criação de uma subcomissão para dialogar com os diversos Poderes da República. “O transporte coletivo ainda não é público e as concessões à iniciativa privada resultam em muitos monopólios e pouca transparência nos gastos”, justificou.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68379>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### **Lei 13.344/2016 - prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas**

No dia 20 de junho, realizou-se audiência pública para discutir os avanços e os desafios para o aperfeiçoamento e a efetividade da Lei 13.344/2016, que facilita a repressão ao tráfico de pessoas.

O debate foi realizado em atendimento ao requerimento 63/2023, de autoria da deputada Luizianne Lins (PT/CE) e dos deputados Luiz Couto (PT/PB) e Miguel Ângelo (PT/MG).

De acordo com os parlamentares, com a promulgação da lei, o Brasil foi inserido na estratégia global de enfrentamento ao tráfico interno e internacional de pessoas. A audiência aprofundou a discussão a partir da necessidade da prevenção, além da repressão.

Marina Bernardes, coordenadora-geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, esclareceu que o tema em discussão entrou na agenda política brasileira em 2004, quando o Brasil aderiu ao Protocolo de Palermo na Itália. E que a política possui três eixos - prevenção,



repressão e assistência à vítima. O Brasil já elaborou três planos nacionais. Há ainda o Comitê Nacional e a Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em 16 Estados da Federação. “Reconhecemos que a prevenção é sempre o melhor caminho e temos refletido sobre as novas abordagens para que a informação e os alertas cheguem às populações mais vulneráveis ao tráfico de pessoas. Na repressão, temos alguns desafios, de fato, a enfrentar, porque o fenômeno do tráfico de pessoas é extremamente complexo, especialmente no que tange à aquisição de provas no processo criminal”.

Para Elio Cardoso, coordenador-geral de Combate a Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores, “a aprovação da lei colocou o Brasil em dia com compromissos internacionais e foi um passo fundamental, ainda que insuficiente. Daí a necessidade de campanhas de conscientização e de divulgação de informações sobre o assunto”.

A lei contém dispositivo expresso sobre a assistência às vítimas brasileiras, o que, no exterior, está a cargo do Itamaraty e é prestada independentemente da situação migratória ou ocupação das vítimas, garantindo o respeito à dignidade da pessoa humana, a não discriminação no atendimento, a preservação da privacidade, a cidadania e dos direitos humanos.

Para Lys Sobral Cardoso, coordenadora nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério Público do Trabalho, o mundo do trabalho ocupa a centralidade da discussão sobre o tráfico de pessoas. “O trabalho análogo ao escravo sempre diz respeito ao mundo do trabalho e a exploração sexual e a adoção ilegal podem envolver questões trabalhistas. Temos visto casos de tráfico de pessoas para fins de





adoção ilegal como um instrumento de legitimação de exploração do trabalho - o trabalho doméstico é um exemplo. Esses casos são cada vez mais recorrentes e chegam às instituições de fiscalização, ao sistema de justiça, inclusive ao Ministério Público do Trabalho.”

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68509>.





Créditos da Fotografia/Imagem Will Shutter / Câmara dos Deputados

### Direitos da população em situação de rua

No dia 21 de junho, foi realizada audiência para debater sobre os direitos da população em situação de rua. A discussão atendeu ao requerimento 64/2023 de autoria da deputada Luizianne Lins (PT/CE) e dos deputados Luiz Couto (PT/PB) e Miguel Ângelo (PT/MG).

Luiz Couto, que presidiu a audiência juntamente com a vice-presidente, deputada Erika Hilton, iniciou os trabalhos homenageando o Padre Júlio Lancellotti e sua história de luta no combate a aporofobia, rejeição e aversão aos pobres.

Para Bruno Donato, falar da situação de rua, enquanto movimento nacional, enquanto coordenação e enquanto pessoa em situação de rua, é trazer as nossas dores e as nossas angústias. É falar da violência policial que sofremos, dos homicídios que vêm crescendo no Espírito Santo. A população está na rua por ausência de moradia. Temos enfrentado a insegurança alimentar. A população de rua do Espírito Santo volta a comer do lixo. Os equipamentos estão sucateados e as equipes mal preparadas para atender a essa população.





Estamos cansados de ser tutelados pelo Estado”.

Joana Basílio, também do Movimento Nacional, questionou a efetividade da política pública. “Pelos números do CadÚnico, há 203 mil pessoas em situação de rua. Há 39 mil vagas de acolhimento institucional para 203 mil pessoas em situação de rua. A conta é desleal. Entenderam? É desumano o que o Estado faz com as pessoas em situação de rua. Não nos reconhece como cidadãos detentores de direitos”.

Para Fernanda Penteado Balera, representante da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos, a moradia tem que ser uma política fundamental para a população em situação de rua, porque ela é estruturante e precondição para o exercício dos demais direitos. “A casa é um espaço onde realizamos grande parte das nossas necessidades básicas, e é lá que podemos exercer nossa liberdade e a nossa dignidade”.

Giovana de Melo Araújo, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará e membro colaboradora do Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Defesa das Pessoas em Situação de Rua, reforçou que um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua é instituir a contagem oficial da população em situação de rua. “Não se faz política pública sem dados. É necessário implementar as três principais pautas: o direito à moradia; o direito ao trabalho, que é gerar renda; e o direito à saúde”.

Maria Lucia Lopes da Silva, mestre e doutora em política social pela Universidade de Brasília, conceituou o segmento e enfatizou a necessidade das políticas e programas serem acessíveis



a grupo de pessoas com características diversas, origem diversa, faixa etária diversa, condição étnico-racial diversa, orientação sexual diversa. As políticas de saúde, de educação, de assistência, de trabalho, de transporte, de moradia, entre outras, devem suas metodologias ao perfil dessas pessoas. Não é possível continuarmos aceitando que os órgãos públicos continuem exigindo endereço de moradia para a matrícula de pessoas em situação de rua na rede oficial de ensino, quando se sabe que essas pessoas não possuem endereço fixo, ou outros critérios que são incompatíveis com o perfil dessas pessoas”.

O deputado Luiz Couto (PT/PB) enfatizou que “as pesquisas precisam ser completadas com a escuta direta das próprias pessoas que se encontram em situação de rua, são elas que enfrentam os obstáculos para alcançar a cidadania”.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68544>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures /Câmara dos Deputados

### **Discussão do PL 1102/2023 - expropriação de propriedades rurais e urbanas em caso de comprovada exploração de trabalho escravo**

No dia 26 de junho, a CDHMIR debateu o projeto de lei que regulamenta o artigo da Constituição Federal para dispor sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo (PL 1102/23). O debate atendeu ao requerimento 49/2023, de autoria da deputada Reginete Bispo (PT/RS).

De acordo com a deputada Reginete Bispo, "há de se asseverar a importância e necessidade de retomada do debate neste momento, diante dos últimos casos publicizados pelos veículos de comunicação, evidenciando a sua gravidade e atualidade".

O jornalista e doutor em ciência política, Leonardo Sakamoto, trouxe à reflexão os últimos casos veiculados na imprensa sobre os resgates nas vinícolas no Rio Grande do Sul ou em usinas de cana em Goiás. "São alguns resgates com 200 e poucos trabalhadores, e isso dá até a impressão, eventualmente, de que nunca houve tanto trabalho escravo no Brasil. O recorde





de resgates, ainda está com o ano de 2007. Foram resgatados 6 mil trabalhadores nessas condições, devido a incidência grande de usinas de cana-de-açúcar naquele momento”.

Ele acrescentou que houve um aumento da vulnerabilidade para o trabalho escravo em momentos de crise econômica e de crise sanitária. Há pesquisas que apontam que a crise aumenta a vulnerabilidade, mas o número de resgates aumenta com a retomada econômica. “E nós estamos em um momento de retomada econômica. Os números mostram isso”, afirmou Sakamoto.

Outras informações relevantes para o debate foi à responsabilização das cadeias de valor, não apenas os que usam trabalho escravo, mas também quem se beneficia do trabalho escravo naquela e a existência da “Lista Suja” do trabalho escravo, que é o cadastro de empregadores flagrados com o trabalho escravo.

A desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho e professora da UNICAMP, Magda Barros, elencou três elementos fundamentais para enfrentar a escravização moderna. Segundo ela, “é o capitalismo, este sistema econômico, político e social, que traz a mercantilização de todas as esferas da vida em suas múltiplas expressões; a concorrência brutal entre Estados, nações e indivíduos; e a concentração da renda, riqueza e poder político nas mãos de cada vez menos pessoas e cada vez menos corporações. Segundo dados oficiais, 90% dos resgatados são terceirizados, o que evidencia haver uma linha tênue que separa as formas de escravidão contemporânea e a terceirização”, reforçou a professora.





Para o juiz do trabalho, Rodrigo Trindade, “precisamos combater o trabalho escravo no Brasil, primeiramente reconhecendo como estruturante, de forma muito parecida com o que foi no século XIX. Ele tem a característica, talvez única no mundo, de ser um trabalho escravo também urbano. É um traço cultural. Há a necessidade de reconhecer que toda área urbana ou rural em que há exploração de trabalho escravo precisa ser apropriada”.

A audiência contou ainda com o forte depoimento de José Saldanha, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR: “Eu era trabalhador escravo e não sabia. Era morto de felicidade na época. Depois fui para o movimento sindical, adquiri conhecimento, aprendi a reconhecer os meus direitos”

Por fim, a deputada Reginete Bispo elencou as seguintes conclusões: a unanimidade quanto a aprovação do projeto de lei; a importância de que seja atribuída a competência à Justiça do Trabalho; o fortalecimento do sistema de proteção dos trabalhadores; a importância de debater o tema da terceirização e a ampliação da discussão do tema para outros setores.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68459>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### Uso da cannabis para fins medicinais

No dia 29 de junho, a CDHMIR realizou o importante debate sobre o uso da cannabis para fins medicinais. A audiência atendeu ao requerimento 73/2023 da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP).

A autora do requerimento destacou que estudos e pesquisas científicas vêm demonstrando, nos últimos 40 anos, a eficácia da utilização da cannabis medicinal para o tratamento de sintomas ou de efeitos colaterais indesejados nas modalidades terapêuticas de várias

doenças, entre elas: doença de Alzheimer; epilepsia; autismo infantil; doença de Parkinson; artrite; fibromialgia; esquizofrenia; náuseas; carcinoma; depressão; esclerose e fobia social.

"Apesar de atualmente ser classificada como droga para efeitos penais, as suas propriedades medicinais continuam a existir e deveriam ser adequadamente exploradas. Algumas moléstias podem ser tratadas com sucesso, de modo mais eficaz e seguro, em relação a outras drogas que não apresentam respostas satisfatórias perante determinados casos clínicos", afirmou Sâmia Bomfim, que presidiu a audiência.





Representantes de associações da sociedade civil e pesquisadores que participaram do debate defenderam a legalização do plantio de cannabis para uso medicinal e a incorporação de medicamentos, à base da planta, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Rafael Arcuri, presidente da Associação Nacional do Cânhamo Industrial, considera “irracional” a situação da cannabis medicinal no País do ponto de vista regulatório, econômico e de política nacional. Ele ressaltou que há diferentes formas de acessar o medicamento hoje, inclusive pelo SUS, em vários estados, mas há proibição expressa do cultivo. “Podemos, de diferentes formas, importar, produzir, vender. Temos uma indústria se estabelecendo, um comércio cada vez mais forte, que cresce 100% ao ano, de cannabis medicinal, mas não temos a possibilidade de produção nacional desses insumos, ou seja, a cannabis com baixo teor de THC”, afirmou.

Na América Latina, o Brasil é um dos poucos países que não legalizaram o plantio para fins medicinais. Na Argentina, Equador, Uruguai e Colômbia, o cultivo já é legal. Segundo Rafael Arcuri, a experiência mostra que a legalização só trouxe benefícios econômicos, industriais e para a saúde pública.

O coordenador-geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Rodrigo Cariri de Almeida, lembrou que os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam da matéria não vinham sequer sendo discutidos, mas, agora, serão analisados e avaliados os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas.



Cidinha Carvalho, presidente da Cultive Associação de Cannabis e Saúde, citou o caso de sua filha Clárian, portadora da Síndrome de Dravet, que antes de tomar o óleo de cannabis não interagiu, convulsionava por mais de uma hora, não corria, não pulava, não transpirava, tinha apnéia do sono e a coordenação motora bem prejudicada. Depois importar o óleo, a filha teve diversos benefícios, como a diminuição das crises convulsivas, o fim da apnéia do sono, a melhora cognitiva e da coordenação motora, além de ter começado a transpirar depois de quatro meses de uso.

Para Sidarta Ribeiro, neurocientista e professor titular do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o pânico moral da sociedade brasileira com a maconha e os conflitos econômicos são motivos para a demora na legalização do plantio da cannabis no Brasil. Segundo ele, existe monopólio na importação do óleo terapêutico e não há razões legais que impeçam o governo de comprar das associações e disponibilizá-lo no SUS.

O professor do Departamento de Química da Universidade Federal de São Paulo, Diogo de Oliveira Silva, defendeu uma política pública nacional sobre o uso e o cultivo da cannabis para uso medicinal e ressaltou que as universidades podem dar suporte técnico-científico para o Ministério da Saúde.

Audiência na íntegra por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68715>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### **Ações de enfrentamento ao racismo na primeira infância**

No dia 29 de junho, a Comissão realizou audiência pública para debater ações de enfrentamento ao racismo na primeira infância. O debate atendeu aos requerimentos 2/2023 e 82/2023, ambos da deputada Erika Kokay (PT/DF), e 20/2023, do deputado Junio Amaral (PL/MG).

Representantes de várias organizações da sociedade civil denunciaram, na Câmara dos Deputados, o racismo contra as crianças negras e indígenas.

"As experiências vividas na primeira infância afetam profundamente o desenvolvimento emocional, mental, social e físico dos indivíduos. O racismo, o sexismo, a discriminação cultural e religiosa são variáveis que impactam diretamente, e de maneira perversa, no desenvolvimento do indivíduo", mencionou a deputada Erika Kokay.

Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação do Geledés - Instituto da Mulher Negra ressaltou a necessidade de abordar os efeitos socioeconômicos e psicossociais do



racismo desde a primeira infância para alterar as relações sociais, bem como as práticas nos serviços e os equipamentos públicos, de forma que os serviços prestados atendam às especificidades das famílias negras e indígenas.

Integrante da Ação de Mulheres pela Equidade (AME), Damiana Neto, afirmou que, muitas vezes, o ambiente escolar é palco de linguagens verbais e não verbais preconceituosas e estigmatizantes. “A AME pretende tratar as violações das infâncias negras e indígenas, articulada com o Parlamento para exigir políticas públicas capazes de evitar um processo de adoecimento em toda a vida adulta”.

Rosijane Tukano, dirigente do Makira-E’TA, a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, reforçou a necessidade de mudança no ambiente escolar. “Que a gente possa criar um espaço seguro para eles, um espaço de acolhimento, um espaço de direitos”.

A pesquisadora do Instituto Alana Letícia Silva mostrou que o impacto negativo do racismo vai além das crianças negras e indígenas. “É importante olhar para os impactos do racismo também nas crianças brancas, que passam a ter a subjetividade moldada a partir de uma lógica de superioridade e são impedidas de conviver e aprender com a potência da diversidade nas relações humanas”, ponderou.

Representantes dos Ministérios da Educação, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos mostraram programas ligados a diretrizes previstas no Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/16), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e na Convenção





Internacional dos Direitos das Crianças. Entre as sugestões apresentadas estão o reforço do ensino étnico-racial, com ênfase no ambiente escolar como espaço de acolhimento.

A deputada Erika Kokay anunciou que, a partir das denúncias e sugestões apresentadas, vai elaborar um projeto de lei de enfrentamento ao racismo na primeira infância.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68708>.







Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### **Violência contra as mulheres no Brasil**

No dia 2 de agosto, a CDHMIR e a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) realizaram audiência pública conjunta para discutir o aumento dos casos de violência contra as mulheres no Brasil.

O debate atendeu aos requerimentos 10/2023-CDHMIR, do deputado Luiz Couto (PT/PB), e 9/2023-CMULHER, da deputada Ana Pimentel (PT/MG).

A deputada Luizianne Lins (PT/CE), presidente do colegiado, fez a abertura da audiência e falou da luta cotidiana das mulheres contra a violência, da necessidade de políticas públicas sérias e da efetividade da Lei Maria da Penha. “O nosso grande desafio ainda é a primeira denúncia. Precisamos encorajar as mulheres a essa primeira denúncia, mas precisamos também ter um país com políticas de proteção, de incentivo, de formação e de empoderamento, que sejam capazes de libertar as mulheres, eliminar as desigualdades, salvar e transformar vidas”





A deputada Ana Pimentel, que também presidiu a audiência, ratificou e relacionou o aumento dos casos de violência com o declínio dos recursos orçamentários destinados ao enfrentamento desses crimes. "Essa discussão é fundamental para refletirmos e buscarmos avanços e consolidação das políticas públicas que visam combater a violência contra as mulheres".

O debate ocorreu em torno dos dados oficiais sobre a violência, a escassez e o desmonte das políticas de proteção e o acolhimento de mulheres nos últimos anos.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023 apontam que houve aumento de cerca de 3% nas agressões; 7,2% em ameaças; 8,7% em chamadas ao 190; 13,7% em medidas protetivas que foram concedidas; 49,7% em casos de assédio sexual - importunação sexual, feminicídios e tentativas de feminicídios; 61,1% nos feminicídios praticados contra as mulheres negras; 8,2% em casos de estupro, sendo parte significativa de estupro de vulnerável.

De acordo com a assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Carmela Zigoni, a execução orçamentária de ações voltadas ao público feminino sofreu redução de 75% entre 2014 e 2019, de R\$ 185 milhões para R\$ 46 milhões. Conforme a especialista, em 2022, o Executivo enviou ao Congresso uma proposta de lei orçamentária que destinava R\$ 13 milhões para todas as políticas de proteção às mulheres.

A pesquisadora Letícia Godinho, da Fundação João Pinheiro, acrescentou aos dados o crescimento das mortes violentas de mulheres e o uso de armas de fogo. "A série histórica dos registros indicava que mais ou menos 50% dessas mortes aconteciam em decorrência do uso



de armas de fogo. E o Fórum traz o dado preocupante neste ano: 69% dos homicídios dolosos de mulheres aconteceram como resultado do uso de arma de fogo”.

A Secretária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Ministério das Mulheres, Denise Mota Dau, celebrou a retomada do Programa Mulher, Viver sem Violência, que prevê a construção de 40 novas Casas da Mulher Brasileira, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, além da reestruturação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Wilma dos Reis, representante da Marcha Mundial das Mulheres, contribuiu com o debate. “É bom entendermos que vivemos em uma sociedade capitalista, patriarcal, racista, LGBTfóbica, capacitista, em que diversas opressões são utilizadas por esse sistema econômico para explorar, cada dia mais, as mulheres e os homens, negros, indígenas, enfim. Isso leva à violência, porque acaba reduzindo essa pessoa à sobrevivência, à existência daquilo que lhe dispõe, e não buscar a aplicação dos seus direitos ou a luta por novos direitos”.

Estiveram presentes na audiência a deputada Lêda Borges, presidente da CMULHER e o deputado Luiz Couto, autor do requerimento na CDHMIR.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68974>.





Créditos da Fotografia/Imagem Myke Sena / Câmara dos Deputados

### Refugiados no Brasil

No dia 9 de agosto, a CDHMIR discutiu a situação dos refugiados no Brasil. O debate atendeu ao requerimento 107/2023 da presidente do colegiado, deputada Luizianne Lins (PT/CE).

"Apesar dos esforços, os refugiados no Brasil ainda enfrentam muitos desafios. A barreira do idioma, a discriminação, o desemprego e as dificuldades de integração cultural são apenas alguns dos obstáculos que eles enfrentam diariamente", afirmou a deputada

Luizianne Lins. Ela lembrou ainda de situações e ocorrências em portos e aeroportos, como o ocorrido no aeroporto de Guarulhos/SP, em que imigrantes, a maioria afegãos, acamparam nas salas de embarque.

Oscar Sanchez, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), reconheceu o protagonismo histórico do Brasil ao ratificar a Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados e regulamentá-lo por lei (Lei 9.474/97). Ele destacou que os



instrumentos legais viabilizam, por exemplo, os vistos humanitários, fundamentais na atual acolhida aos afegãos. “É uma política que está salvando vidas”, disse.

Sanchez citou o aumento de restrições às mulheres do Afeganistão. “Elas não podem sair de suas casas, não podem estudar e não podem trabalhar. E o Brasil é um dos poucos países do mundo inteiro que está oferecendo vistos para as pessoas chegarem aqui”, ressaltou.

O relatório “Tendências Globais”, do ACNUR, mostra que, até maio, 110 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar de seus lares por motivos de perseguição, de conflitos, de violação de direitos humanos e de circunstâncias que perturbam a ordem pública. O número inclui refugiados e apátridas. No Brasil, a maioria dos 65 mil refugiados vêm da Venezuela, Haiti, Afeganistão, Ucrânia, Síria e Congo.

Tomás Alejandro Guzman, diretor da ONG Casa Venezuela, agradeceu a Operação Acolhida. “O Brasil tem a melhor resposta humanitária da região. Em menos de 72 horas, a operação consegue documentar os venezuelanos e garante acesso ao SUS”.

Especialistas, no entanto, apontaram vários problemas e desafios em curso quanto ao atendimento aos refugiados. Marina Rongo, da ONG Conectas Direitos Humanos, pediu apoio orçamentário e de pessoal para que o Comitê Nacional para os Refugiados diminua a fila de espera de 90 mil pessoas e o tempo médio de dois anos e meio nos processos de regularização. Bianca Abrahami, do Instituto Migrações e Direitos Humanos, cobrou políticas especiais de proteção para crianças e adolescentes, que, em média, correspondem a 40% dos refugiados no





mundo. Ela também defendeu a aprovação do Projeto de Lei 2482/20 sobre a simplificação da revalidação de diplomas.

Outra reivindicação unânime dos especialistas é a revogação de uma portaria interministerial (Portaria 678/22) do governo Bolsonaro, ainda prevendo possibilidades de “repatriação ou deportação imediata”, com base nas regras vigentes durante a pandemia de Covid-19.

Fernanda Rosas, do Ministério de Portos e Aeroportos, anunciou que a revogação está na Casa Civil e que deve ser anunciada. Ela informou sobre diálogo com diversos setores para garantir o acolhimento de refugiados. “A Casa Civil em breve vai ter, de fato, uma política nacional para esse acolhimento”.

Lutiana Barbosa, coordenadora nacional do grupo de trabalho Migração, Apatrídia e Refúgio da Defensoria Pública da União, informou que o órgão tem realizado mutirões de regularização migratória, sobretudo com foco nas crianças sem documento, porém, ressaltou que são necessárias outras ações em massa.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69062>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures /Câmara dos Deputados

### Projeto PRF Amiga dos Autistas

No dia 16 de agosto, a Comissão realizou audiência pública para conhecer o projeto "PRF Amiga dos Autistas". O evento foi resultado da aprovação do requerimento 6/2023, de autoria do deputado Luiz Couto (PT/PB).

A presidente do Colegiado Luizianne Lins (PT/CE) acolheu participantes e convidados da audiência, fez a abertura elogiando o projeto e passou a presidência para o deputado Luiz Couto. O deputado, que também celebrou as ações da PRF,

ênfaticamente, destacou: "É missão constitucional e legal do Congresso Nacional lutar pelos direitos das pessoas autistas. Isso significa, entre outras coisas, dar visibilidade e construir políticas públicas para esse segmento", explicou.

A proposta da Polícia Rodoviária Federal consiste em levar para as rodovias federais a preocupação da instituição com a segurança pública das pessoas autistas. O projeto propõe uma abordagem humanizada, a utilização de cartilhas e o treinamento de policiais em todo o Brasil.





Fernando Cotta, inspetor e presidente da Comissão de Direitos dos Autistas na Polícia Rodoviária Federal, falou de sua dedicação ao projeto PRF Amiga dos Autistas, por ser pai de autista. “Foi criada a primeira comissão aqui em Brasília. A proposta é que tenhamos uma comissão nacional e que cada Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Brasil tenha uma comissão para estudar melhor os casos, detectar quem são as pessoas dentro da própria PRF que vivem essa situação, quem tem um filho ou esposa que foram diagnosticados com o transtorno do espectro autista. Agora essa pessoa vai contar com o Projeto PRF Amiga dos Autistas. Esse projeto envolve a sociedade civil”.

José Teógenes Abreu, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal, enfatizou a importância da universalidade para tratar de direitos humanos e abordou olhares previstos no projeto. “Um deles é o olhar de dentro para fora, para que qualquer policial treinado, numa abordagem, saiba identificar com propriedade aquela pessoa que tem uma neurodivergência, para de fato ser próximo daquela situação de vulnerabilidade e não agrave a abordagem. Teremos um olhar de fora para dentro, sabendo da postura de se qualificar e as pessoas vão se aproximar cada vez mais da Polícia Rodoviária, não com temor, mas com respeito. E vamos ter um olhar de dentro para dentro, procurar ver a neurodivergência dentro do nosso quadro de servidores, para enfrentarmos essa causa dentro da nossa instituição”.

Alexandre Figueiredo de Araújo, Coordenador do Movimento do Orgulho Autista do Brasil de Mato Grosso, citou a frase da Temple Grandin: "O autismo é parte do que sou, mas não me define. Então, eu não deixo que ele me defina".





Com esse entendimento, ele completou: “A polícia tem que se preparar melhor para identificar esses comportamentos e apoiar não apenas o autista, mas também toda a família nesse contexto de abordagem e deslocamentos. É importante que o policial entenda os símbolos que identificam esse grupo social para que haja uma comunicação antecipada entre a força pública e a comunidade. Da mesma forma, é preciso respeitar e identificar a comunidade como um todo”.

A deputada Erika Kokay (PT/DF), que também participou da audiência parabenizou o projeto e citou várias ações da PRF, enquanto polícia cidadã. “A Polícia Rodoviária Federal tem ineditismos que são absolutamente fundamentais e exemplares a serem seguidos por vários outros órgãos públicos. Ela tem, por exemplo, um programa de mapeamento de vulnerabilidades das nossas rodovias, com combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes, auxiliou as mulheres que marcharam em defesa da vida, para que nenhum transtorno pudesse acontecer à Marcha das Margaridas, que reuniu por volta de 100 mil mulheres aqui no Distrito Federal e floresceu a nossa cidade. Agora, a campanha PRF Amiga dos Autistas indica um transbordar de uma polícia que entende sua função de construir outra lógica, a lógica cidadã, ou de construir uma sociedade em que todo mundo possa caber dentro dela”.

A íntegra da audiência pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69158>.





Créditos da Fotografia/Imagem Gilmar Félix / Câmara dos Deputados

### Plano Nacional Juventude Negra Viva

No dia 17 de agosto, a Comissão realizou audiência pública para discutir o Plano Nacional Juventude Negra Viva. O debate atendeu ao Requerimento 149/2023, de autoria da presidente do Colegiado, deputada Luizianne Lins (PT/CE), e do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP).

O Ministro Márcio Macêdo, que prestigiou a audiência, ressaltou: “Fiz questão de vir, porque a vida é feita de símbolos. E é um símbolo importante ver o Parlamento do Brasil tratar de um

tema tão urgente e de uma dívida que o Estado brasileiro tem com a juventude, com os negros e negras do nosso País. É inadmissível o País conviver ainda com o assassinato de jovens negros e negras nas periferias das grandes capitais do nosso País”.

A deputada Luizianne lembrou a importante inclusão do termo Igualdade Racial ao nome da Comissão que historicamente acolhe as denúncias de racismo e atua na temática. Celebrou



ainda a relevância da audiência para fazer a população brasileira conhecer o Plano Nacional da Juventude Negra Viva, que foi construído de forma participativa por todo o país.

O deputado Orlando saudou calorosamente o professor Claudinho, presente no plenário, que é Ouvidor da Polícia Militar do Estado de São Paulo. “Estou falando do Claudinho e me arrepiando, porque ele foi muito corajoso ao denunciar o massacre feito na cidade do Guarujá. Em função dessa coragem, pela atitude combativa que ele teve de denunciar a violência policial, ele é vítima de ameaças que põem em risco a própria vida”.

Ronald Santos, conhecido como Sorriso, Secretário Nacional de Juventude, apresentou o histórico de construção do plano, seus objetivos, parceiros e implementação. “O Plano Juventude Negra Viva é oriundo das aflições da juventude negra pelo seu direito à vida, pelo seu direito à possibilidade de não só sobreviver, mas ter vida plena. E foi apresentado como prioridade número um da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em 2008. Nós, juventude negra, assumindo os espaços de poder, queremos dizer que não vamos titubear para constituir o plano como uma estratégia interministerial, mas com a participação do Legislativo e do Judiciário para reduzir esses índices sufocantes que nós temos vivenciado, enxergado e que não diminuem”.

Yuri Santos, do Ministério da Igualdade Racial, contribuiu com informações sobre o trabalho realizado pela Caravana Participativa do Plano Juventude Negra Viva. Para ele, “a participação social sempre foi um princípio com o qual flertamos de forma inegociável. É o princípio norteador de todo o processo de construção dessa política pública - garantir um plano que reconhecesse





as juventudes diversas. Muitas juventudes sofrem com as vulnerabilidades sociais da sociedade brasileira, com a opressão do capital, com a hegemonia de privilégios, mas é a juventude negra que morre todos os dias, nas favelas, nos becos, nas vielas, nas periferias do nosso País”.

Manuela Mirela, presidenta da União Nacional dos Estudantes, falou da importância da luta cotidiana por respeito, justiça e cotas. “Nós do movimento estudantil e do movimento social temos muito a falar. Inclusive, conseguimos garantir a renovação da Lei de Cotas. Essa lei conseguiu democratizar o acesso de pessoas pobres e negras à universidade. E nós mudamos a cara da universidade federal brasileira. Se hoje há o dobro de mulheres negras nas vagas do PROUNI ocupando os dez cursos mais disputados desse processo, é graças à luta e à resistência do movimento negro e do movimento estudantil”.

“Quando a Elza cantava que a carne mais barata do mercado é a carne negra, ela dizia que nós, pessoas pretas, precisávamos lutar por respeito, por justiça e por respeito de algum antepassado da cor. Ela se referia a 523 anos de um Brasil que sempre colocou a população preta na marginalidade”, citou.

Foi uma audiência longa e VIVA, com muitas participações de parlamentares federais, estaduais, municipais, governamentais e representações das juventudes.

O conteúdo na íntegra pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69133>.





Créditos da Fotografia/Imagem Billy Boss/Câmara dos Deputados

### **Rádios Comunitárias e o direito humano à comunicação**

No dia 22 de agosto, realizou-se na Comissão audiência pública sobre o tema “Rádios Comunitárias e o Direito Humano à Comunicação”. O debate atendeu ao Requerimento 151/2023 de autoria da presidente do Colegiado, deputada Luizianne Lins (PT/CE), e do deputado Luiz Couto (PT/PB).

Eles destacam a importância das rádios comunitárias para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Convidados debatedores, representantes de rádios

comunitárias, reforçaram a necessidade de mais investimentos nessas emissoras. “Precisamos pensar em formas de fortalecer e facilitar a disseminação da voz das rádios comunitárias no Brasil, tais como: a isenção de impostos, a redução de despesas e a ampliação das receitas”.

O deputado Luiz Couto, que presidiu a audiência, ressaltou que o modelo brasileiro de comunicação é essencialmente privado, voltado ao lucro de determinados grupos e à disseminação de informações de interesses de patrocinadores. Fortalecer as rádios





comunitárias é fazer valer o direito humano à comunicação, disse.

O presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO), Geremias dos Santos, reclamou do atraso do governo Lula em alterar o decreto que regulamenta o setor. Segundo ele, a principal reivindicação é mudar o atual limite geográfico que restringe a cobertura dessas emissoras a um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena transmissora.

As rádios comunitárias querem permissão para anúncio de publicidade local, hoje totalmente proibida. Denunciou a perseguição das grandes e médias emissoras comerciais e que as mesmas foram beneficiadas na lei federal de 1998, que instituiu o Serviço de Radio difusão Comunitária (Lei 9.612/98). “Fizeram uma lei para não terem concorrência”, lamentou.

“Nós não vamos concorrer com eles. A vendinha do Seu Mané e a boutique da Dona Joana jamais vão ter condições de anunciar em uma emissora que está em rede e só traz a cultura de São Paulo, Rio de Janeiro e dos grandes centros”, disse Geremias.

José Moreira da Silva, representante do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação, se queixou de uma série de proibições ainda vigentes para as rádios comunitárias, como a restrição ao uso de link de rádio frequência para a transmissão de eventos fora do estúdio e a formação de rede.

Júlio Araújo, Procurador dos Direitos do Cidadão no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, também lamentou atrasos nas outorgas e defendeu as rádios comunitárias como



instrumentos de “direito à comunicação, liberdade de expressão e fortalecimento da ordem democrática, além de fomentar e fortalecer a cultura local, a disseminação de ideais. O direito à informação não pode ser privilégio, precisa chegar às comunidades”. Ressaltou ainda que, “a morosidade excessiva na apreciação do processo de autorização para funcionamento ou certa seletividade na análise dessas concessões está colocando essas rádios na situação de criminalização e clandestinidade”.

O coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Admirson Medeiros Junior, criticou o governo federal pela “falta de diálogo” em torno do tema. Defendeu o segmento como fundamental para que conteúdos e verdade possam chegar a todos.

Os deputados Luiz Couto e Merlong Solano se dispuseram a retomar os contatos com o Ministério das Comunicações e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Segundo Luiz Couto, os problemas na regulamentação deixam o setor vulnerável. “Precisamos dar espaço às rádios comunitárias para poderem crescer e ajudar a população que não tem acesso à TV nem à internet”.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69286>.





Créditos da Fotografia/Imagem Renato Araújo / Câmara dos Deputados

### **"Ithaka - A luta de Assange"**

No dia 23 de agosto, foi apresentado na Comissão o documentário "Ithaka - A luta de Assange". O filme acompanha a luta de John Shipton na tentativa de salvar seu filho, Julian Assange. O evento ocorreu em atendimento ao Requerimento 157/2023, da deputada JackRocha (PT/ES) - vice-presidente da CDHMIR.

A audiência foi presidida pela deputada Luizianne Lins que apresentou o caso do ativista e jornalista australiano, preso em 2010 por expor

milhares de documentos confidenciais com informações sensíveis sobre relações internacionais, espionagem e política global, causando grande impacto político e diplomático, resultando em um julgamento e condenação à extradição para os Estados Unidos.

Para a deputada Luizianne Lins, Assange é um preso político e é preciso ampliar a campanha e o movimento por sua liberdade, contando para isso com John Shipton - seu pai, entidades, coletivos, movimentos sociais, empresas e militância presentes, mobilizando e incluindo a





imprensa oficial, para divulgar e denunciar o que está acontecendo.

Durante o evento foi exibido o “trailer” do documentário, seguido da escuta ao depoimento de John, sobre o caminho percorrido na luta por liberdade do seu filho e a defesa da declaração universal dos direitos humanos.

A deputada Jack Rocha (PT/ES), autora do Requerimento, afirmou que o filme tem “muita relevância para o debate sobre democracia, liberdades individuais e deveres governamentais. Esse é um momento de reafirmar a defesa da verdade e do estado democrático de direito no Brasil e em diversos países. Não existe democracia sem liberdade de imprensa, sem liberdade de expressão e sem comunicação democrática”.

John fez uma breve fala, baseada nos documentos oficiais de direitos humanos, reforçando o direito ao conhecimento. “Esse é um direito fundamental para todos. Eu vejo, no caso de Julian, a determinação dos Estados Unidos em arruinar o elemento mais essencial da constituição americana e os elementos dos direitos constitucionais – todos estão sendo violados”. Afirmou ainda que tem energia e determinação para seguir na sua luta. “O Presidente Lula tem apoiado esta causa e os países da América Latina, particularmente o Brasil, têm levantado bandeiras para defender a causa de Julian Assange. Juntos nós vamos vencer”, agradeceu e encerrou.

O deputado Glauber Braga (PSOL/RJ) se solidarizou com o John e comentou: “Não deve ser fácil tocar uma luta imprescindível como essa e ao mesmo tempo sentir a dor da saudade de abraçar e tocar quem se ama e o orgulho de um ser humano que ousou enfrentar um império”. Ressaltou ainda que “a liberdade de Assange é a nossa liberdade”.





Erika Kokay (PT/DF) destacou que “os direitos humanos são universais. Portanto, qualquer injustiça no mundo nos atinge. Qualquer violação de direitos que aconteça no pedaço de qualquer lugar, ela nos atinge também. A luta em defesa e pela liberdade de Assange envolve vários elementos, envolve a liberdade do exercício profissional, a liberdade de expressão, mas ela envolve o direito à informação”.

Gleisi Hoffman (PT/PR) ressaltou a importância da visita de John Shipton ao Brasil e à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara. “O senhor não está sozinho. Assange não está sozinho. Aqueles que lutam pela liberdade podem saber que estamos juntos para que se concretize justiça. Pode contar conosco, com a nossa bancada”.

Padre João (PT/MG) também se solidarizou com John Shipton e lembrou as perseguições às lideranças e a violência política. “Estamos juntos para fazer o sentimento de pai ecoar por todo mundo e sensibilizar corações e garantir a dignidade”.

Jilmar Tatto (PT/SP) abordou a coragem de Assange para explicitar como o governo americano age com os seus cidadãos. “Nós latino-americanos sabemos como o governo americano agiu na história com a América Latina, na história em relação à invasão do Iraque, na história da ocupação de vários países do mundo - um país imperialista - autoritário e antidemocrático”.

Nilson Fonseca, do cine Cultura Liberty Mall, onde o filme foi exibido, também participou da audiência. “Nós poderíamos apenas ter lançado o filme deixado em cartaz, mas fizemos



questão de trazer o John para o Brasil e para essa jornada no mundo pela liberdade de Assange - símbolo de enfrentamento ao Império norte-americano”.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69414>.





Créditos da Fotografia/Imagem Renato Araujo/Câmara dos Deputados

### **PL 1387/2022 - Estatuto dos Povos Ciganos**

No dia 24 de agosto, a Comissão se reuniu para debater o Projeto de Lei 1387/22, que cria o Estatuto dos Povos Ciganos. A audiência aconteceu em atendimento ao Requerimento 137/2023, da deputada Luizianne Lins (PT/CE).

Segundo a deputada, o estatuto representará um avanço na luta pela efetiva proteção dos direitos individuais e coletivos, pela valorização da cultura cigana e pela superação de

desigualdades e preconceitos enfrentados por essa comunidade. “Esses grupos honram sua ancestralidade, lutam por direitos para manterem suas origens, uma vez que hábitos nômades dificultaram seus registros e organização. Hábitos nômades muitas vezes seguidos de expulsões para manter a invisibilidade e silenciar a população, quando não se trata muitas vezes de conflito de terra”, alertou.

Wanderley da Rocha, representante da Associação Nacional das Etnias Ciganas, afirmou que



os povos ciganos querem ser reconhecidos e, para isso, é preciso que eles façam parte do Censo Demográfico Brasileiro. “Nós somos, sim, invisibilizados e sonhamos em sair da invisibilidade porque sabemos que é direito nosso e dever do Estado”, afirmou.

Edvalda Bispo, cigana Calin da Bahia, presidente da Associação Nacional das Mulheres Ciganas, reforçou a dificuldade para os ciganos, e principalmente para as mulheres, de ocuparem espaços de poder. Evidenciou também a construção coletiva do estatuto e da importância da aprovação, sobretudo para ter um marco para garantia de direitos. Enfatizou a necessidade de segurança pública e falou ainda da violência policial que os ciganos da Bahia sofrem.

O projeto torna obrigatória a coleta periódica de informações demográficas sobre os povos ciganos para que sirvam de subsídios na elaboração de políticas públicas. Segundo o texto, caberá ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial a organização e a articulação de políticas e serviços federais.

Ronaldo dos Santos, representante do Ministério da Igualdade Racial, afirmou que o Estatuto dos Povos Ciganos vai colocar o Brasil na vanguarda do reconhecimento dos direitos dessa população, mas antes é preciso fazer o levantamento da realidade dessas pessoas para poder executar as políticas públicas necessárias.

José Godoy, procurador do Ministério Público Federal, denunciou a violência perpetrada pelo Estado brasileiro contra os ciganos. Segundo ele, essas denúncias deveriam ser levadas a uma corte internacional de direitos humanos. “O que une todos esses grupos, sejam Calons, Sinti





ou Roms, sejam ciganos com condições financeiras confortáveis, sejam pobres ou na extrema pobreza, é a violência policial. Essa não tem discriminação e ela bate, ela atira, ela afeta todos os ciganos no Brasil”, lamentou.

Aline Miklos, consultora no Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH), citou as conquistas do povo cigano e enfatizou a participação das mulheres. Segundo ela, todas as políticas foram alcançadas no intervalo de 11 anos e teve um longo intervalo, entre 2017 e 2023, de paralização. Por isso, enfatizou a necessidade de aprovação do Estatuto.

Foi uma audiência forte e rica em depoimentos e unidade coletiva dos povos ciganos. A íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/eventolegislativo/69296>.





Créditos da Fotografia/Imagem Will Shutter/ Câmara dos Deputados

Chico Alencar (PSOL/RJ), Alexandre Lindenmeyer (PT/RS) e Florentino Neto (PT/PI), e das deputadas Lídice da Mata (PSB/BA) e Maria do Rosário (PT/RS).

Luiz Couto afirmou que homenagear essas três pessoas é uma disciplina educadora. “Dom Helder Câmara, Dom José Maria Pires e Dom Luciano Almeida, estão eternizados em nossos corações como uma melodia suave que nos alegra e nos dá forças”.

Frei Jorge, Assessor de Relações Institucionais e Governamentais da CNBB, registrou

### Homenagem à memória dos Bispos D. José Maria Pires, D. Helder Câmara e D. Luciano Mendes de Almeida

No dia 29 de agosto, a CDHMIR realizou audiência pública para homenagear os bispos que marcaram história em prol dos direitos humanos.

A homenagem ocorreu em atendimento ao Requerimento 164/2023 dos deputados: Luiz Couto (PT/PB), Helder Salomão (PT/ES), Padre João (PT/MG), Patrus Ananias (PT/MG), Vicentinho (PT/SP), Juliana Cardoso (PT/SP), Tadeu Veneri (PT/PR),





o agradecimento pela homenagem feita pela Comissão que visa sempre trazer a memória desses homens como inspiração para buscar preservar os direitos humanos.

Padre Ernani Pinheiro expressou sua alegria em participar da audiência ao lado de tantos amigos. “Falar de Dom Helder é complexo, pois foi um homem intenso que dedicou sua vida à população periférica em busca de casas para os pobres. Conhecido como príncipe dos pobres, reuniu, mobilizou e ampliou o movimento das comunidades eclesiais de base. Teve uma grande atuação internacional, uma vez que foi proibido de falar no Brasil pela ditadura que imperava no país”.

Daniel Seidel, da Comissão Brasileira Justiça e Paz, apresentou um pouco da trajetória de Dom Luciano. “Dom Luciano foi um homem de diálogo. Sua vida, sua trajetória realmente pode ser marcada por essa entrega plena, a partir da sua fé em Jesus Cristo. Ele foi um homem de muitas luzes, com muita sabedoria. Sempre que temos momentos difíceis na igreja, eu peço a intercessão dele, porque ele sempre amou muito a igreja e sofreu muito pela própria organização, pelo compromisso dos bispos do Brasil com os mais pobres e, agora, com a pauta da mãe natureza. Nos caminhos de Mariana, ele sofreu um acidente naquelas curvas, naquelas montanhas, mas nunca deixou de ser o testemunho. Ele frequentou estes espaços do Congresso Nacional, principalmente durante o processo da constituinte”.

Padre Hélio Rosa de Oliveira, pároco da Paróquia de Salgado de São Félix, na Paraíba, prestou sua homenagem a Dom José. “Eu fui seminarista de Dom José e me lembro, com muita emoção, daqueles momentos, de quando eu perguntei a ele o que era vocação. Ele, com aquela voz





pausada, bonita, olhou para mim e me disse - vocação é acionar toda a energia a favor da justiça e da paz, acionar toda a energia em prol da justiça. Então, como eu frisei, são homens que tiveram uma sensibilidade enorme pela justiça social, sempre ao lado do pobre. São homens que tiveram uma capacidade de previsibilidade, além do seu tempo, enorme. Quando hoje, na Igreja, nós olhamos para a nossa vida, o nosso trabalho e procuramos inspiração, não tem como não nos inspirarmos nesses homens”.

A audiência foi bastante prestigiada e a homenagem reverenciada por parlamentares que deixaram sua saudação a cada um dos homenageados. O evento também elucidou a curiosa coincidência, a morte deles no dia 27 de agosto. Dom Hélder foi em 27 de agosto de 1999, há 24 anos, Dom Luciano, também no dia 27 de agosto, fez 17 anos, e D. José Maria Pires, 6 anos.

O conteúdo da audiência na íntegra pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69443>.





Créditos da Fotografia/Imagem Gilmar Félix / Câmara dos Deputados

### **Prevenção, combate à tortura e o sistema de justiça no Brasil**

No dia 30 de agosto, realizou-se audiência pública para discutir as condições das prisões brasileiras e o combate à tortura nesses locais. O debate atendeu aos Requerimentos 62/2023 e 155/2023, apresentado pelos deputados Luiz Couto (PT/PB), Miguel Ângelo (PT/MG) e pela deputada Luizianne Lins (PT/CE).

Eles citam dados colhidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na chamada Revisão Periódica Universal (RPU) 2017-2021, que demonstrou que o Brasil "apresenta sérios problemas nesta área e – pior – que sofreu retrocessos relevantes nos últimos anos".

Rafael Brandani, Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça, admitiu a complexidade do tema e citou as limitações de orçamento. "A questão orçamentária é muito séria. Hoje, a capacidade de investimento do fundo penitenciário é de pouco menos de 30% do que já foi antes de ter sido dilapidado durante o último período de governo", declarou.



Para coibir a violência carcerária, informou que a busca de normatização do uso de câmeras corporais nos agentes penitenciários já está sendo trabalhado e, ainda enfrenta problemas técnicos devido ao bloqueio de sinal de celulares nos presídios.

Por meio de seminários regionais, o governo colhe sugestões para a política nacional de alternativas penais a fim de combater a superlotação. Segundo ele, os 33 mil presos por furto simples ou qualificado, sem grave ameaça, custam cerca de R\$ 800 milhões por ano ao Estado brasileiro e poderiam estar cumprindo penas alternativas ou com monitoramento eletrônico.

Juliana Brandão, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacou os dados e o contexto do sistema prisional e enfatizou o racismo estrutural que atravessa o sistema prisional, violando direitos constitucionais. Para ela, o sistema não atende ao que se propõe, que é um lugar para o cumprimento de pena com possibilidade de ressocialização e citou o déficit de vagas. “O Brasil tem hoje 832.295 presos, 230 mil a mais do que o sistema comporta. Homens (95%), negros (68%) e jovens de até 29 anos de idade (43%) são a maioria dos presos”.

Entidades da sociedade civil reclamaram a falta de assistência do Estado para a ressocialização e a efetiva reinserção social dos recém-libertados. A Pastoral Carcerária Nacional e a Defensoria Pública Federal denunciaram celas insalubres, jejum compulsório e situação de “extrema calamidade e indignidade”.

Carolina Lemos, coordenadora-adjunta do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura no Ministério dos Direitos Humanos, também citou práticas frequentes de violência física e psicológica contra os detentos. “A tortura é estruturante no espaço do sistema prisional, ela





não é ao acaso, nem acidente, nem exceção, ela é aquilo que faz esse espaço funcionar. Não podemos aceitar que, por crimes sem violência, pessoas sigam sendo desumanizadas e colocadas à morte nessa maquinaria de moer gente”, disse.

A deputada Erika Kokay e o deputado estadual Renato Roseno, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará, reforçaram a necessidade de um protocolo para investigar e apurar as mortes dentro dos presídios, inclusive as ditas naturais. “Em princípio, quando a morte está em pessoas que estão sob a responsabilidade do Estado, o Estado tem que ser investigado. Não quer dizer que você vai culpabilizar o Estado antes da investigação, mas tem que investigar”, defendeu a deputada.

Alessandro Frankie, Tenente-Coronel da Reserva da Polícia Militar, reforçou que segurança é direito da pessoa privada de liberdade. “Não podemos conceber segurança sem humanização, porque segurança é humanização”.

Fernanda de Oliveira, coordenadora de Combate à Tortura e Graves Violações do Ministério dos Direitos Humanos, sugeriu mudanças no Código de Processo Penal para que as hipóteses de prisão provisória se limitem a situações de risco à instrução criminal ou de risco de não cumprimento da pena em caso de condenação. “Nós não precisamos construir mais nenhuma unidade prisional no Brasil, nem uma única vaga, nem uma única cela. Nós temos 180 mil presos provisórios e temos um déficit de 162 mil vagas. A média de pessoas presas no Brasil por crimes em que, de fato, caberia uma prisão provisória, é cerca de 10%”, afirmou.



Jandira Rocha, advogada criminalista, faz parte de uma articulação nacional ampla para discutir o tema, sugeriu a realização de audiência pública com escuta das famílias de presos e que o governo também utilize essa escuta para a construção das políticas públicas.

“Não sairemos daqui com a solução imediata, mas tenho certeza de que continuaremos, a partir dessa audiência, unidos ao esforço de construção de respostas que, a um só tempo, atentem à preocupação de resguardo da coletividade e de responsabilidade humana das pessoas submetidas ao sistema prisional”, concluiu o deputado Luiz Couto.

A deputada Erika Hilton, vice-presidente da Comissão, que encerrou os trabalhos, acolheu a carta lida pelo deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR) e enviada pela Articulação Nacional dos Familiares de Presos. Segundo a deputada, “é de fato chocante quando nós vemos as reivindicações básicas e essenciais que já deveriam inclusive estar garantidas, como por exemplo, o pedido de que os presos não estejam deitados enquanto os agentes penitenciários os pisoteiam com botas, entre outros”.

O conteúdo da audiência na íntegra pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69469>.





Créditos da Fotografia/Imagem Bruno Spada/Câmara dos Deputados

### **Metroviário: condições, direitos e garantias dos trabalhadores**

No dia 31 de agosto, a audiência pública da Comissão discutiu as condições, os direitos e as garantias dos trabalhadores metroviários após as privatizações nas cidades de Belo Horizonte e Contagem.

O debate decorre do atendimento ao Requerimento 27/2023, apresentado pelo deputado Padre João (PT/MG). Ele explicou que, em março deste ano, o Grupo Comporte passou a ser o

detentor do direito de operação da concessão do serviço sobre trilhos em Belo Horizonte e em Contagem.

"Diante da relevante situação de privatização do serviço de transporte metroviário e do risco de desemprego e mitigação de direitos dos trabalhadores metroviários de Belo Horizonte e Contagem em Minas Gerais, propusemos essa audiência pública na CDHMIR para debater sobre as alternativas propostas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e representantes da categoria", afirmou.



O deputado estadual, Leleco Pimentel (PT/MG), contextualizou a complexidade que envolve a mobilidade urbana, e enfatizou que o processo de privatização em curso em Belo Horizonte afetou a vida de trabalhadores e trabalhadoras do metrô, mas também de usuários.

Segundo ele, “a privatização desse metrô tão importante colocou em risco a vida dos servidores, que estão hoje adoecidos - eu poderia dizer - uma depressão coletiva, porque foram e estão sendo humilhados, participando forçosamente de PDVs, colocados numa situação de penúria e desempregados. Não há política pública sem servidor. Não há mobilidade urbana sem metrô na capital e na região metropolitana”.

A presidente da Federação Nacional dos Metroviários - FENAMETRO, Alda Lúcia Fernandes dos Santos, apresentou duas preocupações: a privatização e a situação dos empregados concursados. De acordo com Alda, a Federação e o Sindicato buscam salvar os empregados, fazendo com que os empregados voltem à CBTU. “Estamos pedindo o mínimo, que é respeito e dignidade, porque hoje estamos numa empresa que, além de sucatear o serviço, sucateia os empregados, maltrata os empregados, retira direito dos empregados, não os respeita”.

Daniel Glória Carvalho, representante do Sindicato dos Trabalhadores Metroviários de Minas Gerais, lamentou ausência de diálogo com alguns setores do governo. “Além da luta dos 40 dias que o sindicato propôs, nós temos mais de vinte ações contestando o processo de privatização e os empregos dos metroviários. Nós queremos negociar, queremos fazer uma conciliação. Eu desconheço, na minha história, uma categoria que tenha paralisado e tenha gritado tão alto contra uma injustiça. Vamos continuar lutando”.





Antônio Maria Espósito Neto, do Ministério das Cidades, se solidarizou com a categoria e afirmou que a recriação do ministério prioriza a mobilidade. “As cidades, onde vive a maioria da nossa população e onde as políticas públicas causam um grande impacto, em termos não só de mobilidade, mas de saneamento básico e de habitação, têm um potencial de melhoria da vida dos cidadãos muito grande”. (sic)

Os metroviários compartilharam a indignação e os relatos de adoecimentos mentais e físicos por parte da categoria, estudantes e usuários do sistema.

Tiago Oliveira Motta, assessor técnico do Ministério do Trabalho e Emprego, ressaltou que o ministério não está diretamente relacionado a esta causa. “Nós fomos instados a nos posicionarmos enquanto mediadores e temos feito isso sistematicamente”. Sugeriu ao presidente da audiência, deputado Padre João, a criação de um grupo de trabalho interministerial envolvendo o Ministério das Cidades, a Casa Civil, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e o Ministério do Trabalho e Emprego. “Precisamos envolver os outros Ministérios e achar uma solução concreta para todos os trabalhadores da CBTU que foram prejudicados nesse processo do governo anterior”, concluiu.

Por fim, Padre João reforçou o empenho em contribuir no encaminhamento institucional da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial junto à Secretaria - Geral da Presidência; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério das Cidades; Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos; Casa Civil e AGU. “Estejam certos de que a indignação de vocês é também nossa”.





O conteúdo da audiência na íntegra pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69552>.





Créditos da Fotografia/Imagem Mario Agra /Câmara dos Deputados

### **Impactos socioambientais da construção de parques de energia eólica nas comunidades locais**

No dia 5 de setembro, foi realizada audiência pública para debater os impactos socioambientais da construção de parques de energia eólica nas comunidades, em atendimento ao Requerimento 118/2023 da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), que cobrou “transição energética com justiça climática”.

“Um empreendimento que ganha o nome de energia limpa que precisa, de fato, mitigar ou reduzir totalmente os impactos ambientais e sociais. Não estamos aqui contra a energia limpa, mas ela precisa ser efetivamente guardiã dos nossos biomas, dos povos e das comunidades tradicionais”, afirmou a deputada.

Dados do Ministério de Minas e Energia apontam a energia eólica como a terceira maior fonte do País (11%), atrás das usinas térmicas (12%) e das hidrelétricas (57%). O Brasil possuiu 1.036 parques eólicos, dos quais 930 estão concentrados na região Nordeste.



Responsável pelo licenciamento dos parques eólicos instalados em alto-mar, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), defendeu a aprovação de um planejamento marinho com regras claras de mitigação e redução dos impactos socioambientais.

As eólicas offshore, como são conhecidas, só começaram a ser discutidas no Instituto em 2017 e têm amparo nas recentes iniciativas de matriz energética mais diversa e menos poluente, sobretudo em tempos de mudanças climáticas. Hoje, existem cerca de 100 projeto sem análise. Porém, há impactos evidentes (ruídos, sombreamento, sobreposição, etc.) sobre ecossistemas marinhos e atividades socioeconômicas, como a pesca e a exploração de petróleo.

Engenheiro ambiental, o coordenador-geral substituto de licenciamento do Ibama, Breno Bispo, citou dificuldades na conciliação dessas atividades, já que há disputa territorial entre os próprios parques eólicos e os outros usos de exploração de petróleo, de pesca artesanal, das rotas de navegação, etc. “É necessário fazer um planejamento marinho que, a princípio, não é papel do Ibama, mas, se nada for feito, esse conflito terá de ser solucionado na esfera do licenciamento ambiental, o que a gente não deseja”, ressaltou.

Doutora em ecologia marinha, a diretora do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente, Ana Paula Prates, afirmou que parte desse planejamento está presente no Projeto da Lei 6969/13, que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar), pronto para votação no Plenário da Câmara.





A busca de soluções urgentes para a crise climática, segundo ela, deve inserir o tema também no Projeto de Lei 11247/18 e apensados, que buscam a regulamentação das eólicas offshore e estão em análise na Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

Carine Santos Silva, dirigente da Articulação Povos de Luta do Ceará, cobrou providências. “O discurso catalogando a energia eólica offshore como fonte de energia limpa e sustentável perde o efeito quando nos deparamos com a realidade dos problemas que afetam a vida das comunidades que têm a pesca artesanal como base de sua atividade econômica, cultural e de subsistência”, alertou.

Durante a audiência, também houve críticas aos impactos socioambientais dos parques eólicos em terra firme, chamados de “onshore”. Nesse caso, o licenciamento cabe aos órgãos ambientais dos estados. O IBAMA só licencia os empreendimentos em áreas limítrofes de estados, em zonas de fronteira ou por decisão judicial.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69642>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures /Câmara dos Deputados

### **Censo Quilombola 2022 - Políticas Públicas para Mulheres, combate ao racismo e os direitos das comunidades Quilombolas**

No dia 13 de setembro, a CDHMIR promoveu debate - com três mesas de discussão sobre a situação dos quilombolas no Brasil. O debate atendeu aos Requerimentos 101/2023 da deputada Luizianne Lins (PT/CE), 129/2023 da deputada Luizianne Lins (PT/CE) e dos deputados Luiz Couto (PT/PB) e Miguel Ângelo (PT/MG), e 148/2023 da deputada Reginete (PT/RS).

Segundo Luizianne, a luta quilombola existe e resiste a partir da participação feminina. E, por essa razão, "é necessário fortalecer o enfrentamento à violência contra as mulheres quilombolas, à desigualdade racial, social, de gênero, geração e etnia, e a defesa de seus territórios".

Reginete Bispo defendeu a produção de dados oficiais pelo Brasil e os desafios de pensar políticas públicas para a população quilombola, compreendendo sua diversidade territorial e os desafios do debate sobre o acesso à terra.





Para os representantes da comunidade negra, que contribuíram com o debate, o censo das comunidades quilombolas - realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, com 1,32 milhão de quilombolas em 1.696 municípios brasileiros - é o primeiro passo para a garantia de direitos e construção de políticas públicas efetivas para a população negra e quilombola.

A terra realmente representa um problema para os povos quilombolas. De acordo com a representante do Ministério da Igualdade Racial, Francinete Pereira da Cruz, existem, hoje, 494 quilombos delimitados oficialmente. Desses, 147 são titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou pelos órgãos estaduais, o que representa pouco mais de 29%.

O coordenador de territórios quilombolas do INCRA, José Henrique Sampaio Pereira, afirmou que o órgão tem 1.800 processos de regularização de territórios quilombolas abertos. No entanto, não conta com estrutura para atender a essa demanda. “Entre 2014 e 2022, o INCRA perdeu 40% do seu quadro de funcionários, o orçamento de 2023 é de R\$ 400 mil para todas as suas atividades”, relatou.

Para o representante da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, Denildo de Moraes Biko Rodrigues, no ritmo que está o Estado brasileiro vai levar mais de 2 mil anos para regularizar os mais de 6 mil territórios quilombolas existentes no País. Na opinião do ativista, essa situação é resultado do “racismo fundiário” que só vai ser combatido com o reconhecimento dos territórios quilombolas, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais.



Para o deputado Luiz Couto, é papel do Parlamento cobrar do governo a reestruturação dos órgãos públicos para que se garantam os direitos dos quilombolas. “O importante, primeiro, é dar a condição para que, de fato, esse levantamento de todos os quilombos possa ser regulamentado. E para isso, precisa ter técnicos. Por isso, acho que a luta nossa aqui é de exigir também que o próprio governo possa fazer um concurso, ressaltou.

O conteúdo da audiência pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69800>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3

No dia 19 de setembro, a Comissão se reuniu para discutir o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3. A audiência pública atendeu aos Requerimentos 36/2023 e 54/2023 do deputado Professor Paulo Fernando (Republicanos/DF) e ao Requerimento 78/2023 do deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ).

O PNDH 3 foi instituído no segundo governo Lula, em 2009, a partir de amplo debate na 11ª Conferência

Nacional dos Direitos Humanos. O evento contou com a presença de representantes da área de direitos humanos e da sociedade civil, a fim de avaliar os impactos do programa no País.

O advogado e coordenador da Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos, Darci Frigo, lembrou que os direitos humanos são destinados a todas as pessoas e não para um grupo privilegiado. "Somos pessoas iguais. Temos nossas diferenças, mas os direitos humanos são universais, interdependentes e indivisíveis. Você não pode dizer que aceita um direito e o





outro não. Nós queremos a continuidade da implementação dos pactos que a sociedade civil fez junto ao Estado brasileiro no PNDH3 e a realização de uma Conferência Nacional para atualizar e debater com toda a sociedade brasileira a implementação destes direitos”.

Um dos assuntos apontados no debate foi a garantia de acesso ao aborto legal no Brasil. Hoje, são permitidos abortos apenas em casos de estupro, risco de vida para mãe e anencefalia. Portanto, o monitoramento dos serviços de atendimento, com o propósito de garantir e facilitar o exercício desse direito dividiu opiniões.

Para o jornalista, ex-ministro dos Direitos Humanos do Brasil e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, o Brasil segue uma reconstrução da esperança na democracia e dos direitos humanos com o seu vínculo indissolúvel após um período em que os Poderes da República foram ameaçados. “O Brasil não pode ser dividido a partir de pronunciamentos e de determinada situação, mas de união e a convivência de opiniões diferentes. Os mecanismos de decisão serão os que a Constituição estabelece”, afirmou.

A juíza e professora da Universidade Federal de Goiás, Liliana Bittencourt, expressou preocupação com a possibilidade de o aborto ser autorizado no futuro.

O ex-ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, explicou ainda que o aborto não é defendido no PNDH 3. O documento, segundo ele, apenas traz o entendimento de que o assunto tem que ser trabalhado como tema de saúde pública.





Participaram também do debate: o jurista, advogado, professor e escritor brasileiro e membro da Academia Brasileira de Filosofia, Ives Gandra; o professor de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Goiânia, Orley José da Silva; o Procurador da Universidade de São Paulo (USP), Rodrigo Pedroso; o general-de-brigada, Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres em Brasília, Luiz Eduardo Rocha Paiva, entre outros.

O conteúdo da audiência pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69905>.





Créditos da Fotografia/Imagem Mario Agra/Câmara dos Deputados

### **Política Nacional de Educação Especial e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)**

No dia 21 de setembro, a retomada e o fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial - publicada pelo MEC em 2008 - e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, foram temas de audiência pública na Comissão.

A reunião foi motivada pela aprovação dos Requerimentos 97/2023 e 123/2023, apresentados pela deputada Reginete

Bispo (PT/RS) e pelo deputado Helder Salomão (PT/ES). Eles observaram que há, atualmente, mais de um milhão de estudantes na educação especial no Brasil, sendo que mais da metade encontra-se nas escolas públicas de ensino regular.

Para o Coordenador-Geral de Diversidade e Interseccionalidade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Raul de Paiva, é importante que se faça uma retrospectiva histórica da trajetória das políticas públicas para as pessoas com deficiência no Brasil.





“Essa trajetória de conquistas dos militantes que nos antecederam é muito positiva. A emenda à Constituição 95/16 - que instituiu um teto de gastos para a segurança pública, a saúde, a assistência social e a educação - teve um grande impacto nas políticas direcionadas às pessoas com deficiência, LGBTQIA+, mulheres, indígenas, quilombolas e populações negras que historicamente ocupam um lugar marginalizado na sociedade e que podem enfrentar barreiras adicionais ao procurarem os seus direitos garantidos,” explicou.

Na avaliação da professora de educação básica e membro da coordenação do Fórum Permanente de Educação Inclusiva do Espírito Santo, Cinthya Campos de Oliveira Mascena, a escola tem um papel imprescindível no processo de humanização de todas as pessoas e é um instrumento para a construção e o fortalecimento da sociedade, sem qualquer discriminação.

Raquel de Fátima Antunes Martins, do Ministério de Desenvolvimento Social, informou que o BPC na Escola passou a integrar a nova versão do Plano Viver Sem Limite II e que vai ser pensado, repensado e redesenhado. “O programa é intersetorial, engloba saúde, educação e assistência social”.

Josiane França Santos, da Frente Nacional de Mulheres com Deficiência, integra o Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas da UFRGS, enfatizou a “importância do BPC para que a criança, o adolescente e, às vezes, até o adulto que não vai conseguir trabalhar, continuem com o seu direito, mesmo que a mãe ou o pai ou o irmão tenham o seu emprego fixo”.



Cinthy Campos ressalta: “a Política Nacional de Educação Especial, sob a perspectiva da educação inclusiva, é o principal instrumento da nossa luta contra o capacitismo. Apesar de ter sido suspensa ao longo de 8 anos, ela foi responsável por grandes conquistas em relação a Educação para Todos. Elevou o número de matrículas de crianças e jovens com deficiências, nas escolas comuns, de 26% em 2007 para 98% em 2023.

O conteúdo da audiência pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69887>.





Créditos da Fotografia/Imagem Mario Agra/Câmara dos Deputados

### **Abordagem dos agentes de segurança públicos e privados**

No dia 27 de setembro, a CDHMIR debateu sobre a violência na abordagem de agentes de segurança públicos e privados. A audiência ocorreu em atendimento ao Requerimento 153/2023 de autoria da deputada Reginete Bispo (PT/RS).

A deputada é relatora do Projeto de Lei 5231/20, já aprovado pelo Senado, que, entre outras medidas, torna crime a prática de atos cometidos por agentes públicos e profissionais de segurança

privada, com base em preconceito de qualquer natureza.

Segundo a deputada, o perfil das vítimas da letalidade policial tem um recorte nítido racial: ao menos 81,5% são negros - pretos e pardos - apesar desses representarem apenas 56% da população brasileira. "Isto indica que negros são mortos de maneira desproporcional, evidenciando o caráter racial deste tipo de ação, um reflexo do racismo estrutural onipresente na sociedade brasileira".



Reginete Bispo lembrou ainda dados do “Monitor da Violência”, do portal G1, que registram ao menos 6,1 mil pessoas mortas em 2021 pelas polícias estaduais brasileiras. Isso equivale a 2,9 mortes a cada grupo de 100 mil habitantes. “Trata-se de um dado de vitimização preocupante e que mantém as polícias brasileiras entre as mais violentas e letais do mundo”, acrescentou.

A professora da Universidade Federal Fluminense, Jacqueline Muniz, defendeu uma “política de uso da força” capaz de reduzir letalidade e produzir “controle na esquina do poder de polícia”.

Para Maria José Menezes, representante da Coalizão Negra por Direitos, a abordagem policial muda de acordo com a cor da pele, o tipo de roupas e de cabelo. “Esses agentes utilizam algo que a gente chama de perfilamento racial antinegro. A abordagem é diferente, a ação é diferente e o resultado é diferente em relação a brancos ou negros”, lamentou.

Na avaliação do ouvidor da Polícia de São Paulo, Claudio Aparecido da Silva, “é preciso valorizar os profissionais de segurança”. Segundo ele, os cursos de direitos humanos oferecidos para as corporações devem ser mais práticos do que teóricos, o que não acontece atualmente.

A proposta define, entre outros pontos, que a abordagem policial não poderá ofender, insultar ou agredir uma pessoa. O texto, já aprovado no Senado, prevê ainda a oferta obrigatória de conteúdos relacionados a direitos humanos e combate à discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança. A medida abrange agentes de segurança pública e privada, guardas municipais e polícias legislativas federais.





Para Marivaldo Pereira, representante do Ministério da Justiça, “a proposta sintetiza muito da luta que o movimento negro vem fazendo em relação ao racismo estrutural, ao racismo institucionalizado em nossa sociedade. Ela constitui um avanço muito importante e vem ao encontro de outras iniciativas que buscam dar mais transparência à atuação dos agentes públicos das mais diversas áreas, inclusive da segurança pública”.

O professor José Vicente Tavares apresentou o olhar do projeto voltado para a segurança privada e para o uso de armas de fogo. “Parece-me que este projeto de lei é fundamental, porque remete a protocolos. Há que se discutir, igualmente, o uso de arma de fogo. O uso de armas de fogo é permitido, nas condições legais, mas já se deveria discutir o uso de arma de fogo em vista das consequências que ele pode gerar. Deve-se discutir o que são armas letais, o que são armas não letais, uma discussão em curso no setor público, mas que deve ser levada em conta também no setor privado”.

O conteúdo da audiência pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70116>.







Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### Combate à Gordofobia

No dia 28 de setembro, a CDHMIR e a Comissão de Saúde (CSAÚDE) da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública conjunta para debater ações de combate à gordofobia e a criação do Estatuto da Pessoa com Obesidade.

A audiência decorreu em atendimento aos Requerimentos 20/2023-CDHMIR de autoria da deputada Benedita da Silva (PT/RJ), e 58/2023-CSAUDE de autoria do deputado Dr. Zacharias Calil (União/GO).

Os parlamentares citaram a pesquisa sobre obesidade e gordofobia elaborada, em 2022, pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica e pela Sociedade Brasileira de Metabologia e Endocrinologia.

Segundo o levantamento, 85,3% dos participantes relataram ter sofrido algum tipo de constrangimento por causa do peso, bem como 67,9% dos indivíduos com sobrepeso relataram terem sofrido constrangimento devido ao seu quadro. A pesquisa aponta, ainda, que para quem tem obesidade grau 1, esse número saltou para 89,6%, e para quem tem grau 2, o valor é





96,3%.

A deputada Benedita da Silva e o deputado Dr. Zacharias Calil defenderam as medidas de combate à gordofobia e a garantia de dignidade à pessoa com obesidade nas diversas esferas que compõe uma vida plena, igualitária e de direito de qualquer cidadão

“A gordofobia é a discriminação, o ódio ou a violência que as pessoas gordas sofrem por causa de seu corpo, o que pode levar a graves consequências, tanto para a saúde física, como para a saúde mental. É baseada em alguns estereótipos e preconceitos que associam a gordura com doença, preguiça, falta de cuidado ou de vaidade. E ela se manifesta de várias formas, como, por exemplo: o bullying, a exclusão, a humilhação, a patologização, a invisibilização e a marginalização das pessoas gordas em diferentes âmbitos da sociedade, como na escola, no trabalho, no esporte e na saúde”, esclareceu deputado Calil.

Para a deputada Benedita, “a obesidade não é só uma questão de comer muito. Uma má alimentação pode também trazer isso. Existe uma série de situações de ordem social e de ordem econômica que traz um estresse tão grande e que leva as pessoas à obesidade”.

“Quando a gente fala de gordofobia, a gente fala de maus tratos, mas há uma necessidade de compreender que o debate é um pedido de socorro. Quem vive a situação, por mais que se esforce, ainda é visto como fracassado”, afirmou o nutricionista e ativista com obesidade, Erick Cuzziol Lima Luiz.

Para Cristiane Moulin, representante da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica - ABESO, enquanto a sociedade ainda tiver a ideia de que a obesidade pode ser reduzida apenas se exercitando mais e comendo menos, não teremos avanço.



“Por isso, sociedades internacionais criaram um documento dando diretrizes para a comunicação e enfatizando o respeito à diversidade, evitando estereótipos, imagens pejorativas e informações sensacionalistas sem embasamento científico”.

Além do constrangimento, do preconceito, da invisibilidade, da falta de equipamentos e de mobiliários nas unidades de saúde, há a necessidade de se capacitar profissionais para o atendimento a este segmento da sociedade e do tratamento preventivo, uma vez que a obesidade é um problema de saúde pública. Os expositores destacaram a importância de se votar projetos sobre o tema no Congresso Nacional e do governo implementar políticas públicas.

Carla Caroline Silva dos Santos falou do entendimento do Ministério da Saúde sobre o tema. “Quando falamos em excesso de peso, estamos falando do somatório das pessoas com sobrepeso e obesidade dentro da classificação de IMC. As intervenções perpassam o fortalecimento das políticas de saúde e de outras políticas também. Precisamos de ações intersetoriais que vão diretamente ao enfrentamento dos determinantes dessa condição”.

O conteúdo da audiência pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70154>.





Créditos da Fotografia/Imagem Renato Araujo/Câmara dos Deputados

### Plano Nacional de Educação nos Espaços Prisionais

No dia 17 de outubro, realizou-se audiência pública para debater, com representantes do governo e da sociedade civil, a importância da educação nos espaços prisionais. O debate ocorreu em atendimento ao Requerimento 128/2023 de autoria da deputada Luizianne Lins(PT/CE) e dos deputados Luiz Couto (PT/PB) e Miguel Ângelo (PT/MG).

Eles divulgaram dados importantes: apenas 15% dos presos no Brasil estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), apesar de 47% deles não terem concluído o ensino fundamental.

O deputado Luiz Couto presidiu a reunião e destacou a necessidade de “encontrar mecanismos capazes de ampliar a oferta educacional dentro do sistema penitenciário”.

Para o representante do Ministério dos Direitos Humanos, João Moura, a educação é fundamental para que as pessoas possam acessar seus direitos. “Não basta o reconhecimento legal desses direitos, mas que nos eduquemos e aprendamos a exigí-los e compreendê-los.



Na opinião da Coordenadora Nacional da Pastoral Carcerária, Irmã Petra Silvia, a educação é uma das formas de desencarceramento e de diminuição da reincidência no mundo do crime. “Quando nós entramos no cárcere, constatamos que muitos querem estudar, muitos querem uma nova chance ao sair. A educação, a escola, a remissão por leitura é uma forma de desencarcerar”, afirmou.

De acordo com Cíntia Rangel, representante do Ministério da Justiça, a pasta vem investindo em formação profissional e em equipamentos que proporcionem a diversificação e a ampliação de alternativas de educação e atinja um maior número de detentos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010 - estabeleceu como meta a implantação da educação formal nas modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ensino a distância (EAD) em todas as unidades prisionais do Brasil. No entanto, a realidade é diferente, ou seja, somente 10% das pessoas privadas de liberdade no País têm acesso à educação básica nas unidades prisionais.

Os expositores defenderam a elaboração de uma legislação específica e maior participação do Ministério da Educação nas questões relacionadas aos profissionais de educação que atuam junto às pessoas que vão retornar à sociedade ao final da pena.

A representante do Ministério da Educação, Mariângela Graciano, por sua vez, defendeu a flexibilização do currículo oferecido aos presos, incluindo a formação profissional, capacitando essas pessoas para a saída do sistema prisional.





A deputada Erika Kokay (PT/DF) criticou a situação atual em que, ao invés de ampliar o acesso à educação, os governos estão se empenhando em colocar grades nas salas de aula. “É importante o estabelecimento de metas para ampliar o acesso à educação, que ainda é muito pequeno. E também o acesso ao trabalho, porque também é possível incorporar o ensino profissionalizante. Por que os Institutos Federais não podem estar dentro dos presídios?”,questionou.

O conteúdo da audiência na íntegra pode ser acesso por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70434>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### **Creches no Sistema Público ou Conveniado de Educação Infantil no Brasil**

No dia 19 de outubro, a falta de vagas em creches públicas no Brasil foi tema de audiência. Esse é um problema que afeta diretamente a vida das pessoas mais pobres, sobretudo as mulheres e mães chefes de família. A deputada Daiana Santos (PCdoB/RS), terceira vice-presidente do colegiado, foi autora do Requerimento 124/2023.

“A falta de acesso a creches e escolas é uma violação aos direitos da infância, à educação, à segurança alimentar, ao trabalho e aos direitos humanos. Além disso, essa situação contribui significativamente para o empobrecimento das famílias, uma vez que as mães são impedidas de ingressar no mercado de trabalho”, acrescentou a deputada Daiana.

No debate, especialistas afirmaram que creche pública é fundamental para diminuir a desigualdade social.

Para Helen Perrela, conselheira do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a falta de acesso





a creches deixa meninos e meninas mais expostos a situações de violência.

Já o consultor da Coordenação-Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação (MEC), Bruno Tovar, ponderou que não basta assegurar vagas às famílias, é preciso investir na infraestrutura das creches, com recursos pedagógicos e qualidade no atendimento.

Na avaliação do coordenador da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público, Lucas Carneiro, para assegurar creches de qualidade é necessário que tenham revisões periódicas das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e punição para o gestor que descumprir a norma.

A deputada Daiana Santos afirmou que 64% das crianças entre zero e cinco anos não têm acesso a creches no País. “Essas crianças sem creche representam uma grande dificuldade para as famílias, em especial para as mães que dependem desse serviço para se manter em seus empregos”, disse.

O conteúdo da audiência na íntegra pode ser acesso por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70457>.







Créditos da Fotografia/Imagem Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

### Perseguição aos Professores no Brasil

No dia 30 de outubro, a CDHMIR e a Comissão de Educação (CE) promoveram audiência pública conjunta para debater a perseguição a professores no Brasil.

As deputadas do PSOL, Talíria Petrone (RJ), Erika Hilton (SP) e Professora Luciene Cavalcante (SP) apresentaram os Requerimentos 136/2023-CDHMIR 139/2023-CE e para a realização do debate. Elas alegaram que a perseguição ideológica aos professores é uma ameaça aos princípios

fundamentais do Estado Democrático de Direito, portanto, o problema precisa ser solucionado.

“A temática da perseguição aos profissionais da educação é um compromisso de quem está envolvido com a democracia. Nunca foi fácil para quem está no chão da escola, porque a escola é um espaço e um território que pode ser de enfrentamento às desigualdades, que pode ser o maior veículo de promoção e fortalecimento dos direitos humanos e fundamentais”, afirmou a deputada Talíria Petrone.





O professor da rede municipal de ensino em Porto Alegre (RS) e doutor em educação, Henrique Maffei, foi vítima de ataques na pandemia da Covid-19 por usar a saudação “Queridxs alunxs” como forma de acolhimento aos alunos do 6º ano. Uma das mães questionou o motivo e disse que iria para a Justiça.

“A mãe disse que não aceitava a apresentação por motivo pedagógico, de qualquer tema relacionado aos comportamentos sexuais, mas na realidade usei um X para saudar os alunos. Ela procurou a escola e fez contato com um vereador de Porto Alegre. Fui chamado pelo colégio, pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) e procurado pela imprensa. “Assim como a notificação extrajudicial foi disseminada nas redes sociais, o assunto chegou à Câmara Municipal de Porto Alegre. O Projeto de Lei 77/2021, que veta o uso da linguagem neutra, foi aprovado pelos vereadores e sancionado pelo prefeito”, disse.

A orientadora educacional em Florianópolis, Juliana Andozio, trabalha numa escola com 1.500 alunos. Segundo ela, algumas famílias ficaram sabendo da sua posição política e começaram a persegui-la. “Eu vivia em delegacia, abrindo boletim de ocorrência, pedindo ajuda, denunciando, para que eu tivesse paz para trabalhar. Fiz campanha em prol do Disque 100 e uma mãe alegou que, se falasse sobre não poder bater em criança, sairia da escola. Um mês depois, recebi uma ligação e disseram que não era mais para eu ir trabalhar, que eu estaria afastada e que o meu ponto seria abonado. Fui acusada de fazer doutrinação ideológica na escola e de chamar os alunos de homofóbicos, machistas e mentirosos. Eu fiquei 7 meses afastada e tive que fazer uma campanha financeira, senão eu perderia a minha casa, porque eu moro de aluguel”, denunciou.



A audiência pública, de acordo com as requerentes, serviu de espaço para discutir a adequação das políticas educacionais vigentes e o respeito aos princípios constitucionais de pluralidade de ideias e respeito à diversidade.

A audiência foi realizada na Comissão de Educação e seu conteúdo na íntegra pode ser acessado pelo endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70455>.





Créditos da Fotografia/Imagem Renato Araújo/Câmara dos Deputados

### População imigrante no Brasil

No dia 31 de outubro, a Comissão realizou audiência pública sobre os desafios enfrentados pela população migrante na regularização e no acesso aos serviços públicos no Brasil.

O Requerimento 156/2023 foi apresentado pela deputada Erika Hilton (PSOL/SP), segunda vice-presidente do colegiado, que manifestou preocupação com a dificuldade de acesso desse grupo aos locais de acolhimento, como

os Centros de Referência e Atendimento a Imigrantes (CRAI).

"A realidade enfrentada pela população migrante no Brasil revela desafios preocupantes, como a discriminação e o preconceito, principalmente contra migrantes que são crianças e adolescentes, mulheres, idosos e população LGBT. Os obstáculos de participação política, muitas vezes, levam à estigmatização de suas histórias e demandas, dificultando o acesso aos serviços essenciais que preveem o atendimento desses grupos pela legislação nacional", acrescentou a deputada Erika Hilton.



Para a Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos de Migrantes, Refugiados e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos, Clarissa Teixeira, o Brasil avançou ao passar do Estatuto do Estrangeiro para a Lei de Migração, mas ainda é preciso implementar políticas sociais de continuidade, como as que garantam a saúde da mulher migrante e oportunidades de trabalho.

Clarisse Teixeira reforçou que a migração é um direito que não pode ser criminalizado, ou seja, não se pode falar em migrantes ilegais e, sim, em pessoas que estão em uma situação administrativa irregular no País.

De acordo com o Coordenador-Geral de Política Migratória do Ministério da Justiça, Paulo Illes, o Brasil passa por um período de redefinição de sua política migratória. “Temos a oportunidade de passar de uma política que é muito voltada ao controle migratório para uma política de inclusão de fato das pessoas migrantes, em que eles sejam protagonistas. Em 2023, foram aceitas 8,5 mil naturalizações, contra 3,4 mil naturalizações deferidas em 2022”, acrescentou.

A representante da ONG Missão Paz, Letícia Carvalho, falou do atraso na emissão de vistos humanitários para pessoas em vulnerabilidade econômica. Ela também citou os embargos à concessão dos vistos de reunião e o caso de imigrantes africanos que procuram se reunir com familiares no Brasil, mas tem o pedido de visto negado pelas representações diplomáticas brasileiras, com a justificativa de que os documentos oferecidos são insuficientes ou, até mesmo, sem apresentar justificativas para o indeferimento.

A defensora pública do estado de São Paulo, Amanda Pilon Barsoumian, reclamou da exclusão dos imigrantes de cargos do serviço público, ainda que tenham seus diplomas reconhecidos





por instituições brasileiras e sejam aprovados em concurso público.

Para a deputada Erika Hilton (PSOL/SP), o trabalho de acolhimento dos migrantes e refugiados deve consistir em esforço conjunto de diversos ministérios, da iniciativa privada e da sociedade civil. "É um trabalho multidisciplinar que precisa envolver muitos agentes públicos para minimizar essas violações de direitos ou negação de acesso a esses direitos básicos", frisou a parlamentar.

A audiência foi presidida pelas deputadas Erika Kokay e Erika Hilton, e o conteúdo na íntegra pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70763>





Créditos da Fotografia/Imagem Renato Araújo/Câmara dos Deputados

### **Pescadoras e Pescadores Artesanais no Brasil**

No dia 21 de novembro, realizou-se audiência pública sobre a situação das pescadoras e dos pescadores artesanais no Brasil. O debate atendeu o Requerimento 108/2023 da presidente do Colegiado, deputada Luízianna Lins (PT/CE).

“A pesca artesanal, caracterizada pelo uso de embarcações e de equipamentos simples e em pequena escala visa suprir as necessidades básicas de alimentação das comunidades pesqueiras e contribuir para o comércio local e regional. Além do mais, os pescadores e as pescadoras artesanais usam técnicas tradicionais que respeitam os recursos marinhos e fluviais enquanto a pesca predatória industrial e de larga escala, a poluição e a destruição dos habitats naturais têm contribuído para a redução de peixes e com isso afetado a subsistência das famílias nas comunidades”, afirmou a deputada.

Ao participar do debate, a pescadora baiana, Maria de Lourdes Nunes, agradeceu o espaço cedido pela Comissão para dialogar com representantes do governo, da sociedade civil e





das lideranças dos pescadores e pescadoras que celebram conquistas, mas pedem mudanças nas políticas públicas. “Agradeço à Comissão por abrir espaço para o debate. As comunidades pesqueiras estão em movimento. Elas não são contra o desenvolvimento, mas pedem envolvimento das autoridades competentes e questionam o modelo que não garante o direito e a vida para uma profissão que garante o sustento e são ameaçadas constantemente. Mais do que as degradações, a gente está dizendo que ninguém aguenta mais morrer”, afirmou.

A regularização dos territórios pesqueiros, maior agilidade no registro dos pescadores profissionais, novas normas de regularização da pesca e providências relacionadas às mudanças climáticas estão entre as reivindicações apresentadas no 12º Grito da Pesca Artesanal, pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP), pela Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

A distribuição de registros entre pescadores profissionais artesanais e profissionais industriais foi um dos assuntos abordados pela coordenadora-geral de Registro da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Hellen Cristina Gomes Moya Araújo.

Segundo ela, o sistema é alimentado com dados do PesqBrasil. “Temos 1 milhão e 172 mil pescadores profissionais ativos, dos quais 1 milhão é de pescadores artesanais, que tem a economia de regime familiar ou autônomo e pode fazer a pesca embarcado ou desembarcado, e apenas 2.163 são pescadores industriais, que trabalham em regime de contratação ou em regime de cota parte e pode trabalhar embarcado”, afirmou.





A maior parte dos registros - 613 mil – na atividade pesqueira é de mulheres, contra 524 mil homens registrados. O estado do Pará é o que tem maior número de registros, seguido do Maranhão. São pescadores ativos e que passam por dificuldades, afirma a coordenadora.

Para Maria Martilene, representante de pescadores e pescadoras artesanais do Ceará, no seu estado, além da especulação imobiliária, há a ameaça dos parques eólicos que estão sendo construídos no mar. “O avanço dessa infraestrutura vai inviabilizar a pesca artesanal no local, atualmente ocupado por profissionais que utilizam jangadas a vela. Essa eólica é uma energia suja, que nos expulsa, que degrada o nosso meio ambiente. Precisa ser tomada uma providência para barrar imediatamente esse projeto”, cobrou.

O procurador do Ministério Público Federal, José Godoy, informou que, somente no Ceará, estado onde atua, são apresentados diariamente "até centenas" de casos de pescadores com dificuldades para manterem suas casas e sua atividade no mar. A solução do problema, na opinião do procurador, é a regularização fundiária das terras ocupadas por essas comunidades.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71118>.





Créditos da Fotografia/Imagem Renato Araújo/Câmara dos Deputados

### **Orfandade de Crianças e Adolescentes em decorrência da pandemia de COVID-19**

No dia 22 de novembro, foi realizado o debate sobre a situação da orfandade e a falta de políticas públicas que garantam a proteção de crianças e de adolescentes que perderam os pais e/ou os responsáveis na pandemia de Covid-19.

Ao sugerir o debate, por meio do Requerimento 138/2023, a presidente do colegiado, deputada Luizianne Lins (PT/CE), citou o estudo publicado pela

revista The Lancet, entre março de 2020 e abril de 2021, que aponta uma estimativa alarmante: 1,5 milhão de crianças e adolescentes perderam pai e/ou mãe, em todo o mundo, e a projeção é de que o Brasil tenha 113 mil órfãos, no mesmo período.

Mais de 700 mil pessoas no Brasil foram vítimas da pandemia que deixou milhares de filhos órfãos. "A sociedade precisa se mobilizar pela criação de políticas que garantam não só apoio material, mas também o suporte emocional e psicológico, visando à reintegração desses jovens



e o seu pleno desenvolvimento como cidadãos”, pontuou a deputada Luizianne.

Na avaliação do padre Dário Bossi, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o grande número de vítimas e de órfãos da pandemia tem como causa “a combinação de incompetência, desinteresse e estratégico negacionismo científico”.

Dário Bossi apontou ainda, o cuidado e a atenção destinados aos órfãos, às viúvas e aos estrangeiros na Bíblia. “A Igreja recomenda, reconstrói e se empenha na dimensão de novas relações que possam restaurar a paz e a vida também para os órfãos. Os projetos de redes das famílias acolhedoras é uma solução em que a solidariedade se faz também como opção política”, contextualizou.

A professora Ângela Araripe, da AOCA (Articulação em Apoio à Orfandade de Crianças e Adolescentes por COVID-19), afirmou: “É fundamental que nós, representantes da sociedade civil e outros atores sociais, possamos contribuir tanto com o debate, quanto no encaminhamento de propostas à CDHMIR e garantir o atendimento digno para os órfãos da pandemia. Para eles, a pandemia não terminou, mas poderá terminar com o trato público do jeito que eles merecem”.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71123>.





Créditos da Fotografia/Imagem Renato Araújo/Câmara dos Deputados

### Juventude Negra Viva

No dia 23 de novembro, a CDHMIR promoveu audiência pública com o tema "Juventude Negra Viva". O debate atendeu ao Requerimento 57/2023 de autoria da deputada Benedita da Silva (PT/RJ) e do deputado Paulão (PT/AL). O objetivo do debate foi a necessidade da construção de um "pacto republicano pela redução dos homicídios dos jovens negros no Brasil".

A presidente da Comissão, deputada Luizianne Lins (PT/CE), aproveitou a oportunidade no contexto das recentes

comemorações aos 35 anos da Constituição de 1988 e prestou homenagem à deputada Benedita da Silva, única mulher negra da Constituinte. Foi exibido um pequeno vídeo mostrando um pouco da trajetória da parlamentar seguido de discurso da presidente da CDHMIR.

*"No Brasil temos um marco histórico que é a constituição de 1988, que este ano celebrou 35 anos! E de lá pra cá, muita luta, muita conquista e períodos de resistência com episódios de tentativas de rasgar a carta magna e retirar direitos, sobretudo, os direitos da*



Créditos assessoria da CDHMIR

*classe trabalhadora, das mulheres, da população indígena, negra, quilombola, juventude, LGBTQIA+ e outras (...). Costumo dizer, não existe democracia sem a participação das mulheres. A luta é grande, tentam de toda forma impedir a equidade nos espaços de poder e decisão. E essa Casa é retrato da opressão, repressão e violência de gênero vivida pelas mulheres na vida lá fora. O que nós vivemos todos os dias aqui é só pra quem tem força, coragem e resistência”.*

A deputada Benedita falou sobre o período. "Eu fiquei muito emocionada, porque no momento da constituinte, foram feitas defesas dos movimentos sociais, com muita qualidade e muito conteúdo, carregando assim a luta e trazendo esperança e expectativa de que as leis pudessem protegê-los".

Após a homenagem, os trabalhos foram retomados. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública foram assassinadas 408.605 pessoas negras no Brasil nos últimos dez anos.





Esses dados leva essa população a ocupar, de longe, o posto de principal vítima das mortes violentas intencionais no país.

No ano de 2021, por exemplo, 77,6% das vítimas de homicídio doloso e 84,1% das vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais eram negras.

O representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Rafael Moreira da Silva, reforçou que em um país que mata quase 40 mil negros por ano, os outros negros são apenas sobreviventes. "A condição de vida de um sobrevivente não permite a vida plena que o mundo e a nossa existência podem proporcionar. Não nos permite viver com felicidade", afirmou.

O representante do Ministério da Igualdade Racial, Yuri Silva, falou sobre o Plano Juventude Negra Viva, que está para ser lançado pelo governo. "O decreto prevê a vinculação da pauta juventude negra com os próximos planos plurianuais, ou seja, a institucionalização, dentro do instrumento de planejamento e orçamento do governo federal".

A assessora especial do Ministério da Justiça, Tamires Sampaio, abordou o PRONASCI Juventude, um programa do Poder Executivo de prevenção à morte violenta de jovens. Segundo ela, o projeto tem como foco jovens que passaram pelo sistema socioeducativo, que estão em situação de violência doméstica, que são filhos de mulheres com medidas protetivas ou que vivem em famílias que estão no cadastro único. "Queremos articular o acompanhamento multidisciplinar da formação em direito para esses jovens e da capacitação



profissional, inclusive, ligado à inclusão produtiva que está sendo construída junto ao Ministério do Trabalho e ao SEBRAE", explicou.

Para o deputado Paulão, é preciso melhorar a formação dos policiais. "Enquanto houver polícias militares dependentes da doutrina das Forças Armadas, continuaremos tendo problema. Essa estrutura de segurança tem que ser repensada. A população tem medo da polícia e a polícia tem medo da população", avaliou.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71166>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures /Câmara dos Deputados

### **Estatuto da Pessoa Idosa: avanços e perspectivas**

No dia 29 de novembro, a Comissão promoveu audiência pública sobre os avanços e as perspectivas do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e a necessidade de uma política nacional que garanta o cuidado integral para essas pessoas.

O debate foi solicitado pela deputada Erika Kokay (PT/DF), em atendimento aos Requerimentos 21/2023 e 114/2023. Tendo em vista a rapidez com que a população brasileira - ao lado da China

e da Tailândia - está envelhecendo, a autora propôs discutir o estatuto e a política nacional para as pessoas idosas.

“A realidade exige medidas urgentes do governo federal que garantam uma vida saudável e digna para as pessoas idosas, reduzam as desigualdades sociais e o preconceito em relação ao etarismo”, ressaltou a parlamentar.





Durante a audiência, Erika Kokay destacou a importância do Estatuto da Pessoa Idosa - que regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos - mas que ainda enfrenta desafios na sua implementação.

O Estatuto da Pessoa Idosa - com 118 artigos - é de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS). Ele trata da vida das pessoas idosas, da saúde, da educação, da segurança, facilita o acesso às filas dos bancos, nos aeroportos, trata do transporte gratuito, combate a forma como os planos de saúde tentam penalizar os mais velhos e prevê 12 anos de prisão para os agressores.

“O Estatuto da Pessoa Idosa é um marco e uma referência em muitos países a nível internacional. Cada artigo tem força de lei. Na época, eu recebi uma cartinha de um senhor idoso para que eu apresentasse o Estatuto. Reuni-me com o corpo técnico do Congresso, apresentamos o projeto de lei na Câmara, trabalhamos para aprová-lo no Senado e, em 1º de outubro de 2003, Dia Internacional da Pessoa Idosa, o Estatuto virou lei no governo do presidente Lula”, afirmou Paulo Paim.

“Não temos uma sociedade preparada para o envelhecimento tanto em relação à saúde mental, como ao cuidado, ao respeito e ao aproveitamento dos que são mais experientes no mercado de trabalho. Uma realidade que precisa ser mudada”, argumentou a presidente da CDHMIR, deputada Luizianne Lins.





Para Cosette Castro, do Coletivo Filhas da Mãe, é preciso ter campanhas permanentes com informações sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, contra o preconceito e principalmente com a responsabilidade do Estado, que se omitiu durante anos em relação ao cuidado como direito para as pessoas idosas.

A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71306>.





Créditos da Fotografia/Imagem Leonardo Prado/Câmara dos Deputados

### **Economia do Cuidado**

No dia 13 de dezembro, a CDHMIR realizou audiência pública para discutir o reconhecimento e a valorização do trabalho do cuidado, exercido geralmente por mulheres.

O debate atendeu ao Requerimento 205/2023 de autoria da presidente do Colegiado, deputada Luizianne Lins (PT/CE), autora do Projeto de Lei 638/19, que inclui a economia do cuidado no sistema de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo ela, é lamentável que um tema tão importante e com proporções gigantescas no Brasil, tanto pela dimensão territorial como pelos problemas sociais agravados nos últimos anos, seja tratado apenas agora.

“O cuidado é algo antigo, não necessariamente é amor. É um trabalho não pago. Amor está envolvido quando se trata de relações afetivas. A gente quer que todas as atividades humanas sejam recheadas de amor, porém não podemos achar que tudo é em nome do amor e não precisa ser pago. As pessoas estão dando suas vidas para cuidar da vida de outras pessoas”,





afirmou a deputada Luizianne.

Para Cosette Castro, uma das fundadoras e coordenadoras do Coletivo Filhas da Mãe (DF), o direito ao cuidar e ao autocuidado, assim como o direito à informação, são direitos humanos. “A gente vive num país desinformado, ao ponto de as mulheres cuidarem e ajudarem porque são filhas, mas não terem consciência de que são cuidadoras e isso é gravíssimo. Os homens muito menos. Quando não são corresponsáveis pelo cuidado, não o são em qualquer esfera: na família, no trabalho, enfim, independentemente de onde eles estiverem. Precisamos sair da sociedade da violência e da indiferença e passarmos para uma sociedade do cuidado”, disse.

O economista e presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, destacou a importância de o Brasil ter uma pesquisa do uso do tempo. “O IBGE, mediante recursos orçamentários, poderá oferecer, em 2025, uma pesquisa de qualidade e com informações mais abrangentes, bem como a presença do trabalho do cuidado não remunerado na contabilidade nacional”.

A ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Kátia Magalhães Arruda, disse que políticas públicas voltadas ao cuidado impactam em pontos que são até mais importantes que a economia. “Mais importante que pensar noção de PIB é pensar no impacto que uma boa política de cuidados pode trazer para o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. O que queremos, na verdade, é uma melhor vida para todas e todos”.

Raquel Santana, autora do livro “As cuidadoras na Sala de Visita” destacou: “é importante pensarmos numa economia do cuidado a partir de um viés que não considere exclusivamente as



questões de gênero, mas também as questões de raça”.

Na avaliação da Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidado das Mulheres, Rosane Silva, é preciso colocar o trabalho do cuidado no centro da política pública do país. “Pesquisa do PNAD 2023 mostra que as mulheres dedicam, em média, mais de 21 horas por semana ao trabalho doméstico, enquanto os homens, dedicam 11 horas. Com o recorte racial, o número de horas do trabalho de cuidado aumenta. Portanto, incluir os cálculos relativos ao trabalho não remunerado de cuidado nas contas nacionais, além de dar visibilidade ao que já vem sendo executado, poderá contribuir para mudar a concepção da sociedade sobre a importância desse trabalho”, afirmou.

A Secretária da Política Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Laís Abramo, citou dados que apontam o cuidado do lar como o principal motivo de mulheres desempregadas sequer tentarem entrar no mercado de trabalho. “Mulheres em idade ativa que não estão no mercado de trabalho, nem procurando emprego, têm como razão principal o fato terem que fazer o trabalho do cuidado dentro das suas casas. Para os homens, esse percentual é de apenas 2%”, afirmou.

A deputada Luizianne afirmou que “é preciso reconhecer o trabalho do cuidado e remunerar as trabalhadoras e trabalhadores que desempenham essas funções no Brasil. Essa é uma demanda histórica dos movimentos de mulheres e de feministas”.





A audiência na íntegra pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71566>.





**Créditos assessoria de comunicação da CDHMIR**

<sup>2</sup> Os textos aqui apresentados foram produzidos a partir dos requerimentos que fundamentaram os seminários, bem como das matérias produzidas pela Agência Câmara de Notícia, e das publicações da assessoria de comunicação nas redes sociais oficiais da CDHMIR após a realização dos eventos.

Os seminários são propostos para aprofundamento das discussões sobre certos temas, aprovados pelo Colegiado, e contam com participações valorosas de especialistas, sociedade civil organizada e poder público. Realizamos 6 seminários, com debates qualificados, de extrema relevância para a construção do conhecimento, para o aprimoramento de políticas públicas e para a garantia dos direitos humanos<sup>2</sup>.





Créditos da Fotografia/Imagem Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

### **Proteção das defensoras e defensores das políticas de respeito aos direitos humanos no Brasil**

No dia 01 de junho, a CDHMIR realizou seminário sobre a "Proteção das Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos no Brasil". O evento atendeu ao Requerimento 61/2023, proposto pela deputada Luizianne Lins (PT/CE) e pelos deputados Luiz Couto (PT/PB) e Miguel Ângelo (PT/MG).

Luizianne afirmou que "o seminário é mais um espaço de escuta e elaboração. Uma oportunidade de ouvir relatos das mais diversas situações

enfrentadas por aqueles e aquelas que escolhem exercer o direito de lutar por direitos humanos, numa sociedade com diversos problemas estruturais como: a desigualdade social, a concentração de renda, o racismo, o machismo e a dificuldade de acesso à justiça, mas que sonham e acreditam que um novo mundo é possível. No entanto, aponta para a necessidade urgente de proteção".

Os conflitos agrários estão entre as principais causas de morte de defensores de direitos





humanos no País. O representante da FUNAI no debate, Helcio Eustáquio, citou o exemplo do Mato Grosso do Sul, onde os indígenas estão realizando a retomada de terras e sofrendo a ação contrária da polícia, inclusive com a prisão dos adultos e a institucionalização de jovens e crianças. “Paira sobre a cabeça de todos uma ameaça permanente, principalmente contra os indígenas, que travam uma luta desigual pela sua terra. Em Mato Grosso do Sul, hoje, em face da não demarcação das terras históricas desses povos, os próprios indígenas já algum tempo instituíram retomadas, já são mais de 110 retomadas”, relatou.

O representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos no Brasil, Paulo César Carbonari, afirmou que a proteção dos defensores dos direitos humanos tem que ser uma política de Estado como forma de proteger também a democracia no Brasil. “Porque a gente acredita e entende que os direitos humanos se realizam com os compromissos das instituições, com as convenções e os tratados”, disse.

De acordo com Layza Queiroz Santos, do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, “não há democracia na medida em que uma pessoa ou uma coletividade que luta para a efetivação dos direitos humanos sofre ameaça, sofre violência, sofre processo de extermínio. E isso é uma violência muito forte contra as defensoras e os defensores de direitos humanos. Lutamos para garantir a proteção e garantir que a luta dessas pessoas, dessas coletividades possa continuar acontecendo”.

Um dos autores do pedido para a realização do seminário, o deputado Luiz Couto, disse que é preciso trazer o problema para a discussão pública para que a Câmara possa elaborar





uma legislação capaz de proteger essas pessoas que, diariamente, lutam pelos direitos humanos em todo o País e que muitas vezes são assassinadas por isso. “É um enorme desafio ser defensor dos direitos humanos no Brasil. Ser defensor de direitos humanos é correr riscos, é estar exposto a constrangimentos. É receber ameaças e violências, é ser vítima de criminalização, descrédito, difamação, prisão e detenção arbitrárias, além de perseguição e morte”, alertou.

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Andressa Lewandowski reconheceu que a disputa fundiária gera muitas mortes no campo e afirmou que a pasta está empenhada em fortalecer políticas que garantam a titulação das terras de forma adequada, diminuindo assim os conflitos. “O Ministério, por meio da sua Secretaria de Comunidades Quilombolas e Povos Tradicionais, tem trabalhado para fortalecer os mecanismos, os processos e as políticas de regularização fundiária das comunidades quilombolas e das comunidades tradicionais em toda a sua diversidade”, assegurou.

O deputado Luiz Couto também lembrou que as pessoas que participam dos movimentos de defesa dos direitos humanos no Brasil exercem papel importante no fortalecimento do Estado de Direito no nosso país, o que justifica debater práticas de defesa dos integrantes de movimentos sociais. “Esperamos, com isso, gerar práticas legislativas que evitem a criminalização de certos movimentos populares, de sindicatos e de trabalhadores rurais, recentemente enquadrados na Lei de Segurança Nacional, assim como a inapropriada qualificação como terroristas”.

Estiveram presentes, entre os debatedores do seminário, representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública; da Defensoria Nacional de Direitos Humanos da Defensoria



Pública da União; do Movimento Nacional de Direitos Humanos; da Comissão Pastoral da Terra e representante do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. O seminário contou ainda com a participação de defensores e defensoras de direitos humanos de todo o país. Foram contribuições importantes para a construção de uma política de proteção e garantia de direitos.

O conteúdo do seminário na íntegra pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68286>.





Créditos da Fotografia/Imagem Thiago Coelho

## Promoção da Educação em Direitos Humanos

No dia 14 de junho, realizou-se o seminário "Educação em Direitos Humanos". O evento atendeu ao Requerimento 52/2023 proposto pela deputada Luizianne Lins (PT/CE) e pelo deputado Luiz Couto (PT/PB).

De acordo com a deputada Luizianne Lins, presidente do Colegiado, há um estudo que aponta o crescimento exponencial dos ataques às escolas, especialmente nos últimos dois anos.

Conforme o levantamento entregue ao Grupo Temático de Educação do governo de transição, desde o início dos anos 2000, ocorreram 16 ataques a escolas no Brasil, quatro deles somente no segundo semestre do ano passado. Ao todo, 35 pessoas foram mortas e 72 foram feridas no período. "Neste início do ano de 2023, a incidência de ataques parece manter a tendência de intensificação com 4 ataques registrados nos últimos 60 dias: Monte Mor (SP), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Blumenau (SC). Segundo pesquisadores, o total de ataques ocorridos em 2022 e 2023 já supera o número total do registrado nos 20 anos anteriores", afirma a deputada.



Segundo ela, o relatório aponta algumas alternativas para a prevenção de mais tragédias, entre elas a promoção de uma educação voltada para a tolerância e para a cultura de paz.

João Moura, representante do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), enfatizou três pontos em sua fala: a reconstrução do que foi destruído, o avanço em novos temas e a transformação da educação em direitos humanos numa cultura da sociedade brasileira. “Queremos construir uma cultura de educação em direitos humanos em que todas as pessoas tenham a sua dignidade reconhecida e respeitada. Precisamos construir uma linguagem de direitos humanos que fale não apenas para organismos internacionais, mas também para movimentos organizados e beneficiários diretos das nossas políticas públicas. Queremos construir um País a partir de uma cultura de direitos humanos, no qual esse conceito ressoe no coração do homem e da mulher comum, dos trabalhadores e trabalhadoras informais e precarizados”.

A deputada Reginete Bispo, que presidiu o seminário, reforçou a importância do debate, realizado no âmbito da Comissão, e ressaltou a parceria e a atuação do MDHC. “Esse ministério tem apontado caminhos extraordinários no enfrentamento das discriminações e, sobretudo, na promoção de políticas públicas para as minorias ou para as majorias invisibilizadas no nosso País”.

Miriam Abramovay, doutora em Ciências da Educação e pesquisadora, ratificou a necessidade do enfrentamento da violência na escola, de entender seu cotidiano, o clima escolar e as relações sociais. Ela destacou a importância de relacionar a promoção dos direitos humanos com o enfrentamento à violência. “Nós pensamos que não pode trabalhar





direitos humanos se não houver no currículo, desde a educação infantil até o final do ensino médio, debates sobre tudo, sobre questões como violência de gênero e masculinidade. É preciso também, dentro da questão dos direitos humanos, estimular o ensino das tradições e culturas africanas, estimular a aceitação da autoridade e capacitar os professores e gestores para uma educação mais inclusiva”.

Fernanda Lapa deu voz aos movimentos da sociedade civil organizada e da academia, engrandecendo a participação social. “Temos que abrir para essa escuta, como estamos fazendo agora. Queremos muito voltar a ocupar esses espaços e a participar desse diálogo. Além da escuta, temos que começar a pensar na política de educação em direitos humanos como um todo. Temos que voltar a ser uma política pública de Estado”.

A deputada Reginete reafirmou o papel da CDHMIR no compromisso junto à educação. “A nossa intenção em realizar este seminário é debater coletivamente o estar na vida, no planeta Terra, respeitando todos os seres, o meio ambiente, preservando nossos biomas, indo além da educação e do aprendizado formal. Trata-se de aprender o bem viver, a conviver e a respeitar as diferenças, de nos perceber únicos, diferentes, mas não desiguais em direitos e em respeito”, finalizou a deputada.

O conteúdo do seminário na íntegra pode ser acessado por meio do endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68352>.





Créditos da Fotografia/Imagem Myke Sena / Câmara dos Deputados

## Dez anos da tragédia da Boate Kiss

No dia 23 de agosto, a Comissão promoveu seminário para debater os dez anos do incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), que provocou a morte de 242 pessoas.

Com o tema "Dez Anos da Tragédia da Boate Kiss: Resgatar o Passado é Prevenir o Futuro", o evento foi solicitado por meio do Requerimento 20/2023 de autoria da deputada Luizianne Lins (PT/CE). Ela destacou que os pais e familiares das vítimas "têm lutado incessantemente" por justiça e

pela responsabilização dos culpados, desde a ocorrência do incêndio, no dia 27 de janeiro de 2013.

"Após longos anos de investigação e julgamento, em dezembro de 2021, os quatro réus do caso foram condenados. A sentença parecia trazer um alento para os familiares, que esperavam ansiosamente por uma punição justa. No entanto, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu anular o júri após acolher parte dos recursos das defesas, o que





gerou indignação e revolta. Ainda assim, os familiares das vítimas não desistiram e continuam sua luta por justiça", afirmou a deputada.

Sobrevivente do incêndio quando tinha 18 anos de idade, o atual presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), Gabriel Rovadoschi Barros, relatou o que chamou de "grave crueldade" imposta pela impunidade. "Não havendo justiça, é como se o Estado não reconhecesse a verdade do que aconteceu. A pauta Kiss é a pauta da prevenção e de tudo que engloba essa grande e complexa aventura que é viver em um mundo onde a gente deve ter garantido o nosso direito à vida e à segurança nos diferentes espaços que nos pertencem".

Atual 2ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara, a deputada Maria do Rosário (PT/RS), Ministra dos Direitos Humanos na época da tragédia, lembrou a comoção internacional do caso. A deputada fez questão de renovar a solidariedade aos familiares e de reforçar a luta contra a impunidade. "Eu quero deixar consignado aqui, como parlamentar da Mesa Diretora e em nome da Casa, o meu agradecimento a vocês por sempre trazerem o nome, o sobrenome e a história dessa juventude ali ceifada das nossas relações. Tragédias podem ser evitadas. Sempre trabalhamos com o tema da não repetição".

Ligiane Righi da Silva, que também participou do seminário, lembrou que a filha Andrielle Righi foi com quatro amigas comemorar o aniversário de 22 anos na boate naquela noite e todas morreram. Assim como os demais pais de vítimas presentes no seminário, Ligiane manifestou revolta pela "omissão e negligência" de autoridades que deveriam ter fiscalizado o local e





pela “ganância” dos donos da boate, que funcionava com irregularidades como extintores insuficientes, barras nas portas de segurança e falhas na sinalização.

“A nossa luta é pela Andrielle que se foi, mas, também e principalmente, pelos que ficaram, para que possam sair com segurança, ter muitas portas de emergência, ter extintores. Era uma boate que nem devia estar aberta. Cadê a responsabilidade de cada um? Até hoje, cadê essas respostas? Foi uma tragédia anunciada. A nossa vida praticamente congelou naquele dia”.

Foi uma tarde de muita comoção por se reviver a dor e o horror daquele dia. Fica a saudade, a indignação e a luta por justiça. A deputada Luizianne Lins anunciou a intenção de visitar Santa Maria e realizar uma "grande audiência" com familiares e autoridades na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Luizianne anunciou um encontro com o Ministro da Justiça para sugerir operações de fiscalização e ações preventivas em locais de entretenimento.

A íntegra do seminário está disponível no endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69289>.





Créditos assessoria da CDHMIR

## XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional - In Memoriam de David Miranda

Nos dias 19 e 20 de setembro, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados (CDHMIR), a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS) e a Comissão de Saúde (CSAÚDE) realizaram, conjuntamente, o XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, em homenagem ao ex-deputado David Miranda, que faleceu no mês de maio de 2023 e era uma referência na luta pelos direitos LGBTQIA+.

O seminário ocorreu decorrente da aprovação dos Requerimentos 91/2023-CDHMIR de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL/SP), 118/2023-CE apresentado pela deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP), 43/2023-CMULHER das deputadas Erika Hilton (PSOL/SP) e Fernanda Melchionna (PSOL/RS), 42/2023-CPOVOS das deputadas Erika Hilton (PSOL/SP) e Célia Xakriabá (PSOL/MG) e 191/2023-CSAÚDE de autoria da deputada Daiana Santos (PCdoB/RS).

O evento teve início em meio à votação, na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, do PL 5.167/2009, que veta o



reconhecimento da união homoafetiva, repercutindo no XX Seminário LGBTQIA+.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputada Luizianne Lins (PT/CE), afirmou que o momento deveria ser de retomada das políticas para a comunidade LGBTQIA+ e de luta contra os retrocessos para esse segmento da população.

A Secretária da Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Bruna Benevides, acredita que a discussão do projeto no mesmo dia e hora da realização do seminário foi uma tentativa de enfraquecer a articulação do movimento LGBTQIA+. “Essas armadilhas querem nos desviar do nosso objetivo, que é avançar. A gente está avançando e vai avançar cada vez mais”, opinou. Ela observou que, caso o projeto de lei seja aprovado pelo Congresso Nacional, ele será barrado pelo STF, por ser inconstitucional.

“Se hoje não há a menor possibilidade de eles impedirem efetivamente o casamento ou negarem o acesso à retificação de nome e gênero ou a garantia do acesso à saúde para a juventude e as crianças, todos direitos que nós conquistamos, é porque nós, enquanto movimento, conseguimos pautar essas conquistas de forma sólida”, (sic) afirmou Bruna Benevides.

A Secretária da Cidadania e da Diversidade do Ceará, Mitchelle Meira, também lamentou os retrocessos do Legislativo. “Tenho a certeza de que a população brasileira não tem esse ódio, apenas uma pequena camada da população. É preciso avançar em legislações positivas para a proteção da população LGBTQIA+”.





Erisvan Guajajara, do Coletivo Tybyra Indígenas LGBTs, ressaltou que a luta pela liberdade de gênero e orientação sexual está ligada à luta por território, terra, alimentação saudável e proteção dos povos. "São centenas de indígenas LGBTs que enfrentam racismo, violência de gênero, miséria e a morte".

A Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, Symmy Larrat, afirmou que, neste ano, haverá o maior orçamento da história para as pessoas LGBTQIA+. Mas, ainda assim, será insuficiente para as políticas públicas necessárias para garantir a vida e os direitos desse grupo.

Segundo Tony Reis, da Aliança Nacional LGBTI+, estão em análise na Câmara 36 projetos favoráveis à comunidade e 63 projetos que tiram direitos dos LGBTQIA+. Ele defendeu o PL 7292/17, chamado de "Lei Dandara" em homenagem a uma travesti assassinada no Ceará, sobre o enfrentamento da LGBTfobia. Salientou que a Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+, integrada hoje por mais de 260 parlamentares, nunca foi tão grande.

A íntegra do primeiro dia do XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, está disponível no endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/69854>.





Créditos da Fotografia/Imagem Câmara dos Deputados

## XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional - In Memoriam de David Miranda

No segundo dia do seminário, 20 de setembro, participantes defenderam o enfrentamento da LGBTIfobia e da violência, o acesso a serviços de saúde habilitados para o atendimento de pessoas Trans e a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho e no sistema previdenciário.

A Diretora de Programa da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, Flávia Teixeira, lembrou que, desde 2008, as cirurgias para adequação genital em mulheres Trans foram incluídas no SUS e, em 2011, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral LGBT+ no sistema. Está em vigor a

portaria de 2013, que ampliou o processo transsexualizador (as cirurgias de readequação sexual) no SUS para incluir as travestis e os homens Trans. Em 2016, existiam nove serviços hospitalares e ambulatoriais habilitados para o atendimento das pessoas Trans no SUS. “Nós não tivemos nenhuma habilitação de serviço de 2019 a 2022. A gente passa agora para 22 serviços em 2023. O compromisso do Ministério é de que os serviços cheguem a todos os estados do País.





Outro compromisso é a redução das filas para as cirurgias de readequação genital”.

Amanda Anderson, assessora de Participação Social e Diversidade do Ministério da Previdência Social, observou que, nas décadas de 80 e 90, não se pensava no envelhecimento da população Trans, mas que, agora, o assunto entra em pauta. “Nós temos uma estatística que comprova que a expectativa de vida continua sendo de 35 anos no Brasil. E nós temos um levantamento de que 91% da população Trans no Brasil se encontra na prostituição, porque 67% dessa população não completou o ensino fundamental. Então, nós precisamos pensar em como vai ficar o envelhecimento e como será a inserção no sistema previdenciário”, acrescentou.

Amanda ressaltou que, desde maio, o Ministério tem viajado pelo Brasil com o Projeto Educação Previdenciária para a População LGBT. Além disso, portaria de junho determinou a inclusão do campo de nome social, orientação sexual e identidade de gênero nos formulários de cadastramento do Ministério da Previdência Social.

A coordenadora de políticas para indígenas LGBTQIA+ do Ministério dos Povos Indígenas, Larissa Pankararu, avalia que o desafio é pensar políticas públicas para uma população que não é contabilizada. Outros desafios são formular o diagnóstico da violência contra a população indígena LGBT e levar informações sobre saúde sexual e os serviços de saúde para essa população, informou.

O Procurador do Trabalho, Igor Sousa Gonçalves pediu atenção para a região Norte na formulação de políticas públicas. “Dados da Aliança Nacional LGBTQIA+ indicam que 4 dos 5 piores estados em implementação de políticas para a população LGBTQIA+ estão na região



norte do país. Temos dados que indicam que 12% de pessoas LGBTQIA+ estão na região norte, ao passo que a população representa 8% da população nacional”, complementou.

O Procurador da República, Lucas Almeida, informou das ações da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos sobre questões que afetam a população LGBTQIA+. Entre elas, a nota técnica convidando o Estado brasileiro a rever em documentos oficiais, como o passaporte, os campos de “pai” e “mãe”, para substituí-los por filiação. “Mais recentemente, encaminhamos uma nota técnica de edição de um dia nacional de combate ao lesbocídio ou ao lesbódio, esse movimento ainda muito conservador que ataca sobretudo mulheres lésbicas, pretas e periféricas”. Asseverou que foi sugerido ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo a adoção de políticas públicas que enfrentem, de forma séria e comprometida, esse tema que cada vez se torna urgente. Lembrou que o País, há 14 anos, lidera o ranking de países que mais matam pessoas LGBT.

Este Seminário é um evento já tradicional no parlamento brasileiro e sempre contou com a participação da Comissão. Neste ano, tivemos a honra de mais uma vez organizá-lo. E que bom poder fazer essa homenagem a David, que tanto trouxe brilho, alegria, beleza, força e leveza, para a luta LGBTQIA+ e, inclusive, esteve à frente da organização de uma edição deste seminário. Homenagem JUSTA! David PRESENTE! Sua vida, luta e dedicação nos inspiram! Nada foi em vão!

No encerramento, a deputada Célia Xakriabá afirmou que o Brasil de 1500 está mais vivo que nunca dentro do Congresso Nacional, que, para ela, é um retrato da homofobia e transfobia.





A segunda parte do XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, está disponível no endereço: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70093>.







Créditos da Fotografia/Imagem Mario Agra / Câmara dos Deputados

### **Tecnologias Digitais e Direitos Humanos**

No dia 5 de outubro a CDHMIR realizou seminário sobre tecnologias digitais com foco na proteção dos direitos humanos. O evento ocorreu em atendimento aos Requerimentos 87/2023 e 109/2023 de autoria da presidente do colegiado, a deputada Luizianne Lins (PT/CE).

A deputada compartilhou suas preocupações referentes ao tema e citou o combate à violência virtual e à exclusão digital. "A implementação de

políticas públicas e de leis efetivas para a proteção dos direitos digitais, que são desdobramentos de direitos fundamentais já consagrados em nossa Constituição e em instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, é basilar para a garantia de que a internet seja um ambiente seguro e saudável para todos", afirmou.

O seminário contou com a presença de professores e pesquisadores da área de tecnologia e de representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e do Ministério de





Ciência, Tecnologia e Inovação. Diversas plataformas foram convidadas, mas não compareceram ao evento.

O debate tratou de questões fundamentais ao ambiente das redes sociais e da descentralização da produção de conteúdo, além do papel das plataformas digitais na moderação das publicações.

Caio Machado, diretor-executivo do Instituto Vero, organização que trabalha no combate à desinformação, destacou o impacto que as plataformas exercem hoje sobre a vida das pessoas. Segundo esse especialista, a depender dos termos inseridos para a pesquisa no Google sobre a evolução da vida, as primeiras páginas indicadas podem direcionar o cidadão a uma teoria criacionista ou a teoria evolucionista. “No uso de um serviço que tem um status de estrutura pública, a gente precisa exigir um grau de legitimidade e controle maior”, declarou.

Apesar das críticas, o Gerente de Políticas Públicas do Google no Brasil, Luiz Moncau, afirmou que a internet não é “terra sem lei” e que já existem boas regras a serem seguidas. Como exemplo dessas normas, ele citou o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. “Gostaria de enfatizar a forma como essas legislações foram construídas: com debate super amplo com a sociedade civil, com as empresas, com os representantes de governo”, disse.

Yuri Correia da Luz, representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, falou da complexidade e do desafio da regulação. Segundo ele, quando se restringe algumas possibilidades de fala, é possível estar restringindo direitos fundamentais. “Nós temos instrumentos relevantes para fazer a cobrança às plataformas digitais em favor da defesa e promoção de direitos humanos no Brasil, mas não podemos nos conformar com o quadro



legislativo e normativo que temos na atualidade. Apesar do modelo que temos hoje permitir cobranças, ele ainda é insuficiente”.

Renata Mielli, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, defendeu a garantia dos direitos digitais como direitos fundamentais, independente do ambiente e nas relações sociais cotidianas. "Temos dificuldade na aplicação das leis dentro do ambiente digital. Entre elas, a intermediação das relações sociais por grandes plataformas privadas internacionais. É um modelo de negócio baseado na falta de transparência e que acarreta várias externalidades negativas com o uso intensivo”.

Autora do pedido de realização do debate, a deputada Luizianne Lins destacou que outras plataformas digitais foram convidadas (Telegram, Instagram, Twitter, Facebook e TikTok), mas não compareceram. "Em algum momento, vamos querer a participação deles nesses seminários. Não tem sentido empresas que desenvolvem os aplicativos não estarem presentes em um debate tão fundamental para todo o Brasil e para a democracia brasileira”.

O seminário está disponível no endereço: <https://www.camara.leg.br/eventolegislativo/70230>.





Créditos da Fotografia/Imagem Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

### **Infâncias e adolescências invisibilizadas no contexto do novo Plano Nacional de Educação (2024/2034)**

No dia 25 de outubro, a Comissão realizou o seminário "Infâncias e Adolescências Invisibilizadas no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE)". O evento ocorreu em atendimento ao Requerimento 164/2023 de autoria da presidente do colegiado, a deputada Luizianne Lins (PT/CE).

De acordo com a deputada, "O Brasil é marcado por profundas e complexas desigualdades que se sobrepõem, exigindo que políticas públicas efetivas levem em consideração os desafios específicos e concretos enfrentados por grupos politicamente minorizados", justificou.

O PNE, aprovado em 2014, traz metas que deveriam ser cumpridas em diversos tipos de educação até 2024. A cada dez anos, o governo federal envia ao Congresso um projeto de lei com as metas educacionais para a década seguinte.



O seminário contou com a participação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, de representantes da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e de membros do Fórum Nacional de Educação no Campo e Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil. Os convidados debateram temas que impactam a educação de crianças e adolescentes, como o crime organizado, a evasão escolar e a educação rural. As sugestões foram reunidas e serão encaminhadas, via CDHMIR, para as novas metas do PNE, como crianças e adolescentes em sistemas socioeducativos e em situação de rua, filhos de presidiários, moradores do campo, da floresta ou de comunidades ribeirinhas.

O integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Carlos Nicodemos, lamentou que a cobertura educacional para alunos de 6 a 14 anos tenha voltado ao mesmo patamar de 2011. Segundo Nicodemos, a situação é ainda mais grave para os jovens encarcerados. "Posso entrar no SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - e ver o adolescente respondendo pelo ato infracional dentro de uma unidade e, aí, começa o processo de invisibilização desses atores sociais", disse. Ele afirmou que, hoje, as unidades de atendimento socioeducativo são prisões. Segundo ele, promovem a contenção pela contenção, ou seja, não há uma política pública que permita dar ou criar condições de visibilidade a esse jovem.

Em relação às crianças em situação de vulnerabilidade, a representante da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Mara Carneiro, destacou as consequências dos violentos embates com o crime organizado nas comunidades. São elas, a evasão escolar, a falta de professores e menos dias letivos.





Como exemplo, ela citou o Complexo da Maré no Rio de Janeiro, um conglomerado de 17 comunidades onde moram 140mil pessoas e onde há aproximadamente 50 escolas.

"Faltam professores que queriam dar aula [no Complexo da Maré] porque muitos deles pedem para ser transferidos. Imagina um trabalhador de educação se dirigir a uma comunidade para exercer seu ofício debaixo de bala e de sirene da polícia?! Um contexto como esse deveria ser inconcebível para qualquer país que se diga democrático".

Em relação à educação para crianças e jovens das áreas rurais, o integrante do Fórum Nacional de Educação no Campo, Antônio Lacerda, sugeriu aos deputados que, no próximo PNE, a educação rural seja uma modalidade da educação básica. Para isso, continuou Lacerda: "o novo plano deve ter metas que coíbam o fechamento de escolas rurais, prevejam melhor infraestrutura para essas instituições e garantam um currículo adaptado às realidades de cada região como forma de manter esses jovens no campo. Como a gente vai fazer para que essa juventude fique no campo? A escola pode ser sim, um elemento importante, desde que a educação seja contextualizada", disse.

Katerina Volcov, representante do Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, afirmou que é preciso replicar iniciativas de sucesso da pedagogia de alternância. Citou as Escolas Famílias Agrícolas, que estão trabalhando para a fixação dos jovens no campo e combatendo o trabalho infantil.



O seminário está disponível no endereço: <https://www.camara.leg.br/eventolegislativo/70748>.





Além de audiências públicas, reuniões deliberativas, seminários e visitas, a Presidente da Comissão participou de alguns eventos em missão oficial e recebeu comitivas.



Créditos assessoria de comunicação da CDHMIR





### Missão Oficial - Buenos Aires

A deputada Luizianne Lins (PT/CE), presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), esteve em Missão Oficial, representando a Câmara Federal, no III Foro Mundial de Derechos Humanos, que aconteceu na Argentina, em Buenos Aires, no período de 23 a 26 de março.

O evento foi organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da UNESCO e reuniu diversas entidades a fim de promover o debate sobre os direitos humanos. Foram abordados nas atividades ao longo do fórum os seguintes eixos temáticos: acesso à justiça; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; comunidades e povos indígenas; direito à ciência e acesso ao conhecimento; direito à terra; discriminação, xenofobia e racismo, entre outros.





A deputada participou dos seguintes debates:

- ✔ Democracia, Poder e Liberdade;
- ✔ Direitos Humanos na encruzilhada;
- ✔ Jornadas Internacionais de Negacionismo (parte 3 e 4);
- ✔ Direitos Humanos no abismo?;
- ✔ Reunião Parlamentar de Direitos Humanos e Políticas Públicas;
- ✔ Direitos Humanos e Deficiência;
- ✔ 40 anos de democracia: lutas, desafios e lições aprendidas;
- ✔ Encerramento do III Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Ainda na capital portenha, a presidente acompanhou a marcha pelo Dia Nacional da Memória, Verdade e Justiça da Argentina, visitou o Museo Sitio de Memoria - ESMA e o Parque da Memória. Ambos os equipamentos são destinados à memória das vítimas do terrorismo de Estado durante a ditadura argentina.



### **Missão Oficial - Bruxelas**

As deputadas Luizianne Lins (PT/CE) e Jack Rocha (PT/ES), presidente e primeira vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), estiveram em Missão Oficial, representando a Câmara Federal, no evento Brasil - União Europeia. O encontro aconteceu na Bélgica, em Bruxelas, nos dias 16 e 17 de julho e debateu o desenvolvimento sustentável, a transição energética e os direitos humanos.

A Plataforma CIPÓ, organização responsável pelo evento, é uma instituição de pesquisa liderada por mulheres que atua com temas relacionados a crimes ambientais, meio ambiente e clima, com ênfase em um programa de democratização da política externa brasileira, compatibilizando sustentabilidade com desenvolvimento e inclusão social.





O momento foi muito importante para conhecer o Parlamento Europeu, dialogar com as instituições brasileiras e latino-americanas que estiveram presentes, e para participar de reflexões de muita relevância para o Brasil, como o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.





### Missão Oficial - Paris

A deputada Luizianne Lins (PT/CE), presidente da CDHMIR, esteve em Missão Oficial, no período de 10 a 12 de outubro, representando a Câmara Federal, na França, em Paris.

O convite foi feito pelo Professor Titular do Centro de Estudos Europeus (CEE) da Sciences Po, para participação no Encontro Direitos Humanos em Tempos de Globalização: Diálogos entre o Sul e o Norte Globais.

A presidente esteve em reunião com o Prof. Dr. Tommaso Vitale, o Excelentíssimo Reitor da Escola Urbana da Fundação Nacional de Estudos Políticos, e sua equipe de assessores, onde foram apresentadas as iniciativas de formação e pesquisa da École Urbaine de Paris voltadas para estudos em Direitos Humanos.





A Missão Oficial contou com a visita ao novo campus acadêmico da Sciences Po, o Campus St Thomas, onde a deputada conversou com estudantes do mestrado.

Por fim, a deputada se reuniu com o Prof. Dr. Gabriel Feltran, Diretor de Pesquisas, para tratar de temas dos Direitos Humanos de conflitos nos contextos do Brasil e da América Latina.





### Marco temporal de terras indígenas

A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara, deputada Luizianne Lins (PT/CE), a deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG), presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS) e representantes da Saúde Indígena e do Ministério dos Povos Indígenas participaram de reunião no Supremo Tribunal Federal sobre o julgamento do marco temporal de terras indígenas.



O grupo foi recebido pelo juiz Márcio Schiefler Fontes designado pela presidente do STF, ministra Rosa Weber, no dia 22 de junho. O marco temporal é uma tese jurídica que defende que os indígenas só têm direito a uma terra se já a ocupavam no momento da promulgação da Constituição.

Créditos assessoria de comunicação da CDHMIR





Créditos assessoria de comunicação da CDHMIR

### **Comissão de Direitos Humanos do Uruguai**

A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara (CDHMIR), deputada Luizianne Lins (PT/CE) recebeu a visita do deputado federal do Uruguai Oscar Amigo Díaz, da Frente Ampla. O encontro aconteceu em Brasília, no dia 23 de junho.

"Debatemos parcerias importantes e intercâmbio no âmbito da promoção dos direitos humanos entre Brasil e Uruguai", pontuou Luizianne.

O deputado Oscar Amigo Díaz preside a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Uruguaio.





### **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH**

A presidente da Comissão, deputada Luizianne Lins reuniu com o Representante Regional para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) na América do Sul, o Sr. Jan Jarab.



Durante o encontro realizado no dia 3 de agosto, foi reafirmado o compromisso do acordo entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado para a manutenção do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal (RPU).





### **Comitiva Parlamentar do Vietnã**

A presidente e a terceira vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara (CDHMIR), deputadas Luizianne Lins (PT/CE) e Daiana Santos (PCdoB/RS) estiveram reunidas com uma delegação de parlamentares do Vietnã.

O encontro aconteceu na sala de reuniões da Comissão, no dia 8 de agosto, e teve como objetivo estreitar as relações entre os Parlamntos Vietnamita e Brasileiro, bem como avaliar as diferentes realidades na luta pelos direitos humanos nos dois países.



## Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial aprovou no dia 10 de novembro propostas de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024 (PLDO/2024), conforme PLN 4/2023-CN.

As emendas aprovadas se dividem em propostas para inclusão de metas e propostas de alteração de texto.

### 1) PROPOSTAS DE INCLUSÃO DE EMENDAS DE METAS:

EMENDA Nº 1 - PROGRAMA - 5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.  
AÇÃO: 21G2 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+  
Acréscimo de meta: 150.

EMENDA Nº 2 - PROGRAMA - 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua.  
AÇÃO: 21G3 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e Catadoras de Materiais Recicláveis  
Acréscimo de meta: 200.

EMENDA Nº 3 - PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais (INCRA).  
AÇÃO - 210Z - Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas  
Acréscimo de meta: 300.





## 2) PROPOSTAS DE INCLUSÃO DE EMENDAS DE TEXTO:

EMENDA Nº 1) modificativa - Corpo da Lei, Cap. V, Art. 88, inciso I, alínea “c”. “Dá-se a seguinte redação para a alínea “c”, do inciso I, do Art. 88, Corpo da Lei, Cap. I: c) construção, ampliação, conclusão de obras ou reformas necessárias à prestação dos serviços pactuados”. As emendas aprovadas reforçam ações essenciais para contribuir com a garantia de direitos de populações que vêm vivenciando intensas violações de direitos, como as comunidades quilombolas e pessoas LGBTQIA+.

EMENDA Nº 2) substitutiva - Corpo da Lei, Cap. VIII, Art. 126, § 1º, inciso IV. “Dá-se a seguinte redação para o inciso IV, do § 1º do Art. 126: IV - instituições cujos dirigentes sejam condenados por trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual, capacitismo, homotransfobia ou racismo”.

EMENDA Nº 3) substitutiva - Corpo da Lei, Cap. VIII, Art. 126, Inciso I. “Dá-se a seguinte redação para o inciso I, do Art. 126: I - a Caixa Econômica Federal, redução do déficit habitacional e melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando beneficiam pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, vítimas de trabalho escravo, catadoras de materiais recicláveis, mulheres impactadas desproporcionalmente por efeitos de eventos climáticos, mulheres chefes de família ou em situação de vulnerabilidade social, pessoas com dissidência de sexualidade egênero, policiais federais, civis e, servidores da Secretaria Nacional de Políticas Penais e militares das Forças Armadas que morem em áreas consideradas de risco ou faixa de fronteira prioritárias estabelecidas no âmbito da PNDR, pessoas vítimas de violência institucional, por meio de financiamentos e projetos habitacionais de interesse social, projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural, inclusive mediante a prestação de serviços de



assessoramento de serviços de assessoramento técnico, estruturação e desenvolvimento de projetos que propiciem a celebração de contratos de parcerias com os entes públicos para execução de empreendimentos de infraestrutura de interesse do país, e projetos de implementação de ações de políticas agroambientais;”.

EMENDA Nº 4) substitutiva - Corpo da Lei, Cap VIII, Art. 126, § 4º, inciso III, Alínea “a”. “Dá-se a seguinte redação para a alínea “a”, do inciso III, do § 4º, do Art. 126: a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental, de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, de atendimento às pessoas vítimas de racismo, homotransfobia ou capacitismo;”.

EMENDA Nº 5) aditiva - Corpo da Lei, Cap. VIII, Art. 126, § 5º. Inclui-se o inciso VIII, ao § 5º, do Art. 126. “§ 5º É vedado o impedimento ao financiamento de qualquer atividade produtiva, comercial ou de serviços legalmente estabelecidas, exceto quando se destinarem a: [...] VIII - comercialização de armas de fogo e/ou munições;”.





## Plano Plurianual - PPA

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, aprovou no dia 24 de novembro propostas de emendas ao Plano Plurianual 2024 a 2027 (PPA/2024-2027), conforme PLN 28/2023-CN.

As emendas aprovadas:

1) EMENDA Nº 1/23 - PROGRAMA: 5501 - Estruturação da Política Nacional de Cuidados.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Emenda de acréscimo proposta pela CDHMIR - R\$ 1.000.000.000,00.

Valor final no PPA 2024-2027 - R\$ 2.706.299,030.

2) EMENDA Nº 2/23 - PROGRAMA: 5803 - Juventude Negra Viva.

Órgão responsável: Ministério da Igualdade Racial.

Emenda de acréscimo proposta pela CDHMIR - R\$ 300.000.000,00.

Valor final no PPA 2024-2027 - R\$ 336.813.310,00.

3) EMENDA Nº 3/23 - PROGRAMA: 5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Órgão responsável: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Emenda de acréscimo proposta pela CDHMIR - R\$ 300.000.000,00.

Valor final no PPA 2024-2027 - R\$ 335.043.314,00.





## Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, aprovou no dia 22 de novembro propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024 (PLOA/2024), conforme PLN 29/2023-CN.

As emendas aprovadas reforçam ações essenciais para contribuir com a garantia de direitos de populações que vêm vivenciando intensas violações de direitos, como as comunidades quilombolas e pessoas LGBTQIA+.

**EMENDA Nº 1 - PROGRAMA - 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua (MDHC)**

**AÇÃO: 21G3 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e Catadoras de Materiais Recicláveis.**

**VALOR: R\$ 200.000.000,00.**

**EMENDA Nº 2 - PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais (INCRA)**

**AÇÃO: 210Z - Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas.**

**VALOR: R\$ 200.000.000,00.**

**EMENDA Nº 3 - PROGRAMA - 5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (MDHC)**

**AÇÃO: 21G2 - Promoção e Defesa Dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.**

**VALOR: R\$ 100.000.000,00.**





EMENDA Nº 4 - PROGRAMA: 5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo (MIR)

AÇÃO: 21FD - Fortalecimento e Desenvolvimento de Políticas para o Enfrentamento ao Racismo.

VALOR: R\$ 100.000.000,00.

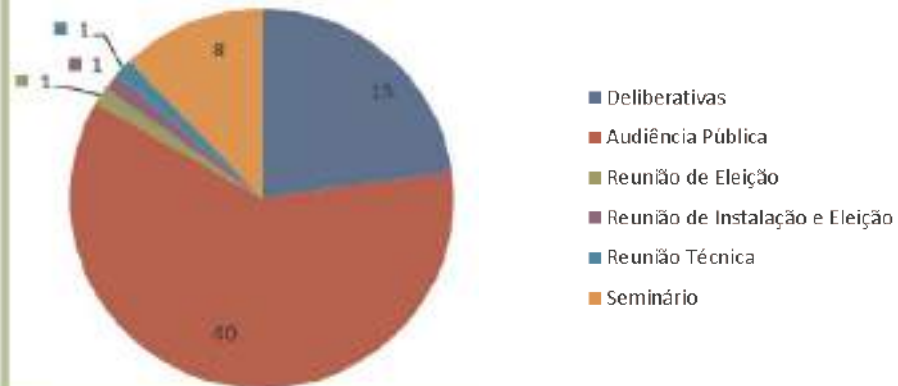






Reuniões	Quantidade
Deliberativas	15
Audiência Pública	40
Reunião de Eleição	1
Reunião de Instalação e Eleição	1
Reunião Técnica	1
Seminário	8
Total	66

**Estatística Reuniões - Total: 66**





Durante o ano de 2023, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial aprovou requerimentos de moções, manifestando-se sobre acontecimentos que envolveram violações de direitos ou para prestar homenagem ou solidariedade a defensores de direitos humanos.

## **REQUERIMENTO 30/2023 - Autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP)**

### **Moção de solidariedade ao servidor público do ICMBio, Manoel Silva da Cunha, ambientalista, extrativista e gestor da Reserva Extrativista do Médio Juruá, no Amazonas.**

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados presta sua solidariedade ao Sr. Manoel Silva da Cunha, servidor público do ICMBio, que vem sofrendo perseguições e constantes ameaças a sua integridade física após a deflagração de uma operação realizada pelo Ibama e pela Polícia Federal com o apoio do ICMBio e da Polícia Militar do Amazonas, que culminou na apreensão de equipamentos utilizados para a extração de ouro praticada no âmbito do garimpo ilegal. É a presente Moção de Solidariedade para que o servidor receba o apoio da Câmara Federal e tenha a segurança de que estaremos acompanhando a apuração e os desdobramentos necessários à responsabilização dessas perseguições e ameaças.



## REQUERIMENTO 32/2023 - Aatoria da deputada Erika Hilton (PSOL/SP)

### **Moção de Solidariedade à família de Elizabeth Tenreiro e à comunidade escolar E.E. Thomazia Montoro.**

Segunda-feira, dia 27 de março, um aluno de 13 anos, assentado no 8º (oitavo) ano escolar, da escola E.E. Thomazia Montoro, bairro Vila Sônia, na cidade de São Paulo, atentou contra a vida de funcionários e alunos da escola, esfaqueando um aluno e quatro professores. O aluno agressor feriu as vítimas logo após a abertura dos portões da Escola. O agressor, que é aluno da unidade de ensino, foi contido pelos policiais após ser desarmado pelos professores.

Em razão do exposto, lamentamos profundamente a morte da professora, alvo do atentado, Elizabeth Tenreiro, de 71 anos, que teve uma parada cardíaca e morreu no Hospital Universitário da USP, após o ataque à escola. Elizabeth deixa um legado educador emancipatório e de tolerância para centenas de crianças e adolescentes durante seu período lecionando. Seu compromisso com a educação pública, com a formação cidadã de seus alunos, e com a participação ativa na vida da comunidade escolar deixarão um espaço enorme de saudade para todos que conviveram com Elizabeth. À comunidade escolar, receba o apoio da Câmara Federal e a segurança de que se fará o possível para coibir tais atos de extrema violência, repudiamos o ataque e seus métodos, e reiteramos o compromisso por um espaço educacional seguro, emancipador e que tenha condições de enfrentar uma cultura de ódio e violência.





A violência extrema nas escolas é um problema complexo que deve ser atuado em diferentes frentes a fim de preveni-la e combatê-la, além de proporcionar soluções. O cenário de violência sistemático nas comunidades escolares no país, com dezenas de casos de atentados violentos à membros da comunidade escolar noticiados em grandes mídias, demandando, portanto, veemente repúdio e ampliação do debate nas casas legislativas para enfrentar esse problema sistemático nas escolas do país.

Estudo inédito, realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mostra que o Brasil teve pelo menos 23 ataques violentos a escolas em um período de 20 anos, desde 2002 até 2023. Entre esse período, 24 estudantes morreram, além de 4 (quatro) professores e 2 (dois) profissionais de educação, como a professora da escola estadual de São Paulo, morta a facadas nesta segunda-feira, dia 27 de março de 2023, por um aluno.

O Instituto de Estudos Avançados da Unicamp destacou também que os ataques às escolas acontecem em diferentes esferas: 12 (doze) casos em escolas estaduais; 7 (sete) casos em escolas municipais e 4 (quatro) casos em escolas privadas. Sendo as motivações diversas, mas sempre orientadas para raiva, ódio, vingança e participação em culturas extremistas. Os pesquisadores esclarecem na pesquisa que os ataques têm aumentado em números desde o ano passado, sendo, portanto, um crescimento exponencial deste tipo de violência. Foram 7 ataques às instituições de ensino no 2º semestre de 2022 e dois este ano: um deles na capital paulista e outro em Monte Mor, no interior de São Paulo.



A alta incidência de casos de violência dentro das escolas, entre as autoridades educacionais e a marcha de perseguição contra professores implica uma resposta do poder público em atuar por uma cultura de não violência e participação mediativa na resolução dos conflitos, como forma, também, de assegurar condições de trabalho dignas. Dados da pesquisa divulgada pela APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) sobre o grau de violência percebida nas escolas paulista revela e alerta sobre casos de bullying e discriminação crescente entre alunos e professores. Apurou-se que 79% da população paulista teve conhecimento de algum caso recente de violência em escolas paulistas em 2019.

Os casos de bullying, discriminação e vandalismo foram os mais notados. Já no âmbito nacional, quanto ao índice de conhecimento de violência, foi de 77%. Tem-se também, “de acordo com a pesquisa, 81% dos alunos e 90% dos docentes souberam de episódios de violência em suas escolas estaduais no ano passado, índices acima da percepção verificada em relação a 2017 (80% e 85% entre estudantes e professores, respectivamente) e 2014 (77% e 84%), outros períodos apurados”. Quanto a ter sofrido pessoalmente algum tipo de violência no âmbito escolar, 37% dos estudantes e 54% dos professores da rede ouvidos pelos pesquisadores disseram já ter sofrido pessoalmente algum tipo de violência em suas escolas.

É necessário, portanto, efetivo compromisso desta Casa de Leis, no combate aos ataques, atentados e manifestações de discriminação no ambiente escolar, e cooptação dos jovens ao extremismo, além de proteção e reparação das vítimas, dos familiares e de toda a comunidade





escolar brasileira, em contexto de violência às escolas. Isso posto, e considerando a inegável relevância e urgência do tema proposto, requeiro moção de solidariedade, como expressão do compromisso por uma agenda de paz, não discriminação e tolerância que referencie o legado daqueles que tiveram suas trajetórias interrompidas pela violência e pelo ódio.

**REQUERIMENTO 46/2023 - Aatoria dos deputados Miguel Ângelo (PT/MG) e Reimont (PT/RJ).**

**Moção de Solidariedade ao escritor Mamadou Ba em razão das perseguições, ataques e ameaças que vem sofrendo devido a sua atuação como defensor dos direitos humanos e a sua luta pela igualdade racial.**

Uma das mais destacadas lideranças mundiais na luta do antirracismo, Mamadou Ba é membro fundador de diversas organizações de defesa dos direitos humanos dos migrantes e das pessoas racializadas. Ele integrou e integra conselhos científicos de inúmeros projetos de investigação académica, como consultor, e lecionou em cursos de verão do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em aulas com a temática do (anti)racismo.

Mamadou Ba firmou-se também como uma das vozes mais proeminentes de Portugal no combate à proliferação de discursos de ódio nas redes sociais, nas esferas pública e política. Por seu ativismo, tornou-se alvo da extrema-direita e de movimentos neonazistas, sendo perseguido, atacado e ameaçado em público e nas redes sociais, por meio de centenas de mensagens com insultos racistas e ameaças à sua integridade física. Em 2020, recebeu



ameaças de morte contra si e seus familiares, chegando a ser agredido fisicamente, enquanto caminhava com o filho pelas ruas de Lisboa. Durante dois anos, Mamadou Ba teve que andar com escolta policial, mas as ameaças continuaram a crescer, em número e gravidade, até que se viu obrigado a deixar Portugal. Desde janeiro de 2022, o ativista vive em Vancouver, Canadá, e estuda no programa de doutorado em Raça, Gênero e Justiça Social, da Universidade da Colúmbia Britânica. Ainda assim, as perseguições não cessaram e muitas foram judicializadas.

Atualmente, ele responde a 12 processos, movidos por membros, apoiadores e financiadores de movimentos de ultradireita. Em 27 de outubro de 2022, um juiz português aceitou dar curso a um novo processo contra Mamadou, baseado em queixas formuladas por um conhecido líder neonazista de Portugal.

A insidiosa campanha da ultradireita e de grupos neonazistas contra Mamadou Ba nos mostra o quão necessário e urgente é nos posicionarmos publicamente em solidariedade a ele. Com esta moção, cumprimos o dever e o papel de combater os discursos de ódio que tentam destruir nossas democracias e nossos democratas mundo a fora. Cumprimos também o nosso papel na luta antirracista e em defesa de um mundo livre do preconceito, da discriminação e da exclusão. Juntamos a nossa voz à de centenas de pessoas que, em todo o mundo, se solidarizam com Mamadou Ba, que, em 2021, foi agraciado com o Prêmio *Front Line Defenders*, destinado a defensores e defensoras de Direitos Humanos que se encontram em situação de risco ao redor do mundo. Juntamos a nossa voz à campanha internacional recentemente lançada e que





já conta com mais de 500 adesões, entre elas, as do ministro dos Direitos Humanos do Brasil, Sílvio Almeida, do professor português Boaventura de Sousa Santos, dos atores brasileiros Antônio Pitanga e Paulo Betti, do escritor e biólogo moçambicano Mia Couto e do escritor angolano José Eduardo Agualusa, que homenageia e declara admiração por Mamadou Ba em seu livro mais recente, “O mais belo fim do mundo”.

Nós também defendemos um mundo antirracista e nos solidarizamos com Mamadou Ba, sendo extremamente necessário a aprovação da presente Moção de Solidariedade.

## **REQUERIMENTO 94/2023 - Autoria da deputada Luizianne Lins (PT/CE).**

**Requer aprovação de Moção de Louvor e Reconhecimento à vida e ao trabalho do ex-Deputado Federal David Miranda, falecido no último dia 09 de maio, por sua luta pelos direitos humanos, pela liberdade, pela igualdade e pela democracia.**

“A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados presta sua homenagem e reconhecimento ao legado deixado pelo ex-Deputado Federal David Miranda, em sua luta constante pelos direitos humanos, pela liberdade, pela igualdade, pela democracia.

David Miranda teve intensa militância em defesa dos direitos LGBTQIA+, da população negra e favelada, do meio ambiente, da educação. Também atuava contra o racismo, o preconceito, os maus tratos aos animais e a violência policial. Ex-Vereador, ex-Deputado Federal, político,





jornalista, pai, marido, filho, irmão e amigo, era uma pessoa que abominava as discriminações e, apesar de todas as mazelas cotidianas, ainda tinha fé na humanidade.

David deixa dois filhos, o marido Glenn Greenwald e sua contribuição no parlamento, em forma de projetos de lei, para garantir a segurança de jornalistas, a descriminalização das drogas, a criação do programa para a prevenção ao suicídio e sofrimento psíquico de profissionais da segurança pública, além de propostas em defesa dos direitos LGBTQIA+ e o fim da violência relacionada à raça e à etnia.

Reconhecemos o seu trabalho nesta Casa, suas ações para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que fazem diferença no desenvolvimento social e cultural do nosso país.

Na oportunidade, nos solidarizamos com a família, amigos e todos, todas e todes que tiveram o privilégio e conviver e trabalhar ao lado desse grande companheiro de lutas. DAVID MIRANDA! PRESENTE!"

**REQUERIMENTO 103/2023 - Aatoria da deputada Erika Hilton (PSOL/SP) e subscrito pelas deputadas Luizianne Lins (PT/CE) e Reginete Bispo (PT/RS).**

**Moção de Solidariedade ao jogador Vinícius José Paixão de Oliveira Junior (Vini Jr).**

O jogador de futebol brasileiro, Vinícius José Paixão de Oliveira Júnior, conhecido como Vini Jr, astro do Real Madrid, foi vítima de insultos racistas pela torcida do Valencia, no dia 21 de maio, na partida entre as duas equipes Real Madrid e Valencia, pela La Liga. A partida ficou paralisada por cinco minutos após Vinicius Jr. ser chamado de "macaco" diversas vezes por torcedores presentes no estádio.





Vini Jr acabou sendo expulso na parte final do duelo, após acertar a mão no rosto de um rival, quando estava se defendendo de um mata-leão de um jogador do time adversário, levando cartão vermelho após revisão no VAR. O atleta está sendo exposto a um tratamento degradante, de ódio e de discriminação dentro do campeonato espanhol.

Foram diversos os casos de racismo contra Vinicius Jr nos estádios espanhóis, no ano de 2021, em caso semelhante ao mais recente, em partida realizada no Camp Nou, em Barcelona, torcedores do clube local gritaram "mono" (que quer dizer "macaco") em direção ao atleta do Real Madrid. Em 2022, vários torcedores do Mallorca imitaram sons de macaco com a intenção de provocar Vinicius Junior. Também houve o caso em que torcedores do Atlético de Madrid provocaram o atacante do Real Madrid com cantos de "Vinicius, você é um macaco".

Em outras partidas do mesmo ano: torcedores do Valladolid fizeram insultos racistas contra Vinicius Jr durante a partida contra o Real Madrid. Entre as expressões usadas, os criminosos o chamaram de "negro bastardo" e "negro de merda". Um dos ápices de episódios de violência racial foi em 26 de janeiro deste ano, quando um boneco foi pendurado enforcado em um viaduto da capital espanhola trajando o uniforme madridista de Vini Jr, com o número 20 às costas.

Vinicius Jr tem sido contundente em sua postura de combate ao racismo no futebol, por meio de solicitação de ações concretas de enfrentamento ao racismo dentro da liga futebolista La Liga. O atacante se manifestou nas redes sociais contra os racistas e contra a falta de atitude da La Liga para lidar com as situações lamentáveis que tem sofrido nos jogos: "Não foi a primeira vez, nem a segunda e nem a terceira. O racismo é o normal na La Liga. A competição acha



normal, a Federação também e os adversários incentivam. Lamento muito. O campeonato que já foi de Ronaldinho, Ronaldo, Cristiano e Messi, hoje é dos racistas. Uma nação linda, que me também e os adversários incentivam. Lamento muito. O campeonato que já foi de Ronaldinho, Ronaldo, Cristiano e Messi, hoje é dos racistas. Uma nação linda, que me acolheu e que amo, mas que aceitou exportar a imagem para o mundo de um país racista. Lamento pelos espanhóis que não concordam, mas hoje, no Brasil, a Espanha é conhecida como um país de racistas. E, infelizmente, por tudo o que acontece a cada semana, não tenho como defender. Eu concordo. Mas eu sou forte e vou até o fim contra os racistas. Mesmo que longe daqui"

Em contrapartida, o presidente do campeonato espanhol tem atacado Vinícius Jr nas redes sociais e se omitido em adotar posturas que possam proteger os jogadores racializados de sofrerem ataques racistas e xenofóbicos, sendo que cada vez mais estão acontecendo ataques, insultos e violências raciais dentro do campo e por parte das torcidas, no campeonato. Vinícius Jr tem respondido que "Mais uma vez, em vez de criticar racistas, o presidente da La Liga aparece nas redes sociais para me atacar. Por mais que você fale e finja não ler, a imagem do seu campeonato está abalada. Veja as respostas dos seus posts e tenha uma surpresa... Omitir-se só faz com que você se iguale aos racistas. Não sou seu amigo para conversar sobre racismo. Quero ações e punições. *Hashtag* não me comove".

Nesse sentido, esta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial possui o dever de se solidarizar com o atleta brasileiro e demarcar que a luta pelo enfrentamento ao racismo também é uma marca dos brasileiros. Vinícius Jr não está sozinho, todo o povo brasileiro se





solidariza com os ataques e violências raciais que o jogador tem sofrido. E queremos, dessa forma, pressionar o Campeonato a promover ações de enfrentamento ao racismo nos estádios e em defesa da segurança física de Vini Jr nas partidas em que atua. É, também, um dever do parlamento brasileiro se posicionar fortemente contra atos racistas, xenófobos e violentos contra qualquer cidadão brasileiro.

## **REQUERIMENTO 106/2023 - Autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF).**

### **Requer a aprovação de Moção de Repúdio contra todas as manifestações racistas ocorridas no País.**

“O recente episódio envolvendo o jogador brasileiro Vinícius Júnior, que sofreu ataques racistas durante o campeonato Espanhol La Liga, ocorrido em 21 de maio de 2023, nos faz refletir sobre a dura realidade do racismo. Esta não é a primeira vez que o atacante sofre racismo na Espanha. Ao todo, já foram onze casos no país, em menos de dois anos, sem que nenhum deles resultasse em punição para o clube rival. Portanto, são condutas reincidentes contra o mesmo brasileiro, discriminado em razão da cor de sua pele.

O racismo é uma violação dos direitos humanos fundamentais e um problema estrutural que permeia todas as esferas de nossa sociedade. É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda tenhamos que presenciar manifestações de ódio e discriminação racial, seja no esporte, no ambiente de trabalho, na educação, nas ruas, na política ou em qualquer outro contexto.





O caso do jogador Vinícius Júnior é apenas uma das inúmeras situações de racismo que ocorrem diariamente em nosso país e fora dele. Essas manifestações de intolerância atentam contra a dignidade e a integridade das vítimas e perpetuam estereótipos nocivos, segregam comunidades e dificultam a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária e inclusiva.

No Brasil, são recorrentes os casos de racismo no futebol. Segundo o Observatório da Discriminação Racial no Futebol, em 2019, foram 67 casos de racismo relatados. Em 2021, mesmo sem os números de todos os estados, registraram mais de 50 denúncias.

Ademais, de acordo com o Relatório Anual de Discriminação Racial referente ao ano de 2021, além dos casos de preconceito contra a raça, também foram contabilizados ataques de machismo, homofobia e xenofobia no esporte. O estudo mostra que houve aumento de manifestações de intolerância no esporte em relação ao ano de 2020. Ressaltam que, com o retorno dos torcedores aos estádios após as restrições da pandemia da Covid-19, em 2021, também se notou o aumento dos atos discriminatórios. Os dados marcam que “ao todo, em 2021, foram registrados 158 casos de discriminação. Desses, 124 ocorreram no meio do futebol e 34 em outros esportes”.

Infelizmente, a discriminação também cresce na sociedade como um todo. Há cada vez mais registros de aumento da violência contra a população negra, seja nas ruas, nas comunidades, na política, no acesso a determinados serviços e direitos, no tratamento da polícia e até nos supermercados. Recentemente, uma professora foi discriminada em um supermercado de





Curitiba/PR e como forma de protesto, se manteve no local apenas de calcinha e sutiã, depois de ter sido seguida por um segurança enquanto fazia compras. Ao se despir, tinha como intenção mostrar que não portava nenhum tipo de arma e não escondia produtos.

No mesmo sentido, aumentam os casos de racismo e discriminação na política brasileira, que marcam a perpetuação da violência política, o que impede a maior participação de pessoas negras, principalmente das mulheres.

Portanto, a Moção de Repúdio que apresentamos tem como objetivo expressar nossa indignação e repulsa a todas as manifestações racistas que ocorrem em nosso país. Além disso, buscamos conscientizar a sociedade sobre a necessidade urgente de combater o racismo em todas as suas formas, promovendo o respeito à diversidade e a igualdade de oportunidades para todos (as) os (as) cidadãos (ãs).

Dessa forma, solicitamos a Vossa Excelência que apoie e encaminhe nossa Moção de Repúdio contrária às manifestações racistas e à perpetuação do racismo em nossa sociedade.

Assim, diante da inegável relevância do caso em apreço e demais casos narrados, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Moção de Repúdio ora proposta.”

## **REQUERIMENTO 117/2023 - Aatoria da deputada Luizianne Lins (PT/CE).**

### **Moção de louvor à vida e ao trabalho do Cacique Kayapó Raoni**





O Cacique Kayapó Raoni Metuktire é uma liderança indígena que se tornou emblemática nas lutas pelos direitos dos povos originários do Brasil e pela preservação do meio ambiente. É conhecido mundialmente, uma presença forte, com seus traços característicos, seu disco labial e as penas de seu cocar, um ícone. Sua imagem icônica é, por si só, transgressora ao nosso olhar ocidentalizado - esse olhar coletivo automatizado, projeção da fusão entre colonizador e colonizado, um de nossos profundos dilemas como Nação.

A imagem do Cacique Kayapó circulando ativo em palácios entre líderes mundiais servia como aviso reiterado de que ainda estamos por superar imensas dívidas ancestrais. Temos que acertar contas com nossa história - Raoni tem sido um precursor disso. Sua importância transcende, portanto, em muito, sua imagem. A trajetória individual do Cacique e seu trabalho incansável são unidade em seus propósitos coletivos: a defesa de seu povo e de sua terra.

O filme "Raoni", lançado em 1978, foi indicado ao Oscar e exibido no Festival de Cannes. No Brasil, ganhou o prêmio de melhor filme em Gramado. Na década de 1980, sua parceria com o cantor britânico Sting na defesa do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas intensificou sua projeção internacional. Durante a Constituinte, em 1988, Raoni e o povo Kayapó foram presença constante em Brasília e ajudaram a construir o caminho para demarcação de grandes territórios indígenas. Raoni recebeu o título de Membro Honorário da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em 2021. Em 2020, ele foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.





Ao longo dos anos, seu trabalho inspirou povos indígenas, mas também defensores dos direitos humanos e ambientalistas em todo o mundo. Sua mensagem sempre foi firme: a preservação das terras indígenas e da biodiversidade é essencial para nosso futuro. Que possamos nos inspirar na coragem e na dedicação do Cacique Raoni para promover a justiça, a igualdade e um meio ambiente saudável para toda a humanidade. Raras vezes temos a oportunidade de homenagear uma figura que temos certeza ser eterna enquanto ainda em vida. Por essa razão, gostaria de compartilhar com meus pares da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial essa honrosa oportunidade através desta Moção de Louvor à vida e ao trabalho do Cacique Kayapó Raoni.

## **REQUERIMENTO 142/2023 - Aatoria do deputado Junio Amaral (PL/MG).**

### **Moção de SolidariRequer Moção de Pesar pelo falecimento do agrônomo e ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli.**

“Nascido em 10 de julho de 1936 em Bambuí, Minas Gerais, Alysson Paolinelli deixou sua cidade natal aos 15 anos para cursar o ensino médio em Lavras, no Sul de Minas Gerais, onde viria a ser aprovado em 1º lugar no vestibular de Agronomia da Escola Superior de Agricultura de Lavras. Graduouse engenheiro agrônomo, com louvor, em 1959, especializando-se nos estudos sobre o potencial da região do cerrado para a produção agrícola.

Entre os anos de 1966 e 1971, Paolinelli assumiu o cargo de diretor na Escola Superior de Agricultura de Lavras, onde já era professor. Com a sua presença na hoje Universidade Federal de Lavras (UFLA), possibilitou à época um ritmo de expansão próprio do dinamismo que era característico de seu perfil.





Em 1971, foi convidado para assumir a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais com o desafio de implantar uma nova matriz produtiva no estado, baseada em incorporação de tecnologia e políticas de crédito estimuladoras de modernização.

Em março de 1974, após seus programas de colonização agrícola do Cerrado Mineiro chamarem a atenção do Governo Federal, Paolinelli assumiu o Ministério da Agricultura no governo de Ernesto Geisel e abriu um período de políticas para o setor e para o desenvolvimento do Centro Oeste brasileiro.

Sob seu comando, priorizando a ciência e tecnologia, estruturou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) por meio de um ousado projeto de pós-graduação, promovendo bolsas de mestrado e doutorado para que os pesquisadores da Empresa se especializassem nas melhores universidades do mundo. Com sua atuação, transformou a Embrapa na joia da agropecuária brasileira.

Em sua gestão, foi criado o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), com novos mecanismos de política agrícola e levando infraestrutura e tecnologia para produzir alimentos na região.

Posteriormente, presidiu a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e elegeu-se deputado federal por Minas Gerais nas eleições de 1986, fazendo parte da Assembleia Nacional Constituinte, de 1987 a 1988.

Também foi chefe da Delegação Brasileira na Confederação Mundial de Alimentos da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e presidente da Associação Brasileira de





Educação Agrícola Superior do Brasil.

No ano de 2006, Paolinelli foi agraciado com o prêmio World Food Prize, que condecora personalidades que contribuíram significativamente para o aumento da qualidade e da quantidade de alimentos no mundo, pelo seu trabalho no estudo do potencial agrícola do Cerrado associado à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável.

Em 2012, fundou o Fórum do Futuro, voltado ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, com foco em inovação, tecnologia e pesquisa. Estava à frente do Projeto Biomas Tropicais, que oferece um novo caminho para a produção alimentar, preconizando a precedência da ciência na definição dos limites de uso sustentável dos recursos de cada bioma, antes do seu uso econômico.

Foi indicado, em 2021 e 2022, ao Prêmio Nobel da Paz, além de ocupar o cargo de presidente executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), a presidência do Instituto Fórum do Futuro, além de ser embaixador da Boa Vontade do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Paolinelli liderou o progresso agrícola tropical sustentável que possibilitou a autossuficiência de alimentos ao Brasil, transformando nosso país em uma potência agroalimentar, além de criar horizontes para a segurança alimentar mundial e o desenvolvimento sustentável de países do cinturão tropical, pautas tão sensíveis no âmbito dos direitos humanos.



Com o progresso agrícola tropical e a maior oferta de comida, reduziu-se o custo relativo da alimentação no orçamento familiar, liberando renda para outros consumos. Aumentou-se o bem-estar e vieram melhorias sociais que refletem na vida brasileira até hoje.

Por tais razões, apresento este requerimento com fins de promover uma Moção de Pesar pelo falecimento, no dia 29 de junho de 2023, dessa grande personalidade brasileira que foi Alysson Paolineli, que contribuiu tanto para a segurança alimentar brasileira e a promoção dos direitos humanos nessa vertente.”

## **REQUERIMENTO 163/2023 - Autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP).**

### **Moção de Solidariedade à deputada estadual do Rio de Janeiro, Marina do MST, em razão do episódio de violência política de gênero, ocorrida em Nova Friburgo, dia 12 de agosto de 2023.**

No último sábado, 12 de agosto, a deputada estadual Marina do MST (PT/RJ) sofreu um ataque inadmissível, em Nova Friburgo/RJ. Ela e sua equipe foram à cidade para realizar encontros públicos de prestação de contas de seu mandato. Antes da visita, Marina recebeu ameaças que foram devidamente encaminhadas às polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, e também para o Ministério Público Federal. Mas as denúncias, lamentavelmente, não impediram que violências ocorressem.

Após realizarem atividade no Centro, Marina e sua equipe se dirigiram ao bairro Lumiar, onde a segunda plenária havia sido agendada. Ali, em plena praça pública, ela e sua equipe foram agredidas fisicamente com empurrões, pedras, ovos e garrafas, acompanhadas de insultos e





todo tipo de hostilidade. As agressões somente foram interrompidas quando Marina deixou o coreto da praça, sob escolta policial.

Repudiamos a violência política e requeremos que Comissão preste solidariedade a Marina do MST e sua equipe, porque nenhum ataque à democracia e às mulheres pode mais passar despercebido neste país, que viu a violência política de gênero crescer de maneira exponencial nos últimos anos - 400% entre 2018 e 2022, conforme levantamento das organizações Justiça Global e Terra de Direitos. E são as mulheres, pessoas negras e LGBTIQIAP+ os principais alvos, independente de seus partidos políticos. Atento a esse fenômeno, lembramos, o Congresso Nacional, orientado por um amplo consenso das bancadas femininas da Câmara e do Senado, aprovou a Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que conceitua a violência política, agravando os casos em que a vítima é mulher, e determina que as autoridades competentes confirmem especial importância às declarações da vítima e aos elementos indiciários. Nesse sentido, é imperativo observar também que, nos termos da legislação, que altera o Código Eleitoral, é considerado crime eleitoral:



**Art. 326-B.** Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.



**Pena** – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço), se o crime é cometido contra mulher: I - gestante; II - maior de 60 (sessenta) anos; III - com deficiência

Ademais, é importante ressaltar que a data desse ataque marca também os 40 anos do assassinato de Margarida Alves, uma importante liderança sindical, defensora dos direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e da reforma agrária. Na tarde de 12 de agosto de 1983, no município em que nasceu, Alagoa Grande/PB, enquanto via seu filho brincar na rua de casa, um tiro de espingarda atingiu o rosto de Margarida Alves. Aquela mulher, alvo de constantes ameaças por parte dos grandes proprietários de terra da região, foi vítima de um assassinato de motivação política, vítima de feminicídio político - porque é importante nomear o que aconteceu com Margarida Alves, Ceci Cunha, Marielle Franco.

O feminicídio de Margarida, que não teve nenhum desfecho, nenhuma condenação, provoca medo, desistência, silenciamento, o que torna insustentável o crescimento e a manutenção de muitas outras mulheres na política. Mas provoca também revolta, reorganização e insurgência. É importante ressaltar também que Marina, dirigente do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Sem Terra (MST), foi eleita pela primeira vez para o mandato parlamentar, com as mesmas bandeiras de Margarida Alves: a defesa dos direitos humanos; o combate à fome, ao desemprego, às desigualdades e; evidentemente, a reforma agrária. Tudo o que enfrenta diretamente a ordem patriarcal, concentradora, autoritária e de exploração. Não por acaso, o





MST é parte fundamental da organização da Marcha das Margaridas, evento social inspirado em Margarida Alves, que reúne dezenas de milhares de mulheres em Brasília anualmente.

Este ano, a Marcha aconteceu com um lema nitidamente antifascista “Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”, 16 de agosto. É, pois, neste contexto de levante pela vida das mulheres, contra as múltiplas faces da violência e o ódio fascista; em defesa da Terra, da soberania alimentar, da reforma agrária e da justiça social, que repudiamos veementemente o que aconteceu com Marina.

Pelo exposto, em respeito à trajetória de luta da deputada Marina e do movimento social que ela representa, considerando nosso dever de defender e promover os direitos humanos e igualdade racial, bem como de zelar pela participação das mulheres e minorias na política e em todos os espaços, resguardando suas liberdades fundamentais, honra e imagem perante a sociedade, solicitamos o acolhimento da presente denúncia sob forma de Moção de Solidariedade.

**REQUERIMENTO 214/2023 - Autoria dos deputados Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ), Reginete Bispo (PT/RS), Carol Dartora (PT/PR), Denise Pessôa (PT/RS), Dr. Francisco (PT/PI), Erika Hilton (PSOL/SP), Daiana Santos (PCdoB/RS), Valmir Assunção (PT/BA), Talíria Petrone (PSOL/RJ).**

**Moção de Aplauso e Reconhecimento a Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, pelas suas inestimáveis contribuições à luta quilombola, à cultura afro-brasileira e ao pensamento decolonial brasileiro.**



"Eu vou falar de nós ganhando, porque pra falar de nós perdendo eles já falam". Frases como essa dão a dimensão do legado que Antônio Bispo dos Santos, conhecido também como Nêgo Bispo, deixou para o pensamento decolonial brasileiro e para a afirmação da identidade quilombola. Considerado um dos maiores pensadores quilombolas do país, Antônio Bispo dos Santos faleceu no dia 03 de dezembro de 2023. Filósofo, poeta, escritor, professor e ativista político nos movimentos de luta pela terra, ele atuou na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Nêgo Bispo nasceu em 10 de dezembro de 1959 no então povoado Papagaio, atualmente município de Francinópolis (PI). Lamentando a sua passagem, a CONAQ afirmou: "sua contribuição inestimável para a compreensão e preservação da cultura e identidade quilombolas será lembrada e reverenciada por gerações". Ele escreveu os livros "Quilombo, Modos e Significados" (2007) e "Colonização, Quilombos: Modos e Significados" (2015), e também dirigiu o filme-documentário "O Jucá da Volta".

Grande teórico e ativista defendia que a preservação da cultura e da ancestralidade, além da organização social constitui uma resistência coletiva não somente dos quilombolas, mas dos povos colonizados diante das tentativas de imposição dos colonizadores. Contestou a hegemonia do conhecimento acadêmico tradicional e reivindicava a oralidade como essencial para as práticas contra coloniais.





Nêgo Bispo prestou uma valiosa contribuição para a compreensão e preservação da cultura e identidade quilombola, apresentando ideias que desafiam conceitos tradicionais. Suas reflexões e ensinamentos sobre a importância do conhecimento ancestral, que veio conosco e antes de nós, pela fala, símbolos, alimentos, plantas, músicas, rituais devem ser perpetuados. Jogou luz sobre a identidade não apenas das comunidades quilombolas, mas sobre todas as pessoas “afro-pindorâmicas”.

Antônio Bispo dos Santos completaria 64 anos no dia 10 de dezembro de 2023. Ele deixa a esposa Edileusa, dois filhos biológicos, quatro netos, centenas de filhos, netos e irmãos que ele adotou durante a vida, além de milhares de admiradores e leitores.

Pela sua importância na luta quilombola e na valorização de saberes não acadêmicos, é que apresentamos o presente requerimento de aplauso, saudando o legado de Antônio Bispo dos Santos e sua contribuição na construção de uma sociedade menos desigual.





No ano de 2023, a CDHMIR recebeu 148 denúncias dos mais variados temas, entre eles: violência contra indígenas; homicídios no campo e na cidade; violações do direito à saúde; cotas; conflitos agrários e urbanos; violência policial; trabalho escravo; tortura contra trabalhadores; ameaças de morte; homofobia, xenofobia, racismo institucional, violações contra pessoas LGBT; anistiados; mortes sob custódia; violência nas escolas; violência política; sistema prisional; população de rua; violações de direitos de crianças e adolescentes; vistos humanitários; mobilidade urbana; violência religiosa, e outros. A Comissão recebeu vários coletivos de segmentos, categorias, grupos sociais e realizou reuniões com escuta especializada para os devidos encaminhamentos e orientações.

Os atendimentos presenciais são realizados rotineiramente na sala de reuniões da Comissão. Em 2023 foram feitos 18 atendimentos presenciais que demandaram elaboração de ofícios solicitando providências, como por exemplo, atendimento pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/DF) para emissão de 2ª via de cartão do bolsa família, para concessão de medicação e para moradia. Apesar do atendimento sensível dos servidores da Comissão a todos os denunciante, nem sempre os fatos narrados estão dentro da área temática da CDHMIR, não ensejando, portanto, desdobramentos e encaminhamentos formais.

A CDHMIR também recebeu demandas por meio de contatos telefônicos, endereço eletrônico e demandas encaminhadas através de gabinetes parlamentares. Há ainda a atuação a partir de casos de grande repercussão divulgados pela imprensa.



REQ 1/2023 CDHMIR	PADRE JOÃO - Requer que seja convidado o Procurador-Geral do trabalho, Sr.José de Lima Ramos Pereira, a fim de prestar esclarecimentos sobre o caso dos trabalhadores encontrados em situações análogas à escravidão nas vinícolas da Serra Rio Grande do Sul.
REQ 2/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para debater as ações de enfrentamento ao racismo na primeira infância.
REQ 3/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para discutir sobre as violências cometidas contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil.
REQ 4/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer realização de reunião de audiência pública com o tema "Dia do Autismo no Orçamento".
REQ 5/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública com o tema "Dia Mundial do Orgulho Autista".
REQ 6/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer realização de reunião de audiência pública com o tema" Projeto PRF amiga dos AUTISTAS".

REQ 7/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer realização de audiência pública com o tema “Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo”.
REQ 8/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para debater a incidência da psicopatia na esfera política.
REQ 9/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para discussão do “Relatório Preliminar da Omissão sobre a Preservação dos Direitos Humanos do Povo Yanomami – gestão 2019 e 2022” elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
REQ 10/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para discussão do aumento dos casos de violência contra as mulheres no Brasil.
REQ 11/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública com representações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos para a discussão do Projeto de Lei 7.292/2017, conhecido como “Lei Dandara”.
REQ 12/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública para debater o Fortalecimento da Democracia a partir das recomendações da Comissão.



REQ 13/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública com representações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos com atuação em direitos humanos, para debater uma agenda comum, de modo a subsidiar a elaboração do plano de trabalho deste colegiado parlamentar e eventuais ações conjuntas com outras entidades.
REQ 14/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para tratar do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à exploração de Crianças e Adolescentes.
REQ 15/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para convidar o Exmo. Ministro de Direitos Humanos e da Cidadania, Dr. Silvio Almeida, para apresentar o planejamento e ações de sua gestão no Ministério.
REQ 20/2023 CDHMIR	JUNIO AMARAL - Requer aditamento ao Requerimento nº 02/2023 CDHMIR, para incluir convidados para a audiência pública a ser realizada nesta Comissão sobre o enfrentamento ao racismo na primeira infância.
REQ 21/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para debater a política nacional de cuidado integral para a pessoa idosa.
REQ 22/2023 CDHMIR	NIKOLAS FERREIRA - Solicita o encaminhamento de requerimento de informação ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida.

# Requerimentos Aprovados



REQ 23/2023 CDHMIR	GILVAN DA FEDERAL - Requer que esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias solicite audiência junto ao Ministro Alexandre de Moraes, a fim de verificar o cumprimento da norma do art. 316, parágrafo único, em razão da prisão preventiva do vereador do município de Vitória-ES, Sr. Armando Fontoura Borges Filho, do Sr. Fabiano Oliveira e, do jornalista, Sr. Jackson Rangel Vieira, presos há mais de 100 dias.
REQ 27/2023 CDHMIR	PADRE JOÃO - Requer a realização de audiência pública nessa Comissão para debater sobre as condições, direitos e garantias dos trabalhadores metroviários após a privatização do serviço de transporte metroviário nas cidades de Belo Horizonte e Contagem assinada pelo Grupo Comporte em 23 de março de 2023.
REQ 28/2023 CDHMIR	NIKOLAS FERREIRA - Requer o envio de convite para o comparecimento da Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, para prestar informações sobre a retirada do Brasil do acordo internacional do Consenso de Genebra, em defesa da vida, da saúde das mulheres, do fortalecimento da família e da soberania decada nação na política global.
REQ 30/2023 CDHMIR	SÂMIA BOMFIM - Requer aprovação de moção de solidariedade ao servidor público do ICMBio, Manoel Silva da Cunha, ambientalista, extrativista e gestor da Reserva Extrativista do Médio Juruá, no Amazonas.
REQ 31/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON – Solicita a realização de Audiência Pública para debater a Violência contra as escolas e a proteção de crianças, adolescentes e profissionais da educação.
REQ 32/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer Moção de Solidariedade à família de Elizabeth Tenreiro e à comunidade escolar E.E. Thomazia Montoro.



REQ 34/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a inclusão de coautoria no Requerimento nº 14/2023 e indicação de nomes para a audiência pública.
REQ 36/2023 CDHMIR	PROF. PAULO FERNANDO - Requer a realização de audiência pública para debater e avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2023.
REQ 39/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para debater o curta metragem brasileiro “O Complô”.
REQ 41/2023 CDHMIR	SÂMIA BOMFIM - Requer a realização de audiência pública para discutir o combate aos casos de trabalho análogo à escravidão no Brasil.
REQ 42/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e a Comissão dos Direitos da Mulher, com o tema “Lawfare de Gênero: uma justiça desigual.
REQ 44/2023 CDHMIR	GLAUSTIN DA FOKUS - Requer audiência pública a ser realizada nesta comissão sobre o Cadastro de Empregadores que tenha submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

# Requerimentos Aprovados



REQ 46/2023 CDHMIR	MIGUEL ÂNGELO - Requer a aprovação de Moção de Solidariedade ao escritor Mamadou Ba, nascido no Senegal e naturalizado português, em razão das perseguições, ataques e ameaças que vem sofrendo devido a sua atuação como defensor dos direitos humanos e a sua luta pela igualdade racial.
REQ 47/2023 CDHMIR	GEOVANIA DE SÁ - Requer a realização de audiência pública para debater formas de prevenção e combate à violência no ambiente escolar, como ocorrido em Blumenau (SC).
REQ 48/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública em homenagem ao Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e ao Dia Internacional da Luta Camponesa, que ocorrem em 17 de abril.
REQ 49/2023 CDHMIR	REGINETE BISPO - Requer a realização de audiência pública a fim de promover discussão sobre o PL 1102/2023, que regulamenta o art. 243 da Constituição Federal para dispor sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.
REQ 50/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), do Seminário "10 Anos da Tragédia da Boate Kiss: Resgatar o Passado é Prevenir o Futuro".
REQ 51/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública para debater ações dentro e fora dos estabelecimentos de ensino para prevenir a ocorrência de episódios de violência nas escolas públicas e privadas do Brasil.



# Requerimentos Aprovados



REQ 52/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Seminário para discutir a promoção de educação em direitos humanos.
REQ 53/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para debater a aquisição de insulina análoga de ação rápida pelo Ministério da Saúde.
REQ 54/2023 CDHMIR	PROF. PAULO FERNANDO - Requer a inclusão de convidado na audiência pública, que tramita sob o requerimento 36/2023, a fim de debater e avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2023.
REQ 55/2023 CDHMIR	GLAUSTIN DA FOKUS - Requer a realização audiência pública sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e as formas de investigação e responsabilização de infratores. O recente vazamento de imagens relacionadas à autópsia da cantora Marília Mendonça evidencia o quanto estamos ainda longe do respeito ao direito fundamental à privacidade, especialmente nos meios digitais, em nosso país.
REQ 57/2023 CDHMIR	BENEDITA DA SILVA - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública para debater a proposta da construção de um Pacto Republicano Pela Redução dos Homicídios dos Jovens Negros no Brasil.
REQ 58/2023 CDHMIR	BENEDITA DA SILVA - Requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde a fim de debater sobre uma proposta de lei para combate da gordofobia ou até mesmo a criação do Estatuto da Pessoa com Obesidade.



REQ 60/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer o aditamento do Requerimento nº 014/2023 – CDHMIR para realização de audiência pública para tratar do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à exploração de Crianças e Adolescentes.
REQ 61/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer Seminário da Comissão dos Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para debater o tema da Proteção das Defensoras e Defensores das políticas de respeito aos Direitos Humanos no Brasil.
REQ 62/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de reunião de audiência pública para discutir as condições dos cárceres, a prevenção e o combate à tortura e o sistema de justiça no Brasil.
REQ 63/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública na Comissão dos Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para tratar dos avanços da Lei nº13.344/2016, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas.
REQ 64/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para discussão dos direitos da população em situação de rua.
REQ 65/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer realização de audiência pública para debater sobre o Combate ao Trabalho Escravo no Brasil.



REQ 66/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer a realização de audiência pública para debater o acolhimento às mães e familiares das vítimas e/ou sobreviventes de ações violentas do Estado e discussão do PL nº 2999/2022.
REQ 67/2023 CDHMIR	CLARISSA TÉRCIO - Requer a realização de audiência pública para apresentação do relatório da gestão dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
REQ 68/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a criação de Subcomissão Especial no âmbito desta Comissão sobre as violências contra as escolas do Brasil.
REQ 69/2023 CDHMIR	NIKOLAS FERREIRA - Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão do Esporte para discutir sobre o tema dos transgêneros no esporte de alto rendimento.
REQ 71/2023 CDHMIR	PADRE JOÃO - Requer a realização de audiência pública nessa Comissão para debater sobre a situação da segurança nas escolas na Região Metropolitana na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais.
REQ 73/2023 CDHMIR	SÂMIA BOMFIM - Requer a realização de audiência pública para debater o uso da Cannabis medicinal.

# Requerimentos Aprovados



REQ 75/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos ,Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), do Fórum Parlamentar Nacional de Direitos Humanos.
REQ 78/2023 CDHMIR	PASTOR HENRIQUE VIEIRA - Requer o aditamento do Requerimento 36/2023 para inserir convidados na audiência pública para debater e avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3, no exercício de 2023.
REQ 79/2023 CDHMIR	GILVAN DA FEDERAL - Reitera e retifica a fundamentação da solicitação feita no Requerimento nº 24/2023 protocolado no dia 27 de março de 2023 na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, que seja deliberado com urgência à designação de membros dessa citada Comissão para uma visita de inspeção nas Penitenciárias Estaduais do Distrito Federal: Penitenciária Feminina - Colmeia (PFDf) e Complexo Penitenciário da Papuda.
REQ 80/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer, nos termos do art. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão de representante da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) em audiência pública, objeto do REQ 64/2023 - CDHMIR que visa debater os direitos da população em situação de rua.
REQ 81/2023 CDHMIR	NIKOLAS FERREIRA - Requer o aditamento ao Requerimento nº 69/2023 para inclusão de convidados na audiência pública com o tema dos transgêneros no esporte de alto rendimento.
REQ 82/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer o aditamento do Requerimento nº 2/2023 CDHMIR para inclusão de convidados na realização de audiência pública.



REQ 83/2023 CDHMIR	JACK ROCHA - Requer a realização de audiência pública conjunta para debater “Desafios para o avanço das políticas de equidade racial na educação básica brasileira: Financiamento, Lei 10.639/2003 e avaliação IDEB”, no âmbito da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.
REQ 84/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de diligências emergenciais e reuniões em locais do país onde a presença urgente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial seja necessária para o cumprimento das atribuições regimentais em eventuais casos de violações e ameaças graves de direitos humanos.
REQ 85/2023 CDHMIR	PADRE JOÃO - Requer realização de Seminário Conjunto para debater os “Desafios dos Impactos da Mineração: territórios indígenas, reparação e fiscalização”.
REQ 87/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Seminário para discutir a promoção e a proteção dos direitos digitais no Brasil.
REQ 88/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer o aditamento ao requerimento nº 69/2023 - CDHMIR, para a inclusão de convidados na realização de audiência pública.
REQ 89/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública para discutir o crime de racismo nos estabelecimentos comerciais no Brasil.

# Requerimentos Aprovados



REQ 90/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer a realização de audiência pública para discutir sobre o Projeto de Lei nº 490/2007, em conjunto com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.
REQ 91/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer a realização do XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, in memoriam de David Miranda.
REQ 92/2023 CDHMIR	LUIZA ERUNDINA - Requer realização de reunião de audiência pública para debater proposta de emenda à Constituição para a criação do Sistema Único de Mobilidade e da tarifa zero no transporte público.
REQ 94/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer aprovação de Moção de Louvor e Reconhecimento à vida e ao trabalho do ex-Deputado Federal David Miranda, falecido no último dia 09 de maio, por sua luta pelos direitos humanos, pela liberdade, pela igualdade e pela democracia.
REQ 96/2023 CDHMIR	REGINETE BISPO - Requer o aditamento do Requerimento nº 49/2023 da CDHMIR, para inclusão de convidados na realização de audiência pública.
REQ 97/2023 CDHMIR	REGINETE BISPO - Requer a realização de audiência pública para debater a retomada e o fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).



REQ 98/2023 CDHMIR	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de audiência pública Conjunta da Comissão de Direitos Humanos, Minoria e Igualdade Racial com a Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Legislação Participativa e Desenvolvimento Sustentável para discutir sobre o Auxílio Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Secas e Enchentes (AESE), a ser instituído pelo Projeto de Lei nº83/2022.
REQ 99/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para debater a situação dos Saharauí e as constantes violações de direitos humanos sofridas por esse povo.
REQ 100/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a criação, realização e divulgação de Campanha para a Promoção e Educação em Direitos Humanos voltada para a tolerância e a cultura de paz pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial(CDHMIR), em parceria com o CEFOR e a DIREX
REQ 101/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização de audiência pública para discutir propostas de políticas públicas e defesa dos direitos das mulheres quilombolas do Brasil.
REQ 102/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil.
REQ 103/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer Moção de Solidariedade a Vinícius José Paixão de Oliveira Junior (Vini Jr).

# Requerimentos Aprovados



REQ 105/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para debater o tema do racismo no futebol.
REQ 106/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a aprovação de Moção de Repúdio contra todas as manifestações racistas ocorridas no País.
REQ 107/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública sobre a situação dos refugiados no Brasil.
REQ 109/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a retificação e o aditamento do Requerimento 87/2023, que trata da realização do Seminário sobre a promoção e a proteção dos direitos digitais no Brasil pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR).
REQ 110/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública sobre a proteção dos direitos dos usuários de aplicativos de relacionamento.
REQ 113/2023 CDHMIR	MIGUEL ÂNGELO - Requer, com base no artigo 24, XIII combinado com 32, VIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Seminário para debater acerca da constitucionalidade da busca pessoal como instrumento da prevenção da violência e da criminalidade, para o dia 05 de julho de 2023, quarta-feira, no horário de 09h às 17h, com pretensão de local na Câmara dos Deputados - Auditório Nereu Ramos.



REQ 114/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater os avanços e perspectivas da Lei nº 10.741 de 1o de outubro de 2003, Estatuto da Pessoa Idosa.
REQ 115/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer a realização de audiência pública para avaliar a implementação do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, em conjunto com a Comissão de Educação.
REQ 116/2023 CDHMIR	PADRE JOÃO - Solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça, Senhor Flávio Dino, informações com cópias dos autos dos inquéritos e/ou processos administrativos instaurados para apurar irregularidades e crimes cometidos por Caçadores, Atiradores e Colecionadores - CACs.
REQ 117/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Moção de Louvor à vida e ao trabalho do Cacique Kayapó Raoni.
REQ 118/2023 CDHMIR	TALÍRIA PETRONE - Solicita a realização de uma audiência pública para discutir impactos socioambientais da construção de Parques de Energia Eólica nas comunidades locais.
REQ 120/2023 CDHMIR	REGINETE BISPO - Requer a realização de audiência pública a fim de promover discussão para tratar da violação de direitos humanos contra a população de rua no Brasil e dá outras providências.



REQ 122/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer audiência pública conjunta entre a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Comissão de Direitos Humanos e Igualdade Racial, com o objetivo de debater o PL 3387/2019.
REQ 123/2023 CDHMIR	REGINETE BISPO - Requer a realização de audiência pública a fim de promover discussão para tratar da promoção de direitos humanos para com a população com deficiência em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dá outras providências.
REQ 124/2023 CDHMIR	DAIANA SANTOS - Requer a realização de audiência pública para debater a situação da falta de creches no sistema público ou conveniado de educação infantil no Brasil e modelos que possam atender às diversas necessidades da família brasileira.
REQ 125/2023 CDHMIR	NIKOLAS FERREIRA - Requer a realização de audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para debater sobre a nova carteira de identidade, que não terá o campo 'sexo', nem distinção entre 'nome' e 'nome social'.
REQ 126/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer o aditamento do Requerimento 105/2023 CDHMIR para a inclusão de convidados na realização da audiência pública.
REQ 127/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para debater sobre o fortalecimento das instituições de Direitos Humanos no Brasil.



REQ 128/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para debater acerca da inclusão no PNE/BNCC, da educação especializada no sistema prisional, assim como a questão de vagas de educação escolar nos espaços prisionais.
REQ 129/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para debater sobre as políticas de combate ao racismo e o respeito e a efetividade dos direitos das comunidades quilombolas.
REQ 130/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para debater o Plano Nacional de Ações sobre Empresas e Direitos Humanos, a fim de que as atividades empresariais promovam e respeitem os direitos humanos.
REQ 131/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública sobre a invisibilização e desvalorização do trabalho das trabalhadoras domésticas no Brasil.
REQ 132/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de diligência desta comissão ao estado do Rio de Janeiro, a fim de apurar as mortes por atropelamentos ferroviários da Baixada Fluminense.
REQ 133/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a criação Grupo de Trabalho no âmbito desta Comissão sobre a implementação da tarifa zero no transporte público.

REQ 134/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização de audiência pública para debater estratégias para uma ampla campanha de desarmamento com foco na promoção da paz nas escolas.
REQ 135/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer a realização do 1º Seminário “Lélia Gonzalez” de Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres.
REQ 136/2023 CDHMIR	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de audiência pública conjunta entre a Comissão de Educação e a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para tratar da perseguição à professores no Brasil.
REQ 137/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública sobre o PL 1387/2022, que institui o Estatuto dos Povos Ciganos.
REQ 138/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública sobre a orfandade de crianças e adolescentes em decorrência da pandemia de Covid-19.
REQ 139/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer a realização de audiência pública sobre a Nova Carteira Nacional de Identidade (CIN), e as políticas de reconhecimento das identidades LGBTQIA+ como instrumento da promoção e efetivação dos Direitos Humanos, da dignidade humana, da personalidade civil e do enfrentamento a discriminação LGBTfóbica.



REQ 140/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer o aditamento ao Requerimento 125/2023 - CDHMIR, para a inclusão de convidados na realização de audiência pública.
REQ 142/2023 CDHMIR	JUNIO AMARAL - Requer Moção de Pesar pelo falecimento do agrônomo e ex-ministro da Agricultura Alysso Paolinelli.
REQ 143/2023 CDHMIR	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de audiência pública sobre a efetivação da reforma agrária na Usina Cambahyba, já desapropriada para este fim.
REQ 144/2023 CDHMIR	GILVAN DA FEDERAL - Requer o aditamento ao Requerimento 122/2023 da CDHMIR para a inclusão de convidado Bruno Menelli Dalpiero - Representante do Sindicato dos Servidores do Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo - (SINASES) na realização da audiência pública.
REQ 145/2023 CDHMIR	SÂMIA BOMFIM - Requer a realização de audiência pública para debater o trabalho infantil e a proteção ao adolescente trabalhador.
REQ 146/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização de Seminário a respeito de infâncias e adolescências invisibilizadas no contexto do novo Plano Nacional de Educação(2024/2034).

REQ 147/2023 CDHMIR	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, Minoria e Igualdade Racial para tratar do Assédio Sexual no Trabalho.
REQ 148/2023 CDHMIR	REGINETE BISPO - Requer a realização de audiência pública a fim de promover discussão sobre o Censo Quilombola no Brasil e dá outras providências.
REQ 149/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública para discutir o Plano Nacional Juventude Negra Viva.
REQ 150/2023 CDHMIR	GLAUSTIN DA FOKUS - Requer aditamento ao Requerimento 44/2023, para incluir convidados para a audiência pública a ser realizada nesta comissão sobre o Cadastro de Empregadores que tenha submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
REQ 151/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para debater as rádios comunitárias e o direito humano à comunicação.
REQ 152/2023 CDHMIR	MIGUEL ÂNGELO - Requer a realização de diligências no sistema penitenciário de Ariosvaldo Campos Pires, com o objetivo de fazer um diagnóstico sobre as condições de cumprimento de privação de liberdade no sistema penal brasileiro.



REQ 153/2023 CDHMIR	REGINETE BISPO - Requer a realização de audiência pública a fim de promover discussão sobre a abordagem dos agentes de segurança pública e privada e dá outras providências.
REQ 154/2023 CDHMIR	TALÍRIA PETRONE - Requer a realização de audiência pública Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para tratar da Campanha Contra Violência no Campo.
REQ 155/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a inclusão de convidados ao REQ 62/2023 que visa debater as condições dos cárceres, a prevenção e o combate à tortura e o sistema de justiça no Brasil.
REQ 156/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer a realização de audiência pública sobre os desafios da regularização migratória e o acesso a direitos pela população migrante no Brasil.
REQ 157/2023 CDHMIR	JACK ROCHA - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública para exibição do documentário "Ithaka – A luta de Assange".
REQ 159/2023 CDHMIR	GEOVANIA DE SÁ - Requer o aditamento do Requerimento nº 122/2023 para inclusão de convidados para a Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Comissão de Direitos Humanos e Igualdade Racial, com o objetivo de debater o PL 3.387/2019.

# Requerimentos Aprovados



REQ 160/2023 CDHMIR	DELEGADO DA CUNHA - Requer a realização de audiência pública Conjunta da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para o fim de debater a questão do racismo estrutural na abordagem policial e a necessidade de reforma do art. 244 do Código de Processo Penal.
REQ 161/2023 CDHMIR	TALÍRIA PETRONE - Requer realização de audiência pública para debater o PL3.292/2023.
REQ 162/2023 CDHMIR	NIKOLAS FERREIRA - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública para exibição do documentário "What is a Woman?".
REQ 163/2023 CDHMIR	TALÍRIA PETRONE - Requer Moção de Solidariedade à deputada estadual do Rio de Janeiro, Marina do MST, em razão do episódio de violência política de gênero, ocorrida em Nova Friburgo, dia doze de agosto de 2023.
REQ 164/2023 CDHMIR	LUIZ COUTO - Requer a realização de audiência pública para homenagear a memória dos Bispos Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara e Dom Luciano Mendes de Almeida, que marcaram a história com trabalhos respeitáveis em prol dos direitos humanos, no Brasil.
REQ 169/2023 CDHMIR	PASTOR HENRIQUE VIEIRA - Requer a realização de audiência pública para debater o tema "Letalidade do Estado e o Genocídio da Infância e Juventude Negra".



# Requerimentos Aprovados



REQ 172/2023 CDHMIR	GLAUSTIN DA FOKUS - Requer realização de audiência pública a ser realizada nesta comissão sobre políticas públicas para o enfrentamento ao capacitismo e violência contra as pessoas no Transtorno do espectro autista nos âmbitos da saúde, educação e mercado de trabalho.
REQ 175/2023 CDHMIR	FELIPE FRANCISCHINI - Requer a realização de audiência pública com o tema: "Criação do Dia em Memória das Vítimas do Holocausto" a ser memorado no dia 27 de janeiro.
REQ 176/2023 CDHMIR	HELIO LOPES - Solicita o convite da Ministra da Igualdade Racial, Sr <sup>a</sup> . Anielle Franco, a fim de que preste esclarecimentos à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial a cerca de declarações a ela atribuídas feitas em visita a Moçambique em 24 de agosto deste ano.
REQ 179/2023 CDHMIR	DAIANA SANTOS - Requer a realização de audiência pública para debater o Sistema Nacional de Abordagem Policial, com o intuito de criar um Protocolo Nacional de Abordagem Policial e a redução da letalidade da juventude negra.
REQ 194/2023 CDHMIR	ERIKA HILTON - Requer a realização de audiência pública "Povo Negro Vivo: pelo fim da violência policial".
REQ 200/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública para conhecer e debater sobre as práticas exitosas do programa família acolhedora, em execução nas diversas regiões do Brasil.



REQ 201/2023 CDHMIR	ERIKA KOKAY - Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, a fim de discutir o tema: "Neuroarquitetura".
REQ 202/2023 CDHMIR	JACK ROCHA - Requer a realização de audiência pública para discussão do tema: "Os direitos humanos e o cumprimento da Lei 12.990/2014".
REQ 204/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de audiência pública para debater os direitos humanos da população de rua - "Novas faces da vida nas ruas".
REQ 205/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para debater sobre a Economia do Cuidado.
REQ 206/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, a fim de discutir a implementação de um conjunto significativo de grandes empreendimentos em área de preservação ambiental no estado do Ceará.
REQ 208/2023 CDHMIR	JUNIO AMARAL- Requer convite ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, para prestar esclarecimentos sobre o pagamento de passagem aérea, o recebimento de Luciene Barbosa Farias por servidores do ministério e sua participação em evento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT.



# Requerimentos Aprovados



REQ 210/2023 CDHMIR	MIGUEL ÂNGELO - Solicita realização de audiência pública para discussão para o acompanhamento do caso da Senhora Glenda Christina Gomes de Abreu, brasileira, residente na Inglaterra.
REQ 211/2023 CDHMIR	PROF. PAULO FERNANDO - Requer a realização de audiência pública para discutir sobre o Trabalho artístico infantil no Brasil.
REQ 212/2023 CDHMIR	NIKOLAS FERREIRA - Requer a realização de visita técnica, em regime de urgência, para apurar as condições de saúde física e psicológica dos presos referentes aos atos do dia 08 de janeiro no Centro de Detenção Provisória 2 do Complexo Presidiário da Papuda.
REQ 214/2023 CDHMIR	PASTOR HENRIQUE VIEIRA - Requer Moção de Aplauso e Reconhecimento a Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, pelas suas inestimáveis contribuições à luta quilombola, à cultura afro-brasileira e ao pensamento decolonial brasileiro.
REQ 215/2023 CDHMIR	LUIZIANNE LINS - Requer autorização de despesa para a reprodução de relatórios de eventos e atividades da CDHMIR ocorridos nesta Sessão Legislativa.

Projetos	Requerimentos	Totais
0	171	171



Este relatório registra a diversidade de debates e atividades realizados pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial ao longo do ano de 2023. Longe de exaurir a substância de tudo que foi discutido, trata-se de um apanhado geral com o fito de prestar contas à sociedade brasileira e de convidar você a se aprofundar nas discussões, inclusive a partir dos registros audiovisuais e taquigráficos de nossas reuniões.

Foi um ano desafiador, como costumam ser os primeiros anos de novas legislaturas, mas com grandes conquistas, com a ocupação de espaços institucionais fundamentais. Foi um período repleto de trocas, de acolhimento, de ampliação de conhecimento, de disseminação de informações, de fortalecimento de redes institucionais e de maior aproximação com as organizações e com os movimentos sociais.





Como contraponto aos aspectos positivos do ano de 2023, mesmo com um número considerável de propostas legislativas tramitando na CDHMIR, e com muitas relatorias designadas, o colegiado não conseguiu avançar na apreciação de matérias neste ano. As reuniões deliberativas foram intensas não apenas nos debates, mas também no emprego de táticas de obstrução dos trabalhos legislativos.

A Comissão segue firme com importantes parcerias com órgãos e instituições que trabalham na defesa dos direitos humanos no Brasil e no plano internacional, participando e contribuindo na retomada de políticas públicas de sua área temática. No ano de 2023, como atesta o relatório que você tem em mãos, a CDHMIR deu continuidade a sua atuação histórica de dedicação e compromisso à luta por direitos, por vida digna, por justiça social e pelo respeito à diversidade humana.

Que venha 2024!



Comissão de  
**Direitos Humanos, Minorias e  
Igualdade Racial**



Design e Diagramação por Simone Vicente